

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**OS DIREITOS ESPECIAIS DOS SÓCIOS E A FUSÃO DA SOCIEDADE: UMA PERSPETIVA
ANGOLANA**

MESTRADO EM DIREITO

ESPECIALIZAÇÃO: CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS

EDUINA DE LOURDES TEODORO SANHANGA

LISBOA, Fevereiro de 2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**OS DIREITOS ESPECIAIS DOS SÓCIOS E A FUSÃO DA SOCIEDADE: UMA PERSPETIVA
ANGOLANA**

MESTRADO EM DIREITO

ESPECIALIZAÇÃO: CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS

Orientador: Prof. Doutor João Manuel Cardão Espírito Santo Noronha

EDUINA DE LOURDES TEODORO SANHANGA

2018

AGRADECIMENTOS

Concluída a elaboração da presente dissertação, cabe dirigir os respetivos agradecimentos às pessoas que deram um contributo fundamental ao longo deste percurso aos quais estarei eternamente grata.

Ao Professor Doutor João Manuel Cardão Espírito Santo Noronha o meu profundo agradecimento por me ter orientado durante a elaboração da dissertação, pela disponibilidade e pelos conhecimentos transmitidos.

Aos meus pais e familiares pelo amor, pelo apoio e incentivo com que sempre pude contar ao longo deste percurso.

Ao meu querido Mário dos Anjos Gomes pelo apoio constante e por ter acreditado em mim de forma incondicional.

MODO DE CITAR

Somente na primeira referência bibliográfica a citação da obra será realizada através da indicação de todos os elementos essenciais à sua identificação correta, as subsequentes citações serão realizadas apenas pela indicação do autor, título da obra e o número de página ou de páginas e das notas.

As disposições mencionadas ao longo da dissertação sem outra referência são do Código das Sociedades Comerciais.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

A./AA	- autor/autores
AAVV	- Autores vários
Al.	- Alínea
AAFDL	- Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
Art./art.	-Artigo/artigo/
Arts./arts.	- Artigos/artigos
AktG-	- <i>Aktiengesetz</i> (Lei das Sociedades por Ações Alemã de 1965)
BGB	- <i>Bürgerliches Gesetzbuch</i> [Código Civil Alemão (1896)]
CC	- Código Civil
CCom.	- Código comercial
Cf.	- Conferir
Cit.	-citado (a)
CRC	- Código do Registo Comercial
CRP	- Constituição da República
CSC	- Código das Sociedades Comerciais
DL	-Decreto-Lei
ed.	- edição
LASC	- Lei Angolana das Sociedades Comerciais
LSA	- Lei das Sociedades Anónimas (Espanha)
LSC	- Loi Sur Les Sociétés Commerciales
LSQ	- Lei das Sociedades por Quotas de 1901
nº	- número
n.	-nota
OPA	- Oferta Pública de Aquisição

p. (pp)	- Página (páginas)
SA	- Sociedade Anónima
ss.	- Seguintes
SNC	- Sociedade em Nome Coletivo
SPQ	- Sociedades Por Quotas
Vol.	-Volume

RESUMO

Os Direitos Especiais dos Sócios são direitos atribuídos pelo contrato de sociedade a determinados sócios ou a sócios titulares de determinada categoria de ações, conferindo uma vantagem patrimonial ou não patrimonial a estes sócios, é exigido pelo Artigo 24º nº5 do Código das Sociedades Comerciais o consentimento dos respetivos titulares para que estes direitos possam ser suprimidos ou coartados.

O presente estudo tem por objetivo a analisar os direitos especiais dos sócios apresentando o seu regime à luz da Lei Angolana das Sociedades Comerciais e do Código das Sociedades Comerciais.

A posição de determinados sócios na sociedade pode por vezes fundamentar a atribuição de direitos especiais e a posição vantajosa adquirida através destes direitos.

Carateristicamente os direitos especiais constituem um privilégio inderrogável, pelo que, a sua especialidade reside em natureza inderrogável, não sendo possível sujeitar a sua limitação ou afetação somente por uma vontade maioritária, assim sendo é exigido o consentimento aos seus titulares.

No âmbito da fusão de sociedades comerciais, a união de duas ou mais sociedades resulta na modificação de seus elementos objetivos e subjetivos, nesta medida é fundamental salvaguardar a posição dos sócios titulares de direitos especiais em processo de fusão de sociedades comerciais.

O presente estudo tem como objetivo analisar os direitos especiais dos sócios na fusão de sociedade comerciais pois, é essencial compreender de que forma estes sócios, titulares de posições vantajosas, podem defender os seus interesses no âmbito da fusão de sociedades comerciais.

O interesse da sociedade em proceder à fusão de sociedades põe em causa o interesse da sociedade e o interesse dos sócios, pelo que, é fundamental proteger a posição de sócio titular de direito especial em processo de fusão permanecendo o direito de o sócio afastar-se da sociedade se assim o entender surgindo em sua esfera jurídica o direito de exoneração.

Palavras-Chave: Direitos Especiais, Sociedades Comerciais, Fusão, Tutela, Sócios

ABSTRACT

The special rights of partners are attributed by the partnership agreement to certain partners or shareholders of certain categories of shares and it consists in the attribution of a pecuniary or non-pecuniary advantage to partners, the section 25º nº5 of the Portuguese Companies' Code demands the consent of its holders so that these special rights may be suppressed or restrained.

This study has the objective to analyse the special rights of partners regime according to the Angolan Law of Commercial Companies and according to the Portuguese Companies' Code.

The position of certain partners in the company can at times justify the attribution of special rights and the advantageous position acquired through these rights.

Characteristically special rights consists in a non-derogable privilege and the speciality of these rights resides in its non-derogable nature it is not possible to limit or affect merely by a majority will , therefore the consent of its holders it is required.

Within the scope of commercial companies mergers, it occurs the modification of subjective and objective elements therefore its crucial to protect the position of special rights holders in case of commercial companies mergers.

This study aims to analyse the special rights of partners in case of commercial companies' mergers, it is essential to comprehend in what way special rights holders can protect their interests and the possibility to apart from the company.

Keywords: Special Rights, Commercial companies, Merger, Guardianship, Partner

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	2
MODO DE CITAR	3
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	4
RESUMO.....	6
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I- A posição Jurídica do Sócio	14
Capítulo II: Direitos Especiais: Evolução no Direito Comparado	21
1. Ordenamento Jurídico Alemão.....	21
2. Ordenamento Jurídico Angolano.....	26
3. Ordenamento Jurídico Italiano.....	29
4. Ordenamento Jurídico Espanhol	32
5. Ordenamento Jurídico Francês	36
Capítulo III- Os direitos especiais dos sócios na LASC e no CSC	39
1. Noção.....	39
2. Regime Geral e regime Especial dos Direitos Especiais	46
3. A criação dos Direitos Especiais	50
4. A supressão dos Direitos Especiais.....	55
5. O princípio da inderrogabilidade.....	61
6. Natureza jurídica dos Direitos Especiais.....	63
Parte II- Fusão de Sociedades.....	69
Capítulo I- Fusão de Sociedades	69
1. Regime da Fusão.....	69
2. Evolução Histórica da fusão.....	75
2.1. A 3ª Diretriz.....	79
2.2. Código das Sociedades Comerciais	81
3. Modalidades da Fusão.....	82
3.1. Fusão-incorporação	83
3.2. Fusão-incorporação de sociedade totalmente detida.....	83
3.3. Fusão concentração	84

3.4. Fusões heterogéneas	85
3.5. Fusões de Sociedades dissolvidas	86
3.6. Fusões internas e fusões transfronteiriças	87
4. Processo da Fusão	87
4.1. Projeto de Fusão	88
4.2. O registo e publicação do projeto de fusão.....	89
4.3. Convocação das assembleias gerais	89
4.4. Oposição de credores	90
4.5. Registo e deliberação da fusão	90
Capítulo II: Os Direitos Especiais na Fusão da Sociedade.....	92
1. Enquadramento.....	92
2. Os direitos assegurados e o critério de equivalência material	95
3. O consentimento do sócio.....	98
4. A deliberação da Fusão e o consentimento do sócio	100
4.1. Voto positivo do sócio prejudicado	101
4.2. O voto negativo do sócio prejudicado	101
4.3. Abstenção do sócio	102
5. O Direito de Exoneração do sócio	103
5.1 Titularidade do Direito.....	104
5.2. O exercício do direito.....	105
5.3. O Direito de Exoneração na Sociedade em Nome Coletivo e nas Sociedades por Quotas.....	108
CONCLUSÃO.....	112
Bibliografia citada	116

INTRODUÇÃO

Os direitos sociais são direitos que o sócio possui perante a sociedade, é a Lei que determina imperativamente quais são os direitos que integram o seu conjunto na estrutura empresarial, sendo eles direitos essenciais ao bom e regular funcionamento da sociedade.

O sócio é parte do contrato de sociedade, e como tal, emergem na sua esfera jurídica direitos e deveres, mas, deve entender-se que do contrato de sociedade não resultam apenas direitos e deveres para as partes, pois a elaboração do contrato origina uma ampla liberdade, pela qual os sócios introduzem as cláusulas que julguem adequadas à prossecução dos objetivos da atividade social.

Os direitos gerais dos sócios são direitos que pertencem os todos os sócios, correlacionando-se a um interesse comum, por outro lado, existem os direitos especiais dos sócios, que atribuem vantagem ao sócio titular desse direito e que irá corresponder a um interesse pessoal.

Os direitos especiais, por serem caracteristicamente especiais, são direitos que traduzem vantagens, criados na celebração do contrato de sociedade e que atribuem a um ou a alguns sócios um determinado direito especial, direitos que são destinados a beneficiar determinados sócios, em virtude de outros.

Neste sentido, o recurso a esta figura pode se dever a diversos fatores, pois a atribuição deste privilégio a um sócio ou a um grupo de sócios pode fortemente influenciar a cativação de novos sócios para sociedade, que consigo tragam mais oportunidades de negócio ou aumentos do capital, mas também conservar na sociedade, sócios que sejam preponderantes graças ao seu empenho para o desenvolvimento e crescimento da sociedade.

Em contrapartida, o direito especial irá proporcionar aos sócios ou grupos de sócios uma posição de relevo, que não pode ser sequer limitada sem o seu consentimento, tal como dita a Lei no Artigo 24º nº 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Por existir o privilégio, importa assegurar que, para que se dê a retirada do direito especial, que o titular consinta, nesta medida não estamos perante um direito que se possa retirar apenas por uma vontade, ou por uma maioria.

Este instituto afigura-se importante em Fusões de Sociedades, na medida em que em sede da fusão, deparamo-nos com uma reorganização societária, existe portanto tanto uma alteração da organização societária, como o próprio substrato pessoal.

Impõe-se a necessidade de defender os direitos especiais, especialmente em processo de fusão da sociedade, na qual, verificam-se muitas modificações a sua estrutura, na qual a fusão em si mesma, deve acompanhar a continuidade deste mesmo direito, contudo, caso não seja possível, olha-se então para as soluções que a lei prevê de modo a assegurar o respeito destes direitos.

Como podem os sócios titular os seus interesses? Quais são os mecanismos que o sócio dispõe para a devida proteção dos seus direitos?

O tema desta tese é *Os direitos Especiais dos Sócios e a Fusão da Sociedade: uma perspetiva Angolana* e encontra-se dividida em 2 partes.

A primeira parte da tese está relacionada com os direitos especiais dos sócios. Inicialmente será feito um enquadramento sobre a posição jurídica do sócio e o enquadramento desta figura jurídica no Direito Comparado.

Posteriormente será feita a análise desta figura jurídica à luz da Lei Angolana das Sociedades Comerciais e do Código das Sociedades Comerciais, para uma breve compreensão, olha-se primeiramente para os direitos gerais dos sócios e posteriormente para os direitos especiais, diferenciando estes direitos para que se possa entender o que torna especiais os direitos especiais, para posteriormente se apresentar esta figura jurídica, o seu instituto jurídico, terminando na sua natureza jurídica.

A segunda parte da tese é dedicada ao instituto jurídico da Fusão de Sociedades Comerciais.

Muitas empresas, algumas líderes no mercado, recorrem a estes instrumentos para que possam melhorar a sua posição no mercado mas também por vezes para que possam manter a posição de líder.

Entre outros fatores, como por exemplo, a globalização da economia mundial e o aumento da concorrência, são alguns dos fatores que de algum modo demonstram uma necessidade de reformulação e também de melhor adaptação, motivando por isso a implementação de estratégias como Aquisições e Fusões de Sociedades Comerciais.

O seu propósito passa pela promoção do desenvolvimento, sustentabilidade da sociedade, lucro e competitividade.

Apesar das motivações de índole financeira, pois na perspetiva económica as Fusões são muito importantes, coloca-se a questão na perspetiva jurídica, como se pode garantir o interesse assegurado pelo direito especial quando a sociedade sofre uma alteração tão radical como a Fusão?

No primeiro capítulo da segunda parte da tese será apresentado o instituto jurídico da Fusão de Sociedades Comerciais, o seu regime jurídico, o seu processo e evolução histórica, também no sentido de se abordar a Fusão deste modo para uma melhor compreensão inicial.

No segundo capítulo serão abordadas pontos essenciais do tratamento dado aos direitos especiais em sede de Fusão, sobre o Direito de exoneração do sócio, analisando-se no direito de exoneração nas sociedades em nome coletivo e nas sociedades por quotas.

Por último apresentarei as minhas conclusões devidamente fundamentadas.

Capítulo I- A posição Jurídica do Sócio

A posição jurídica do sócio nas sociedades comerciais compreende situações jurídicas ativas e passivas, o sócio ao adquirir a participação social (*Mitgliedschaft*)¹ como titular dessa participação social passa a ter uma posição de sócio perante a sociedade² que compreende situações jurídicas ativas e passivas.

Situações jurídicas ativas do sócio são entendidas tradicionalmente pela dogmática jurídica como *direitos*³, e as situações subjetivas jurídicas passivas são entendidas como obrigações⁴, considerados como elementos de uma situação jurídica complexa⁵, o autor PEDRO PAIS VASCONCELOS utiliza a designação *poderes* no que concerne a direitos, em seu entendimento as situações jurídicas ativas são *poderes* e as situações jurídicas passivas são *deveres*.⁶ Segundo este autor *poderes* “*correspondem à disponibilidade de meios jurídicos para a prossecução do fim próprio do direito subjetivo global do sócio. Assim, em vez de direito ao lucro, melhor se deveria referir o poder de exigir e receber a quota parte do lucro da sociedade no termo do exercício...*”⁷

No que concerne aos direitos e obrigações surgiram perspectivas divergentes, por um lado surgiu uma construção atomista ligada ao positivismo oitocentista⁸

¹ VASCONCELOS, Pedro Pais, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2006, cit., p.10.

² Cf. ESPÍRITO SANTO, João, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, Almedina, Coimbra, 2015, cit., pp.34. Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.34.

³ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., pp.31 e 34; O autor João Espírito Santo utiliza a designação situações subjetivas ativas e situações subjetivas passivas.

⁴ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.31.

⁵ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.34.

⁶ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.9 e 69-70 e 411; Cf. João Espírito, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., pp.34, n.31.

⁷ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.69.

⁸ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p 437; Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.32.

considerando direitos e obrigações como uma multiplicidade atomística não unitária⁹ contrapondo-se a concepções unitárias, entendidos por uma visão unitária, como a relação jurídica, a posição jurídica do sócio nessa relação, como direito subjetivo ou como *status*¹⁰.

O Código de Ferreira Borges, nos Artigos CXV (640º e ss.), e o Código de Veiga Beirão, nos Artigos 118º e 119º, tratava os direitos e obrigações de sócios sem unidade, seguindo uma perspectiva atomista da lei¹¹, esta perspectiva reunia apoio em alguns autores como GASPAR PEREIRA DA SILVA, RICARDO TEIXEIRA DUARTE, SAMPAIO PIMENTEL, INOCÊNCIO SOUSA DUARTE E TAVARES MEDEIROS¹².

RAUL VENTURA também não apoiava a perspectiva de unidade da participação social fundamentando a sua opinião através do regime do Artigo 99º do CC, resultando em três conclusões: “ a) A participação social não é constituída por um só direito do sócio; b) Os direitos patrimoniais componentes da participação podem ser isolados para o efeito de seres transmitidos; c) A transmissão tem por objeto os direitos, tal como compõem a quota.”¹³.

A perspectiva atomista, posteriormente evoluiu na doutrina portuguesa para uma perspectiva atomista mitigada, e mais tarde para uma concepção global, sendo considerado por PEDRO PAIS VASCONCELOS como “ *um embrião de unidade*”¹⁴ pois as concepções de alguns autores, como por exemplo FERRER CORREIA, já não eram puramente atomistas, PEDRO PAIS VASCONCELOS afirma “ ... *embora neguem a unidade da participação social como um direito subjetivo , unificam-no enquanto um feixe de direitos e uma posição ou participação na sociedade*”.¹⁵

⁹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.389.

¹⁰ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.390; Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

¹¹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.391.

¹² Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.392.

¹³ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.393.

¹⁴ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pp.396-397.

¹⁵ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.396.

Sobre a concepção global da participação, segundo PEDRO PAIS VASCONCELOS, alguns autores em suas concepções caracterizavam a participação social fazendo referência a *estatuto* e *estado*, conferindo assim unidade. PUPO CORREIA definia a participação social como “ *um estado ou conjunto de situações jurídicas correspondentes aos direitos e obrigações de sócios para com a sociedade, para com os outros sócios e até para com terceiros*”¹⁶.

Na doutrina alemã autores como HADDING defendiam a natureza plural, não unitária da participação social, considerando a existência de uma relação jurídica complexa na participação social, contendo direitos e obrigações atuais e futuros e que a participação social é a posição jurídica do sócio nessa relação jurídica complexa.

Para PEDRO PAIS VASCONCELOS, a concepção unitária da participação social decorre do seu regime jurídico, esta concepção acolhe autores como é o caso de WIEDMAN que nesta linha de pensamento consideram que a participação tem qualidade de relação jurídica e de direito subjetivo. KARSTEN SCHIMIDT por sua vez defende também a participação social como relação jurídica e como direito subjetivo, no entanto apesar de se considerar esta posição como dominante na doutrina alemã, existiam alguns entendimentos no sentido contrário, construções no sentido de recusa da unidade da participação social, considerando-a como relação jurídica entre sócio e a sociedade e entre os sócios ou como posição jurídica do sócio nessa relação.¹⁷

As concepções sobre a participação social segundo PEDRO PAIS VASCONCELOS, recorrem com frequência ao operador da relação jurídica na construção dogmática da participação social¹⁸, considerando-se como relação jurídica, mas também a situação jurídica, posição jurídica e os direitos subjetivos como instrumentos dogmáticos¹⁹.

Para PEDRO PAIS VASCONCELOS²⁰ a participação social como relação jurídica, concepção com ligação à dogmática savignyana²¹, entre a sociedade e os sócios ou

¹⁶ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.397.

¹⁷ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.400.

¹⁸ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.404.

¹⁹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.400.

²⁰ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pp.439 e 400.

entre os sócios em si, existem relações jurídicas, sendo que, existe relação jurídica na participação social mas a participação social não se esgota na relação jurídica, para além de existir relação jurídica existe também direito subjetivo, e acrescenta que através da participação social, passa-se a ser membro de uma sociedade originando por um lado um relacionamento jurídico duradouro e também uma posição jurídica subjetiva do sócio que o autor considera como um direito subjetivo suscetível de tutela perante terceiros,²²no seu entender existem relações jurídicas complexas que envolvem direitos subjetivos que não são autónomos entre si e resultam da relação na qual estão introduzidos, mas que podem se autonomizar dessa relação, a estas relações jurídicas o autor utiliza a designação de relações jurídicas primárias, por outro lado, as relações jurídicas secundárias integram uma posição ativa, podendo ser complexa, dominante e implica poderes e vinculações ligados por uma destinação funcional a assegurar por exemplo a tutela de um interesse ou a realização de um fim.²³

Na construção dogmática da participação social são também usados outros operadores, a participação social é também referida como posição jurídica, e como *status socii (estatuto jurídico do sócio)*²⁴

Sobre as participações sociais entendidas como posição jurídica do sócio posicionam-se a favor MENEZES CORDEIRO que entende a posição jurídica do sócio como uma posição complexa que envolve direitos e deveres, e COUTINHO DE ABREU que defende a participação social como posição jurídica unitária do sócio.²⁵

O entendimento pelo qual se refere a participação social como posição jurídica, não implica a exclusão da referência à relação jurídica, pois a posição jurídica é

²¹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pp.439 e 400.

²² Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.405.

²³ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.405.

²⁴ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.411.

²⁵ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.409.

referida como inserida numa relação jurídica, sendo assim a posição jurídica do sócio na relação jurídica que tem com a sociedade²⁶.

Segundo PEDRO PAIS VASCONCELOS, dificilmente se discute a concepção da participação social como posição jurídica do sócio na sociedade, segundo este autor o operador jurídico posição jurídica permite dar um tratamento jurídico mais eficiente a relações e situações complexas, as posições jurídicas podem ser ativas ou passivas e por vezes a mesma posição jurídica poderá ter componentes ativas e passivas, a posição jurídica do sócio inclui uma componente ativa e uma componente passiva separadas no Código das Sociedades Comerciais em diferentes preceitos como *direitos e obrigações*.²⁷ PEDRO PAIS VASCONCELOS afirma “ *A posição jurídica permite exprimir não apenas o típico direito do sócio- direito social que engloba um riquíssimo complexo activo e passivo, mas também a posição jurídica concreta de um certo sócio de uma determinada sociedade.*”²⁸

A concepção da participação social entendida como *status* foi acolhida na doutrina italiana, ASCARELLI defendia que a posição do sócio, no âmbito da sociedade comercial, deveria ser reconhecida um *status* pelo qual derivam direitos e obrigações²⁹ tendo como pressuposto comum a qualidade de sócio.³⁰ Apesar da diversidade de direitos, não alteram a natureza jurídica da posição do sócio. Segundo PEDRO PAIS VASCONCELOS este entendimento permite compreender a razão pela qual a posição do sócio é sempre a mesma juridicamente apesar da variedade de direitos, no caso concreto, podendo ser reconhecida independentemente da subsistência de alguns direitos³¹, direitos e obrigações, com variados momentos de constituição e extinção, de aquisição e perda que podem ocorrer em momento diverso da aquisição ou perda da qualidade de sócio.³²

²⁶ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.411.

²⁷ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.411.

²⁸ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.411.

²⁹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.412.

³⁰ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.414.

³¹ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.413.

³² Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.414.

Na doutrina portuguesa PEREIRA DE ALMEIDA considerava a participação social como um *status*, condição de sócio ou situação jurídica³³ para expressar um conceito complexo de direitos e obrigações do sócio que decorre da participação social.³⁴

Segundo PEDRO PAIS VASCONCELOS “ *a participação social nas sociedades comerciais é a relação jurídica, é direito subjetivo e é o estatuto jurídico do sócio enquanto tal (status socii) ”*.³⁵ Apresenta uma qualificação tripla, mas afirma também que a qualificação jurídica da participação social deve ser plural.

A relação jurídica, direito subjetivo e estatuto do sócio não se confundem entre si. Para este autor não é possível negar a existência de uma relação jurídica na participação social, pois existe uma relação entre os sócios e uma relação entre os sócios e a sociedade. Considera que a relação jurídica (relação social) é uma relação jurídica secundária, acessória do direito subjetivo.³⁶

A participação social é também um direito subjetivo, de que o sócio é titular. A participação social enquanto direito subjetivo é um direito subjetivo complexo³⁷ que PEDRO PAIS VASCONCELOS denomina direito social, tendo por objeto a parte social, é um direito complexo no qual se integram poderes creditícios, poderes de domínio como por exemplo o poder de reivindicar, alienar e onerar a parte social ou por exemplo poderes potestativos (votar e impugnar deliberações sociais e aquisição potestativa de ações).

Apesar de existirem várias concepções existentes segundo JOÃO ESPÍRITO SANTO, existem dificuldades para se chegar a um consenso pois segundo o autor “ *... o facto de algumas das construções se mostrarem demasiado estreitas para abranger o polimorfismo das situações ativas e passivas do sócio qua tale, que se inscrevem na posição do sócio no interior da sociedade...* ”.³⁸

³³ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.415.

³⁴ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.411.

³⁵ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.495.

³⁶ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.495.

³⁷ Cf. Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.434.

³⁸ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

No entender de JOÃO ESPÍRITO SANTO a superação no âmbito desta matéria, surge por duas vias, a da complexificação de qualificações singulares e a via da sobreposição de qualificações.³⁹

Segundo JOÃO ESPÍRITO SANTO na via da complexificação deparamo-nos com construções que partem de uma qualificação singular de *natureza jurídica e* acrescentam subqualificações que estendem o seu âmbito originário⁴⁰, é o caso das construções que entendem a participação social como um *direito subjetivo complexo* que abrange situações jurídicas ativas e passivas ou um *direito subjetivo sui generis*, nem real nem obrigacional.⁴¹ Por outro lado a via da sobreposição de qualificações, rejeita uma dogmática unitária e assenta na complementaridade de perspetivas. Esta via demonstra que, considerando as diversas situações ativas e passivas que se assentam na posição do sócio na sociedade, uma única perspetiva não permite capturar e a *natureza jurídica global* da participação social.⁴²

Segundo JOÃO ESPÍRITO SANTO, a via da sobreposição jurídico-qualificativa é a via que se considera mais apropriada tendo em conta a qualidade complexa da participação social e entendendo-a como *direito subjetivo e objeto de direito* ao qual acrescenta as qualificações de *relação jurídica e status*.⁴³

³⁹ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

⁴⁰ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

⁴¹ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

⁴² Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

⁴³ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.33.

Capítulo II: Direitos Especiais: Evolução no Direito Comparado

1. Ordenamento Jurídico Alemão

Historicamente, a Alemanha em inícios do séc. XIX funcionava como uma confederação de Estados, sob o comando da Prússia alcançou a unificação através do *Zolverein* (1848). Alcança também a unificação do Direito, através do surgimento do Código de Comércio em 1861⁴⁴.

O então Código de 1861 foi mais tarde substituído pelo Código de Comércio em 1897, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 1900, em simultâneo com o Código Civil.⁴⁵

A primeira *Aktiengesetz* (Lei das Sociedades por Ações Alemã) promulgou-se em 1937, que mais tarde foi substituída pela *Aktiengesetz* de 6 de Setembro de 1965, que regula atualmente, com algumas alterações, as sociedades anónimas.⁴⁶

O contributo do direito alemão é de extrema relevância, no sentido de que, a primeira ordem jurídica a consagrar os direitos especiais dos sócios foi a ordem jurídica alemã, estimulando a difusão desta figura jurídica a outros ordenamentos jurídicos.

Assim, como o autor RAUL VENTURA afirmou “*a teoria dos direitos especiais foi importada da Alemanha*”⁴⁷, o que demonstra que a prestação do direito alemão foi muito expressiva, pois além desta figura jurídica, outras figuras jurídicas foram também importadas.

A consagração dos direitos especiais no ordenamento jurídico nacional deve à influência alemã, um importante contributo no desenvolvimento do direito societário

⁴⁴ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, 3ª edição, Ampliada e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2011, cit., p.50.

⁴⁵ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I-Parte Geral*, cit., p.59.

⁴⁶ No Direito Alemão, as sociedades anónimas são reguladas pela *Aktiengesetz* de 6 de Setembro de 1965, publicada no *BGB1 (Bundesgesetzblatt)* I, p.1965, substituindo a *Aktiengesetz* de 30 de Janeiro de 1937.- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p. 49; Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I-Parte Geral*, cit., p.59.

⁴⁷ Cf. DIAS, Cristiano Amadeu Ramos, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, Almedina, 2015 cit,p.35.

nacional, e a própria sistematização dos direitos associativos, a distinção entre direitos gerais e direitos especiais, consequência da doutrina Alemã do Séc. XIX.

*Sonderrechte*⁴⁸ é a designação usada no Direito Alemão que corresponde aos direitos especiais no ordenamento jurídico Português.

Foi no ordenamento jurídico Alemão que os direitos especiais foram consagrados pela primeira vez, contudo, os primórdios dos direitos especiais foram fortemente influenciados pelo anterior ALR Prussiano⁴⁹, que levou à transição para o BGB⁵⁰.

Desde cedo, os direitos especiais foram um grande foco no Direito Societário Alemão, essencialmente, pelo fato desta figura jurídica ter obtido uma disposição destinada ao seu regime jurídico, no entanto não existia concordância, durante a preparação do *BGB*, sobre a admissão dos direitos especiais, pois este seria um caminho que suscitava inovação, mas que teve um papel de tal modo relevante, que atraiu assim maior atenção por parte da doutrina e jurisprudência.

Os direitos especiais encontravam-se no capítulo do Código Civil Alemão, o BGB, sobre matéria relativa a associações⁵¹, previstos no § 35 do *BGB*⁵², figura jurídica que foi mais tarde conduzida para as sociedades civis e sociedades comerciais.

O § 35 do *BGB* designava que “ *os direitos especiais de um associado, não podem ser coarctados por deliberação da assembleia geral sem a concordância do seu*

⁴⁸ Cf. PINTO FURTADO, *Deliberações dos Sócios/ Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p. 262.

⁴⁹ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.151.

⁵⁰ Código Civil Alemão.

⁵¹ Entre os direitos especiais em associações, estão compreendidos a liberdade de contribuir; direito vitalício a um lugar na direção; direito de voto plural; direito de convocar a direção; direito de permitir a modificação dos estatutos; direito de veto perante deliberações da direção ou da assembleia geral; direito de utilização prioritária de bens associativos e pretensões ao património coletivo, em caso de liquidação.- Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p. 37; Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.617.

⁵² Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.617.

titular”⁵³, “ não podem ser afectados por uma deliberação da assembleia geral dos membros da associação, os direitos de um membro que lhe pertençam a título de direitos especiais, sem o consentimento deste”.⁵⁴

O §35 do *BGB* é entendido no sentido de que os direitos especiais devem integrar os estatutos, porém não no sentido de constarem de forma expressa e direta, pelo que, apelar-se-ia o recurso a métodos interpretativos aos estatutos das associações para a compreensão sobre a sua extensão.⁵⁵

Os *Sonderrechte*, são direitos que colocam o titular em uma posição vantajosa, negando a possibilidade de ser retirado o seu benefício sem consentimento. MENEZES CORDEIRO defende “ uma posição indespojável, pois esta posição de vantagem não pode ser retirada ao associado sem o seu consentimento...”.

No caso das sociedades anónimas, no direito Alemão a sua matéria é regulada pela *Aktiengesetz*, no que diz respeito aos direitos especiais, os direitos especiais são conferidos a ações privilegiadas⁵⁶ ou preferenciais, cuja designação no direito alemão é *Vorzugsaktien* .

As ações privilegiadas concedem benefícios aos seus titulares e agrupam-se em categorias, pelo que, segundo o §11 *Staz*⁵⁷ 2 as ações que atribuem direitos iguais constituem uma categoria⁵⁸, tal como no ordenamento jurídico português.

Em matéria de ações, existe alguma flexibilidade, pois, o seu regime pode estar expressamente previsto na lei⁵⁹ correspondendo a situações típicas, ou por outro lado,

⁵³ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.36; Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais anotado AA.VV.*, cit.,p.151.

⁵⁴ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.36;

⁵⁵ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.37.

⁵⁶ No ordenamento jurídico português, por força da imposição legal, artigo 24º nº 4 CSC, os direitos especiais apenas podem ser atribuídos a categorias de ações, pois a sua afinidade reside no privilégio que lhe é característico- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., pp. 6-8.

⁵⁷ Termo usado pela doutrina alemã como exemplo § 12 Abs.1 Satz 2 tem como significado art.12, al.1, frase 2.- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.49.

⁵⁸ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.50.

podem ser criadas no exercício da autonomia da vontade, com respeito pelo princípio do igual tratamento dos acionistas⁶⁰ (§ 53 Aktg “*Os acionistas em condições iguais devem ser tratados igualmente*”), pelo que ficam sujeitos ao regime geral aplicável às categorias de ações⁶¹, permitindo que lhe seja atribuído vantagem de carácter patrimonial, como por exemplo o direito a um dividendo acrescido (§§ 11 e 60 Abs.3).

Por outro lado, no caso de atribuição de vantagens de carácter não patrimonial, importa a proibição de emissão de ações de voto plural (§12 Abs.2 Staz1), mas, esta regra comporta uma exceção, isto é, podem ser criadas ações de votos plural conquanto que, para tal, a autoridade competente o permita, e que tal medida seja fundamental para a satisfação de interesses da sociedade (§12 Abs. 2 Staz 2).

No que concerne à supressão ou limitação de privilégio inerente às ações privilegiadas (em vida da sociedade), entende-se que a eficácia dessas alterações estatutárias depende de deliberação em assembleia geral (§ 179 Abs.1 Staz 1), exigindo-se no mínimo, uma maioria de três quartos do capital social (§ 179 Abs. 2 Staz 2).

A solução que a lei Alemã prevê é idêntica à solução prevista pela lei portuguesa, no sentido de que, para que se proceda à supressão ou coartabilidade dos direitos especiais de uma categoria de ações exige-se o consentimento dos acionistas titulares, mas existe uma particularidade, a lei portuguesa exige que o consentimento seja prestado em assembleia especial dos acionistas (24º números 5 e 6 CSC), porém, a

⁵⁹ Caso das ações preferências sem direito de voto (§12 Abs. 1 Staz 2 e §§ 139 a 141), - Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., pp.50-51.

⁶⁰ Impõe-se o respeito pelo princípio do igual tratamento dos acionistas, quando sejam criadas ações preferenciais (em vida da sociedade). Este princípio vigora no ordenamento Alemão, tendo sido acolhido pela Segunda Diretiva Comunitária, reconhecido legalmente através da introdução na Aktg do §53- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., pp 50- 51, n. 4.

⁶¹ Cf. § 23 Abs. 3, nº4, e Abs.5 e §§ 138, 179 e 18- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.50.

lei Alemã exige que o consentimento em assembleia especial ou em votação separada (§ 138 *Staz* 1)⁶², por maioria de três quartos do capital social das ações lesadas.

A falta de consentimento implica a ineficácia da deliberação que permita a supressão, ainda que seja válida, mas “ ... *se a assembleia especial vier, ulteriormente, a aprovar a deliberação de alteração dos estatutos, essa aprovação produz efeitos retroativos, isto é, tudo se passa como se o consentimento já tivesse sido dado quando a alteração foi deliberada pela assembleia geral*”.⁶³⁶⁴

Em matéria sobre as sociedades anónimas, é discutido na doutrina Alemã a possibilidade de serem atribuídos direitos especiais a um sócio individual, apesar da aceitação da doutrina maioritária, ECKARDT⁶⁵ não aprova esta possibilidade, pois tratando-se de sociedades de capitais, não se deveria dar relevância a atribuições pessoais. Neste tipo de sociedades, os direitos especiais são atribuídos em função das ações que constituem uma categoria.

⁶² Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.53-54, n.14-15.

⁶³ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.55.

⁶⁴ Na lei alemã o consentimento produz efeitos retroativos, mas em comparação, na lei portuguesa não se verifica a retroatividade, tendo em consideração o Artigo 55º e Artigo 86º nº1 CSC.

⁶⁵ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.59.

2. Ordenamento Jurídico Angolano

Pode-se dizer que desde sempre o ordenamento jurídico Angolano, teve forte influência do ordenamento jurídico Português. Angola torna-se independente em 1975, numa época em que já era preponderante o contributo português, que Angola teve por herança da época colonial, o Código de Veiga Beirão de 1888.

Após a independência Angola, não ocorreu a necessária alteração da legislação comercial do ordenamento jurídico angolano, que assentava na época essencialmente no Código Comercial de 1888 e a Lei das Sociedades por Quotas de 11 de Abril de 1901.⁶⁶, devido a um reduzido peso do setor empresarial privado aliado à menor capacidade da administração pública de recorrer a alterações significativas da legislação em vigor nesta altura. Atualmente, em matéria de Direito Comercial, em Angola vigora ainda o Código de Veiga Beirão de 1988, porém, em menor medida, acompanhando os desenvolvimentos económicos e sociais ocorridos em Angola, com o passar dos anos, também o desenvolvimento operou no âmbito do Direito Comercial e Direito das Sociedades, assim, a par do Código Comercial Angolano existe diversa legislação avulsa, que entretanto atua em substituição de várias normas, desde então revogadas, do Código Comercial Angolano⁶⁷.

No âmbito do direito societário, um novo diploma, veio a regular a matéria referente às sociedades comerciais. A Lei nº1/04 de 13 de Fevereiro Lei Angolana das Sociedades Comerciais, este diploma vem dar solução às necessidades que surgiram com a evolução da economia angolana ao longo dos últimos anos, tendo-se verificado um aumento da iniciativa privada, mas também a constituição de sociedades comerciais, devido a progresso e mudanças em seus procedimentos, formalidades e legislação.

⁶⁶Cf. PINTO FURTADO, Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola, cit., p.11.

⁶⁷ Cf. VALE, Sofia, "O Direito Comercial em Angola", in *O Direito de Angola*, Edição da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2014, cit., pp 1-22; Cf. VALE, Sofia, *As empresas no Direito Angolano-Lições de Direito Comercial*, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2015, cit., pp. 557-558.

A aprovação da Lei das Sociedades Comerciais, ilustra as transformações significativas do setor privado da economia, permitindo alcançar objetivos tais como proceder à atualização do regime dos principais agentes económicos de direito privado, as sociedades comerciais⁶⁸.

No âmbito das sociedades comerciais, vigora a Lei Angolana das Sociedades Comerciais, Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro, que disciplina as sociedades comerciais plurais, naturalmente, apresenta semelhanças em relação à lei portuguesa, este normativo apresenta na sua parte geral disposições sobre os direitos dos sócios, particularmente a sua figura jurídica, direitos especiais dos sócios, é prevista no Artigo 26º deste diploma, regulando essencialmente desde a constituição dos direitos especiais, a sua transmissão e supressão, dispõe a norma: *“Direitos Especiais 1. Só podem ser constituídos direitos especiais a favor de algum sócio por estipulação no contrato de sociedade.*

2.Salvo estipulação expressa em contrário, são intransmissíveis os direitos especiais constituídos a favor dos sócios de uma sociedade em nome coletivo.

3.Nas sociedades por quotas, os direitos especiais de natureza patrimonial são transmissíveis com a quota respetiva, exceto se for outro o regime convencionado, sendo intransmissíveis em qualquer caso os restantes direitos.

4.Nas sociedades anónimas os direitos especiais só podem ser atribuídas a categorias de ações e transmitem-se com estas.

5. Salvo disposição legal ou contratual expressa em contrário, os direitos especiais não podem ser suprimidos ou limitados sem o consentimento do respetivo titular.

⁶⁸Cf. PINTO FURTADO, *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola*, cit., p.11; Cf. Sofia Vale, *As empresas no Direito Angolano -Lições de Direito Comercial*, cit., pp.557-558.

6. Nas sociedades anónimas, o consentimento referido no número anterior é prestado através de deliberação tomada em assembleia especial dos acionistas titulares de ações da respetiva categoria. ”⁶⁹

Consta desta norma que os direitos especiais dos sócios, semelhantemente ao que dispõe o Artigo 24º do CSC, devem ser atribuídos necessariamente no contrato de sociedade, na data da sua celebração, de forma individualizada, ou, em vida da sociedade, mas, por alteração unânime do pacto social, no caso particular das sociedades anónimas, a norma determina que os direitos especiais sejam atribuídos a categoria de ações, transmitindo-se os direitos especiais com as mesmas.

Entende-se no ordenamento jurídico português que os direitos especiais, sendo afetados ou limitados, exige-se o consentimento do respetivo titular (Artigo 24º CSC), o mesmo acontece na lei angolana, neste sentido, sobre a afetação de direitos especiais, nos termos do Artigo 26 nº5 da Lei das Sociedades Comerciais Angolana, salvo disposição legal em contrário, não se permite a sua supressão ou limitação sem o respetivo consentimento de seu titular, tornando ineficaz a deliberação sobre assunto que exija o consentimento do titular, nos termos Artigo 60º ⁷⁰da Lei das Sociedades Comerciais Angolana.

A lei angolana exige que, em sociedades anónimas, o consentimento seja prestado em assembleia especial de acionistas pelos titulares de ações da respetiva categoria, é o que prevê o Artigo 409º nº2 ⁷¹ da LASC, e conforme dispõe o Artigo 403º nº2 e o Artigo 406º nº3 da LASC será suficiente a maioria qualificada de dois terços dos votos. Em hipótese, a falta de consentimento do titular em deliberação que afete o respetivo direito especial será tida como ineficaz, isto resulta do Artigo 60º da LASC,

⁶⁹ A fonte histórica do Artigo 26º da LSCA é a do Artigo 24º do CSC. Cf. PINTO FURTADO, *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola*, cit., p..51

⁷⁰ A fonte histórica do Artigo 60º da Lei nº1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais Angolana é o Artigo 55º do CSC.- PINTO FURTADO, *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola*, cit., p.86.

⁷¹ A fonte histórica do Artigo 409º Lei nº1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais Angolana, é o Artigo 389º do CSC.- PINTO FURTADO, *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola*, cit., p.417.

mas poderá o sócio prejudicado dar o seu acordo, expressa ou tacitamente, tornando desta forma eficaz a deliberação em relação a esse sócio.

3. Ordenamento Jurídico Italiano

No ordenamento jurídico Italiano, o *Codice Civile* disciplina a matéria sobre as sociedades comerciais. Entre os artigos 2247º a 2511º do Título V do Livro encontramos disposições relativas ao direito das sociedades.

As sociedades anónimas, particularmente, são reguladas pelo *Codice Civile*, no Livro V, Título V, Capítulo V, entre os artigos 2325º a 2451º, e ainda por leis avulsas.⁷²

À semelhança do ordenamento jurídico português, a matéria dos direitos especiais na lei Italiana é regulada pelo *Codice Civile*, porém, não encontramos na lei Italiana norma idêntica ao artigo 24º do CSC. Por outro lado, a lei italiana apresenta a figura do “*diritti individuali*” e “*diritti particolari dei soci*”.

Ambos os ordenamento jurídicos, quer ordenamento jurídico Italiano quer o ordenamento jurídico Português, não apresentam distinções absolutas, como é o caso da tipologia de sociedades que a lei Italiana admite, e por sua vez, a lei Portuguesa também prevê, assim sendo, a lei Italiana prevê a *società in nome collettivo* (sociedade em nome coletivo), a *società a responsabilità limitata* (sociedade por quotas), a *società per azioni* (sociedade anónima) e a *società in accomandita semplice* e *società in accomandita per azioni* (sociedade em comandita simples e por ações).

Conforme a lei Italiana os *diritti individuali*(direitos individuais), compreendem aqueles direitos que não podem ser atingidos pela sociedade por um mero ato de vontade pela sociedade, nesta medida, estamos perante direitos inderrogáveis dos sócios. Os “*diritti particolari dei soci*” são entendidos como direitos que têm natureza

⁷²Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p. 86.

idêntica aos direitos especiais dos sócios⁷³, pois apresentam natureza jurídica idêntica aos direitos especiais dos sócios, e, no casos desses direitos serem prejudicados sem o devido consentimento do seu titular, considera-se que deliberação que afete estes direitos, é consequentemente ineficaz, á semelhança da solução que o CSC, no artigo 55º “ *Falta de consentimento dos sócios*

Salvo disposição legal em contrário, as deliberações tomadas sobre assunto para qual a lei exija o consentimento de determinado sócio são ineficazes para todos enquanto o interessado não der o seu acordo, expressa ou tacitamente.” Por outro lado os “*diritti individuali*”, (por exemplo o direito ao voto e o direito aos lucros), são direitos estabelecidos por lei inderrogável, portanto, a deliberação, que suprima ou coarte estes direitos será inválida, cuja solução é idêntica á do artigo 56º nº 1 al d) CSC.

Consoante esteja em causa “*diritti particolari dei soci*” ou os “*diritti individuali*”, a deliberação que suprima estes direitos sem consentimento do seu titular será ineficaz ou inválida respetivamente, por outro lado no ordenamento jurídico Português, direitos especiais que sejam suprimidos ou coartados sem consentimento do titular, a respetiva deliberação será ineficaz conforme o disposto no artigo 55º CSC.

Sobre as sociedades anónimas em particular, é fundamental o respeito pelo princípio do igual tratamento dos acionistas, segundo este princípio as ações devem ser iguais em valor e também a concessão aos seus titulares de iguais direitos (artigo 2348, I), mas, no âmbito da autonomia da vontade, a lei permite que os sócios, possam criar categorias de ações, *ab initio* ou em vida da sociedade, e podem ainda os sócios criar as categorias de ações privilegiadas que quiserem, para além daquelas que a lei prevê, conquanto que exista respeito pelos limites fixados pela lei.⁷⁴

A lei Italiana admite a criação de ações privilegiadas, contudo, devem estar previstas em seus estatutos (artigo 2328º do *Codice Civile*), e incidindo sobre os lucros e sobre o capital, a lei não abrange a concessão de privilégios não patrimoniais, portanto, ainda nesta senda, a lei italiana não admite a criação de ações de voto plural,

⁷³ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.45.

⁷⁴ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.86.

proibindo-as até, todavia admite a ações de voto limitado sendo que, as ações de voto limitado não poderão representar mais do que metade do capital social (artigo 2351º, II, código civil italiano)⁷⁵.

Em matéria de direitos especiais de uma categoria de ações, semelhantemente à lei Portuguesa, considerando o disposto no artigo 24º nº5 e 6 do CSC, exige-se o consentimento prévio dos titulares da categoria, em assembleia especial, quando a deliberação social ponha em causa, prejudique ou afete os direitos especiais, conforme a dispõe o artigo 2376º do *Codice Civile*⁷⁶⁷⁷.

Considerando o que dispõe o *Codice Civile* , “Art. 2376. *Assemblee speciali. Se esistono diverse categorie di azioni o strumenti finanziari che conferiscono diritti amministrativi, le deliberazioni dell'assemblea, che pregiudicano i diritti di una di esse, devono essere approvate anche dall'assemblea speciale degli appartenenti alla categoria interessata. Alle assemblee speciali si applicano le disposizioni relative alle assemblee straordinarie*”. A segunda parte do artigo 2376º do código civil Italiano remete para o regime das assembleias extraordinárias, nesta medida, para a assembleia especial tal como para a assembleia extraordinária, exige-se o quórum constitutivo de mais de metade do capital social representado pela categoria, ou em segunda convocação constituindo-se por um terço do capital social (art. 2369º do Código civil italiano)⁷⁸.

Sobre a falta de consentimento dos titulares das categorias, reunidos em assembleia especial, a doutrina Italiana não é unânime relativamente as deliberações sociais que prejudiquem direitos especiais, para alguns autores essas deliberações sociais são tidas como ineficazes, ao passo que, outros autores defendem a invalidade⁷⁹.

⁷⁵ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.87.

⁷⁶ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.95.

⁷⁷ Cf. GALGANO, FRANCESCO, *Il nuovo diritto societário*, CEDAM, 2003., cit., p.133.

⁷⁸ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.97-98.

⁷⁹ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.99.

4. Ordenamento Jurídico Espanhol

Historicamente, o Direito Comercial Espanhol, divide-se em 3 períodos, nomeadamente, em tempos antigos, idade média e época moderna e a época contemporânea⁸⁰.

Influenciado pelo Código francês de 1807, a primeira codificação no ordenamento Espanhol surge em 1829, cujo anteprojeto, foi atribuído a PEDRO SAINZ DE ANDINO, sendo que ao Código do Comércio de 1829, é atribuído elevado valor.

Acompanhando mudanças, principalmente no campo económico, surge a necessidade de reforma no direito comercial, assim, surge o Código do Comércio de 1885, cuja preocupação primordial reunia, aliar a necessidade de uma reforma legislativa e a evolução político-ideológica vivida no Séc. XIX.

No Direito Societário Espanhol, o regime jurídico das sociedades por quotas (*Sociedad de responsabilidad limitada*), sociedades anónimas (*sociedad anónima*) e sociedade em comandita por ações (*sociedad anónimas por acciones*) é consagrado pela *Ley de sociedades de Capital*, aprovado pelo *Real Decreto Legislativo 1/2010*, de 2 de Julho.

Em matéria de direito dos sócios, são consagradas na *Ley de Sociedades de Capital* disposições específicas sobre esta matéria, previsto na Secção I do Capítulo II do Título IV.

Conforme dispõe o artigo 93º da *Ley das Sociedades de Capital*, aos sócios cabe-lhes no mínimo:

- a) Direito ao lucro e ao ativo resultante de liquidação;
- b) Direito de preferência na criação de novas ações;

⁸⁰ Cf. David Supino, *Derecho Mercantil*, Raducido De La Cuarta Edición Y Anotado Extensamente Con Las Diferencial Del Derecho Español, por Lorenzo Benito Madrid La España Moderna CUES11A De Santo Domingo, pp.23-24.

- c) Direito de participação na assembleia geral e ao exercício do direito de voto;
- d) Direito à informação.

No âmbito das sociedades anónimas, o primeiro grande diploma que regulamentava as sociedades anónimas, surgiu num período posterior ao Código de Comércio de 1885, que mais tarde, demonstrou-se ter um sistema envelhecido face as mudanças significativas que iriam ocorrer no ordenamento Espanhol, assim, face ao desenvolvimento do comércio em Espanha, verificou-se o surgimento de variados instrumentos de comércio.

O primeiro diploma sobre matéria relativa às sociedades anónimas foi aprovado pela *Ley* de 17 de Julho de 1951, mais tarde, com a adesão de Espanha à Comunidade Europeia, mostrou-se ser necessária a alteração a um número significativo de disposições da lei de sociedades anónimas⁸¹. A nova lei de sociedades anónimas vem a revogar a *Ley* de 17 de Julho de 1951 sobre o regime jurídico das sociedades anónimas, surge ajustada às diretivas comunitárias, em 1989, texto aprovado pelo Real Decreto Legislativo 1564/1989 de 22 de Dezembro refundido em 22 de Fevereiro de 1990⁸².

A *Ley* de Sociedades de Capital contempla disposições sobre os direitos dos sócios e também sobre os direitos especiais dos sócios, fazendo referência aos “derechos diferentes”, estes “derechos diferentes” equivalem aos direitos especiais, na lei portuguesa⁸³. Conforme dispõe o artigo 94º da *Ley* de Sociedades de Capital “*Diversidad de derechos.—1. Las participaciones sociales y las acciones atribuyen a los socios los mismos derechos, con las excepciones establecidas al amparo de la ley.*

Las participaciones sociales y las acciones pueden otorgar derechos diferentes. Las acciones que tengan el mismo contenido de derechos constituyen una misma clase.

⁸¹ Foi elaborado um anteprojeto de lei de alteração parcial da lei, tendo sido acolhidas as diretivas comunitárias sobre direito das sociedades.- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.83.

⁸² Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.75.

⁸³ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p. 40.

Cuando dentro de una clase se constituyan varias series, todas las que integren una serie deberán tener igual valor nominal...”

A nova Lei das Sociedades Anónimas são previstas e reguladas as ações ordinárias, e também as ações privilegiadas, permanecendo nesta lei, tal como na *Ley* de 1951, a característica que está subjacente às ações privilegiadas, a da concessão de privilégios⁸⁴.

No caso da criação de ações de voto plural, a proibição prevista no artigo 38º nº2 da *Ley* de 1951, mantém-se também na nova lei, conforme dispõe na 2ª parte do artigo 50º nº2⁸⁵ *“No es válida la creación de acciones com derecho a percibir un interés, cualquiera que sea la forma de su determinación, ni la de aquellas de forma directa o indirecta alteren la proporcionalidad entre el valor nominal de la acción y el derecho de voto o el derecho de suscripción preferente”*.

Nos termos da lei Espanhola, podem ser criadas ações privilegiadas, sendo que, considerando o disposto no artigo 9º alínea g) da lei atual (artigo 11º, 3º alínea f), da *Ley* de 1951, devem ser previstas estatutariamente todas as categorias. A criação destas ações, quando não ocorra *ab initio*, sujeitam-se a regras sobre a modificação de estatutos conforme dispõe o artigo 50º nº1 na lei atual e nº 2 do artigo 93º da *Ley de Sociedades de Capital*.

Em respeito às formalidades sobre a alteração de estatutos, a alteração estatutária exige um *quórum* constitutivo, em 1ª convocatória, de 50% do capital subscrito com direito de voto (artigo 103º nº1), ou em 2ª convocatória, de 25% do capital (artigo 103º nº1 nº 2)⁸⁶. Assim, se estiverem presentes um montante inferior a

⁸⁴ Por exemplo, ações com preferência sobre os dividendos ou sobre o património no momento de partilha- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.77.

⁸⁵ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.79.

⁸⁶ Na lei de 1951, entendia-se que, para alterações estatutárias, o quórum constitutivo em 1ª convocatória exigia a presença ou representação de 2 terços do capital subscrito, quando estivessem em causa ações nominativas, dois terços dos acionistas, em 2ª convocatória a presença ou representação de metade do capital social era considerada suficiente, e tratando-se de ações nominativas, a maioria dos sócios. Em caso de ações nominativas, exigia-se que o quórum constitutivo em função do numero

50% do capital social, a deliberação apenas será aprovada, por votação favorável de 2 terços do capital presente.

Em caso de alteração estatutária que preveja a limitação ou supressão de ações privilegiadas, na qual se alteram ou afetem os respetivos direitos, ainda que seja de forma indireta, exige-se o consentimento, tal como no ordenamento jurídico Português, artigo 24º nº5 CSC. Para este efeito, deve ser deliberado pela assembleia geral impondo ainda que, quando sejam várias a classe afetadas, que seja prestado o ser acordo (artigo 148º nº 1 e nº3).

O artigo 293º da *Ley de Sociedad de capital* dispõe: “1. Para que sea válida una modificación estatutaria que afete directa o indirectamente a los derechos de una clase de acciones, será preciso o acordada por la junta general, con los requisitos establecidos en esta Ley, y también por la mayoría, de las acciones pertenecientes a la clase afectada. Cuaando sean varias las clases afectadas, será necessário el acuerdo separado de cada una de ellas.

2. Cuando la modificación sólo afecte a una parte de las acciones pertenecientes a la misma clase y suponha un trato discriminatória entre las mismas, se considerará a efectos de lo dispuesto en el presente artículo que constituyen clases independientes las acciones afectadas y las no afectadas por la modificación, siendo preciso, por tanto, el acuerdo separado de cada una de ellas.

3. El acuerdo de los accionistas afectados habra de adoptarse con los mismo requisitos previstos en esta Ley para la modificacion de los estatutos sociales, bien en junta especial o a través de votación separada en la junta general en curya convocatoria se hará constar expresamente.

4. A las juntas especiales será de aplicación lo dispuesto en esta Ley para la junta general”.

Nesta medida, exige-se o concurso de duas deliberações maioritárias.

de acionista- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.80, n.94.

5. Ordenamento Jurídico Francês

O *Code de commerce* de 1807 exerceu uma forte influência nas legislações de outros ordenamentos jurídicos, especialmente no *Codice Civile Italiano* de 1865, o Código de Comércio Espanhol de 1829⁸⁷ e igualmente no Código Holandês de 1838.

No *Code de commerce* de 1807, regulava-se 3 tipos de sociedades, nomeadamente, a sociedade em nome coletivo, a sociedade em comandita e a sociedade anónima.⁸⁸

O Direito Francês, posteriormente, passa a adotar um regime para as sociedades anónimas e sociedades em comandita por ações, mais tarde, surge a Lei de 23-29 de Maio de 1863, depois desenvolvida pela Lei de 24 de Julho de 1867.⁸⁹

A Lei de 24 de Julho de 1867 vigorou por um período que atingiu quase um século⁹⁰, após o qual se assistiu a uma reformulação do direito societário no ordenamento jurídico França.

A *Loi sur les sociétés commerciales*, foi constituída pela Lei nº 66-537 de 24 de Julho de 1966, (daqui em diante LSC), regulamentada pelo Decreto nº 67-236 de 23 de Março de 1967, entrou em vigor em 1 de Abril de 1967, é um diploma que, atualmente é essencial no que se refere às sociedades comerciais, particularmente as sociedades anónimas.

No Direito Francês, as sociedades anónimas, são reguladas pela Lei nº 66-537 de 24 de Julho de 1966- *Loi sur les sociétés commerciales*, e pelo Título IX do Livro III do Code Civil, entre os artigos 1832 e seguintes^{91 92}.

⁸⁷ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.46

⁸⁸ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.44.

⁸⁹ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.52.

⁹⁰ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.76.

⁹¹ Na redação dada pela Lei nº 78-9, de 4 de Janeiro de 1978.

⁹² Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.64.

Sobre ações privilegiadas, não só estão previstas no direito francês, como são reguladas minuciosamente as ações privilegiadas sem direito de voto⁹³, e referidas brevemente outras ações privilegiadas, que possam ser emitidas.

A lei francesa determina a previsão de concessão a certas categorias de ações, preferência sobre a distribuição de lucros e na partilha do saldo de liquidação, desde que se preveja em seus estatutos, e permanecendo os restantes direitos que são comuns às ações ordinárias⁹⁴

Em especial, caso se esteja perante um caso de proposta da alteração dos estatutos que prejudiquem os direitos de uma categoria, estando perante a redução ou supressão dos seus direitos ou mesmo intenção de criar nova categoria de ações que possa vir a afetar os privilégios de categorias de ações já existam, os titulares da categoria protegem-se através de reunião em assembleia especial, podendo deliberar sobre a questão, exigindo a lei aprovação por parte dos acionistas privilegiados⁹⁵

A assembleia especial reúne em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham metade das ações com direito de voto (artigo 156, al.3, 1ª parte LSC), ou em segunda convocação⁹⁶ com a presença de apenas um quarto das ações com direito de voto (artigo 156 al.3 LSC), deliberando por uma maioria de dois terços dos votos presentes (artigo 153, al.3 LSC⁹⁷⁹⁸). Nos termos da lei, o desrespeito pelas regras de quórum e maioria exigidas por lei, torna nulas as deliberações tomadas em assembleia especial (artigo 173 al.1 LSC)⁹⁹

⁹³ Artigos 269, al.2, 269-1 a 269-9 e 178 da LSC.

⁹⁴ Artigo 269, al.1 da LSC

⁹⁵ Artigo 156 al.2 e 269-4, al.5 DA LSC

⁹⁶ No caso de estarem representadas ações em número insuficiente.- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.69.

⁹⁷ Na redação da lei nº81-1162, de 30 de Dezembro, *ex vi* artigo 156, al.4.

⁹⁸ No caso de estarem representadas ações em número insuficiente.- Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.70.

⁹⁹ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.70.

Considera-se ainda, que a deliberação da assembleia geral extraordinária, na qual se altere os direitos de uma categoria de ações, será ineficaz ao faltar-lhe o consentimento em assembleia especial da categoria.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.70.

Capítulo III- Os direitos especiais dos sócios na LASC e no CSC

1. Noção

No Direito angolano, no âmbito do direito das sociedades o diploma regulador das sociedades comerciais em Angola é a Lei Angolana das Sociedades Comerciais (LASC) Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro, este diploma disciplina o regime jurídico das sociedades comerciais. Em matéria de direitos especiais dos sócios a lei angolana das sociedades comerciais regula o seu regime jurídico no Artigo 26º sob a epígrafe Direitos Especiais, assemelhando-se à lei portuguesa em suas soluções sendo a fonte inspiradora para o direito angolano das sociedades.

O Código das Sociedades Comerciais contempla o regime jurídico dos direitos especiais dos sócios no Artigo 24º, os direitos especiais são direitos que traduzem privilégios ou vantagens ao seu titular, resultam necessariamente dos estatutos e não podem ser limitados sem o consentimento do seu titular.¹⁰¹

Os direitos especiais são direitos que podem ser atribuídos pelo contrato da sociedade a um ou mais sócios, sendo que, estes sócios passam a ser titulares de vantagens em relação aos outros sócios, podendo constituir vantagens de natureza patrimonial ou não patrimonial¹⁰².

Segundo COUTINHO ABREU é possível definir os direitos especiais¹⁰³ como, “os direitos atribuídos no contrato social a certo (s) sócios (s) ou a sócios titulares de ações de certa categoria conferindo-lhe (s) uma posição privilegiada que em princípio não pode ser suprimida ou limitada sem o consentimento dos respetivos titulares”.

¹⁰¹ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., 2ª Edição, Almedina, Coimbra, 201, cit., p.51.

¹⁰² Cf. BAXE, Domingos Salvador André, *A Tutela dos Direitos dos Sócios em Sede de Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, cit., pp. 113-115.

¹⁰³ Artigo 24º não dá uma definição quanto aos direitos especiais, sobre esta matéria o autor Cristiano Amadeu Ramos procede a uma análise do papel da doutrina e da jurisprudência no que toca à concretização de um conceito de direitos especiais, contudo, demonstra o autor, que se trata de ponto assente que os direitos especiais representam uma posição jurídica de vantagem.- Cf. Cristiano Dias, , *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp.61-74.

PAULO OLAVO CUNHA define estes direitos, como “ *os direitos que são atribuídos pelo contrato de sociedade a um ou mais sócios (24º, nº1), conferindo-lhes uma vantagem relativamente aos demais*”, por seu lado FERRER CORREIA define direitos corporativos especiais como “ *direitos que competem, segundo o contrato ou estatuto, apenas a um ou alguns dos sócios ou, nas sociedades por ações, a toda uma categoria de accionistas, conferindo aos seus titulares uma vantagem especial, um privilégio, uma posição de supremacia frente aos demais associados...*”¹⁰⁴

Estes direitos traduzem posições de vantagem em relação aos restantes sócios da sociedade, no sentido de que, ao sócio é atribuído um direito de carácter especial¹⁰⁵, elevando-o a uma posição, pela qual não pode ser despedido deste direito sem o devido consentimento, salvo regra legal ou estipulação contratual expressa em sentido contrário¹⁰⁶.

Os direitos especiais dos sócios, podem ser criados apenas por estipulação no contrato de sociedade, admitindo que possam revestir natureza patrimonial, e, nesse caso é possível exemplificar pelo direito a uma parte acrescida nos lucros de exercício, pois o normal seria de acordo com o disposto no Artigo 22º nº1 e no Artigo 156º nº 4, que os sócios participem nos lucros de exercício e no saldo de liquidação de acordo com a proporção das suas participações sociais, contudo, é possível atribuir o direito especial de quinhão mais do que proporcionalmente nos lucros e saldos¹⁰⁷. Assim tem-se como exemplo de direito especial de natureza patrimonial o direito a uma parte acrescida nos lucros e o direito a uma parte favorecida no saldo de liquidação.

¹⁰⁴ O autor Pinto Furtado descreve os direitos especiais como “... *direitos corporativos outorgados com carácter de privilégio, pelo contrato de sociedade, a algum ou aos accionistas de uma determinada categoria de ações, e que não podem ser suprimidos nem coarctados sem o consentimento do respectivo titular, salvo regra legal ou cláusula contratual expressa em contrario.*”- Cf. FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos Sócios/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, reimpressão da edição de novembro de 1993, 2003, p.261;Cf. CORREIA, A. Ferrer, *Lições de direito comercial*, reprint, vol. I, II, III, LEX, 1994, p. 399.

¹⁰⁵ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.63.

¹⁰⁶ No ordenamento jurídico angolano, os direitos especiais são previstos no artigo 26º da Lei nº1/04, de 13 de Fevereiro a Lei Angolana das Sociedades Comerciais.

¹⁰⁷ Cf. ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial-Volume II-Das Sociedades*, 5ª ed. Almedina, Coimbra, 2015, cit., p.197.

Os direitos especiais podem igualmente ter natureza não patrimonial, neste caso é possível exemplificar pelo direito de voto duplo (artigo 250º nº2), e pelo direito especial à gerência (artigo 257º nº3).

Existem outros exemplos de direitos especiais dos sócios ao longo do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente, o direito de veto de alterações estatutárias previsto no artigo 265º nº2, o direito de ser designado liquidatário em caso de liquidação, previsto no artigo 151º CSC.

Em Sociedades por Quotas admite-se a atribuição de um direito especial que permita a cessão da quota sem a necessidade de consentimento da sociedade, atendendo ao disposto no artigo 228º nº2 e 229º nº2¹⁰⁸.

A Lei, no direito português, insere as sociedades comerciais numa tipologia taxativa, ou seja, não há lugar à criação de outros tipos de sociedades comerciais para além dos tipos que são admitidos pela Lei.

No ordenamento jurídico nacional, os tipos de sociedades admitidos são respetivamente a Sociedade em Nome Coletivo, a Sociedade Por Quotas, a Sociedade Anónima, a Sociedade em Comandita Simples ou Sociedade em Comandita por Ações previsto pelo no Artigo 1º do CSC.

No que respeita à celebração do contrato de sociedade os sócios já dispõem de liberdade de estipulação¹⁰⁹, assim sendo, é dada oportunidade de os sócios, aquando da celebração do contrato, de nele incluírem as cláusulas que considerem essenciais e que de melhor forma projetem os objetivos que têm para o funcionamento da sociedade.

Segundo PINTO FURTADO, “ ... o contrato não é apenas um acto constitutivo, mas aquela realidade normativa, permanente e constante-adaptável, nas suas

¹⁰⁸ Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, II, cit.,, p.197.

¹⁰⁹ Cf. BRAZ, Manuel Porier, *Sociedades Comerciais e Direitos Especiais*, Livraria Petrony, Lisboa, 2010, cit., p.34.

modificações- que acompanha e rege a atividade da sociedade, como a sua lei fundamental, que nunca deixa de ser.”¹¹⁰

Posto isto, conforme contempla o artigo 24º nº 1 o direito especial apenas pode ser criado por estipulação no contrato de sociedade, portanto é necessário que os direitos especiais estejam previstos no contrato de sociedade caso contrário estaremos perante direitos ineficazes, pois a norma assim o exige, todavia a norma não responde de forma clara sobre a necessidade ou obrigação de a estipulação a que se refere, ser feita de forma expressa.

MENEZES CORDEIRO afirma, “ *Infere-se desse preceito (artigo 24º nº 5) que os direitos especiais são direitos de “qualquer sócio” inseridos no contrato de sociedade e que- salvo disposição legal ou estipulação contratual expressa em contrário- não podem ser suprimidos ou coarctados sem o consentimento do respetivo titular.*”

Uma vez celebrado o contrato de sociedade, o sócio passa a ser titular de direitos e obrigações¹¹¹, portanto, é então titular de uma participação social.

Segundo COUTINHO DE ABREU, a participação social é definida como o conjunto unitário de direito e obrigações atuais e potenciais do sócio¹¹².

Neste sentido, o sócio possui direitos perante a sociedade¹¹³, que resultam da posição que ocupa na sociedade, ou seja, que resultam da sua qualidade de sócio e por ter esta qualidade, segundo PAULO OLAVO CUNHA, terá uma *posição complexa* ^{que}

¹¹⁰ Cf. PINTO FURTADO, *Curso de direito das sociedades*, cit., p.221.

¹¹¹ Segundo a tese contratualista, a pessoa é sócia por ter certos direitos e deveres. Da celebração do contrato de sociedade surgem direitos, obrigações e vinculações para os sócios e por terem esses direitos e deveres que as partes do contrato serão sócias de uma sociedade, pois para os contratualistas, a sociedade é consequência do contrato. No sentido oposto, a tese institucionalista, defende que os direitos e deveres são consequência da qualidade de associado e não o contrário- Cf. CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das sociedades comerciais*, 5ªed., Almedina, Coimbra, 2012, cit., p.266.

¹¹² Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de direito comercial*, II, cit., p.195

¹¹³ A lei estabelece de forma imperativa quais os direitos que correspondem à estrutura essencial da sociedade, que são indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, como por exemplo o direito aos lucros, e estabelece supletivamente outros direitos- Paulo Olavo Cunha, *Direito das Sociedades Comerciais*, cit., p.303; Cf. CUNHA, Paulo Olavo, *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, Almedina, Coimbra, 1993, cit., p.13.

resultará da participação social (*Mitgliedschaft*)¹¹⁴, do regime do tipo de sociedade e das cláusulas que subscreve perante a sociedade¹¹⁵.

Ora é a qualidade de sócio que permite que lhe sejam atribuídos direitos especiais¹¹⁶, neste sentido estamos a falar da posição do sócio no interior da sociedade, e como tal, é de notar que entre os tipos de sociedades admitidas na Lei, existe uma diferenciação no que toca à posição pessoal do sócios, na medida em que numa sociedade em nome coletivo, paradigma das sociedades de pessoas, o sócio tem uma posição pessoal que se considera mais relevante do que necessariamente o capital.

Segundo MENEZES CORDEIRO os direitos especiais integram o *status* do sócio¹¹⁷, tendo natureza *intuitu personae* e diversificando consoante a natureza capitalista da sociedade e a relevância da posição pessoal do sócio.

Nas sociedades por quotas é relevante a posição pessoal do sócio, mas na sociedade anónima, paradigma das sociedades de capitais, há um domínio do capital em detrimento da posição pessoal do sócio, por isso, neste tipo de sociedade ao contrário da sociedade em nome coletivo, a transmissão de ações é livre considerando-se a natureza capitalista da sociedade¹¹⁸.

Como será possível ver mais adiante nesta tese. É de grande relevância o que postula o nº 2, nº3 e nº4 do artigo 24º, no que se refere a transmissão dos direitos especiais nas sociedades em nome coletivo, nas sociedades por quotas e sociedades anónimas, pois apresentam regimes específicos para cada tipo de sociedade.

¹¹⁴ Pedro Pais Vasconcelos, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., p.10.

¹¹⁵ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.26.

¹¹⁶ Os direitos especiais são distintos das vantagens especiais, nesta medida, não as podemos confundir com os direitos especiais. As vantagens especiais são atribuídas “ a sócios em conexão com a constituição da sociedade”, previstas no artigo 16º nº1 do CSC, diferenciam-se dos direitos especiais no sentido de que os seus titulares podem conservar as vantagens especiais mesmo que se afastem da sociedade, já os direitos especiais dependem da qualidade de ser sócio – Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das Sociedades Comerciais*, cit., pp.310-311.

¹¹⁷ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.153.

¹¹⁸ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.153; Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p. 27.

Para um breve entendimento, existem particularidades consoante esteja em causa a transmissão de direitos especiais em sociedades em nome coletivo, em uma sociedade por quotas ou sociedade anónima, pois em alguns dos casos deparamo-nos com o princípio da intransmissibilidade, ao passo que para outro é patente a livre transmissibilidade.

Os direitos especiais diferenciam-se dos direitos gerais¹¹⁹, na medida em que os direitos gerais são direitos pertencentes a todos os sócios.

O artigo 21º CSC contém um elenco de direitos gerais, na LASC o seu artigo 23º contempla o direitos gerais dos sócios.

São direitos gerais por exemplo o direito a quinhão nos lucros da sociedade (artigo 21º,n1, al a), a participação em deliberações sociais (artigo 21º, nº1, al b), direito à informação (artigo 21º nº1, al c), direito a participar na administração da sociedade¹²⁰ (artigo 21º, nº1, al d).

Uma vez que os direitos gerais pertencem a todos os sócios, para PAULO OLAVO CUNHA estes direitos têm correspondência ao interesse comum¹²¹ por isso são designados direitos gerais.

Relativamente aos direitos especiais, estes são direitos que apenas competem a alguns dos sócios, contudo, no que concerne as sociedades anónimas competem a uma categoria de ações.

Para PAULO OLAVO CUNHA os direitos especiais ao atribuírem uma vantagem especial, face aos demais sócios, contrariamente ao que ocorre quanto aos direitos

¹¹⁹ O autor Paulo Olavo Cunha, faz um enquadramento dos diversos direitos gerais em conformidade com o conteúdo – Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das Sociedades Comerciais*, cit., p.303-310; O autor Coutinho de Abreu diferencia os direitos em favor da função e da titularidade, distinguindo em favor da função os direitos gerais e os direitos especiais – Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, II, cit., p. 195; Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português* p.35-36.

¹²⁰ O direito a ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização foi contemplado no Código de Veiga Beirão como uma obrigação, contudo no Código das Sociedades Comerciais é considerado como um direito – Cf. PINTO FURTADO, *Curso de Direito das Sociedades*, p.231.

¹²¹ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das Sociedades Comerciais*, cit., p.303.

gerais, correspondem a um interesse pessoal¹²², e esses direitos uma vez que são conferidos no interesse exclusivo do titular ou dos titulares das ações de que fazem parte, são por isso direitos diferenciados.¹²³

PINTO FURTADO, por sua vez, refere-se aos direitos especiais como *direito de sócio*, um direito estatutário (que significa naturalmente que é criado convencionalmente) um direito que não está previsto na lei em concreto, em favor do seu titular (direito legal) trata-se pois de “ *direitos de sócio ou incorporados em determinada categoria de ações, estipulados com regime privilegiado no contrato de sociedade, e só nele, os quais são insuprimíveis ou incoaráveis sem o assentimento dos respetivos titulares, salvo regra legal ou estipulação contratual expressa em contrário*”.

Em conclusão, os direitos especiais distinguem-se dos direitos gerais porque não são direitos comuns, ou melhor dizendo não são direitos de que qualquer sócio possa ser titular.

Estes direitos são na verdade direitos específicos a um determinado sócio, ainda com algumas diferenças na forma a como se referem. Segundo o entendimento destes autores, conclui-se que, diferentemente do que acontece com os direitos gerais, os direitos gerais são reconduzíveis a um determinado sócio, são direitos de interesse pessoal, direito do sócio.

Importa também referir que os direitos especiais dos sócios são vistos como alterações ao princípio da igualdade de tratamento.

Sobre o princípio da igualdade de tratamento, é consagrado constitucionalmente no Artigo 13º, no âmbito do direito das sociedades o princípio da igualdade de tratamento é um princípio fundamental. É um princípio estruturante da sociedade comercial, segundo o qual resulta que prosseguindo-se a atividade da sociedade, todos os sócios devem estar em posição de igualdade, ou seja, não devem

¹²² Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das Sociedades Comerciais*, cit., p. 303.

¹²³ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.25.

ser tomadas decisões ou escolhas arbitrárias que possam ser prejudiciais ou benéficas para alguns sócios e não para outros, ou seja é exigido um tratamento igualitário.

Apesar de o princípio da igualdade de tratamento não ser consagrado de forma expressa ao longo do Código das Sociedades Comerciais existem preceitos onde se encontra este princípio, mas, de modo indireto¹²⁴, entre os quais se encontra o Artigo 24º número 1.

Sobre o princípio da igualdade de tratamento resultam a exigência de equidade e justiça, contudo no âmbito do direito das sociedades, o princípio da igualdade de tratamento tem maior relevância no que concerne a deliberações e ações dos órgãos da sociedade¹²⁵, assim, é mais importante nestas matérias do que em matérias relativas aos estatutos ou quanto a constituição da sociedade.

Segundo ANTONIO PEREIRA DE ALMEIDA, o princípio da igualdade de tratamento começa onde acabam os estatutos.

Existem desvios ao princípio da igualdade de tratamento, sendo que a atribuição dos direitos especiais, é um destes desvios.

2. Regime Geral e regime Especial dos Direitos Especiais

O regime dos direitos especiais dos sócios está previsto no Artigo 24º do Código das sociedades comerciais, é essencialmente neste artigo que se encontra o regime geral dos direitos especiais dos sócios assim como as suas regras principais.

¹²⁴ O princípio da igualdade de tratamento não é consagrado de forma expressa, mas de forma indireta no Código das Sociedades Comerciais, por exemplo esta presente nos artigos 22º numero 1, 58º numero 1 alínea b), 203º numero 2, 210º numero 4, 250º numero 1, 321º, 344º numero 2, 384º nº 1- Cf. ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais Valores Mobiliários Instrumentos financeiros e Mercados*, Vol. I, 7ª edição, Coimbra Editora, 2013, cit., p.121.

¹²⁵ Cf. António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais Valores Mobiliários Instrumentos Financeiros e Mercados*, cit.,p.121.

O artigo 24º encontra-se na parte geral do CSC, pelo que, este dispositivo estabelece um regime que é comum a todos os tipos de sociedades.

Claramente existem algumas diferenças consoante o tipo societário, mas o artigo 24º apresenta um ponto de partida comum a todos os tipos de sociedades¹²⁶.

A exigência de estipulação expressa no contrato de sociedade é uma das regras sobre os direitos especiais, sendo de aplicação a todos tipos societários, sem exceção. Portanto aquilo que o nº 1 do Artigo 24º determina é: “ *Só por estipulação no contrato de sociedade podem ser criados direitos especiais de algum sócio*” esta norma tem carácter injuntivo.

A exigência do nº1 do artigo 24º relaciona-se com a criação dos direitos especiais, assim sendo, para que a criação dos direitos especiais seja considerada válida e para que os direitos especiais sejam oponíveis à sociedade e aos restantes sócios é necessário que os mesmos estejam estipulados no contrato de sociedade¹²⁷. Esta é também uma forma de demonstrar a terceiros a situação patrimonial real da sociedade.

É importante referir outra regra que é fundamental relativamente ao regime dos direitos especiais, a regra que consta do nº 5 do artigo 24º consagra o princípio da inderrogabilidade dos direitos especiais.

O nº 5 do artigo 24º estabelece que “ *Os direitos especiais não podem ser suprimidos ou coartados sem o consentimento do respetivo titular, salvo regra legal ou estipulação contratual expressa em contrário*”¹²⁸. Esta regra tem carácter supletivo e, é ressalvada a existência de regra legal ou estipulação contratual expressa permitindo, a derogabilidade sem consentimento do titular.

¹²⁶ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.56.

¹²⁷ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p. 58.

¹²⁸ Cf. Artigo 24º nº5 do CSC.

A criação dos direitos especiais dos sócios por estipulação no contrato de sociedade e a inderrogabilidade dos direitos especiais são regras fundamentais dos direitos especiais, pois são características que são essenciais dos direitos especiais e demonstra aquilo que é comum a todos os tipos de sociedades, contudo existem algumas diferenças quando se olha exclusivamente para cada tipo de sociedade.

Existem no Código das Sociedades Comerciais outras disposições relacionadas com a figura dos direitos especiais, designadamente o artigo 55º sob a epígrafe “ Falta de consentimento dos sócios”, que prevê a ineficácia das deliberações tomadas sem o consentimento do titular do direito especial; o artigo 98º nº1 alínea j), 101º-D; 103º nº2 alínea b); 119º alínea j) respetivamente, relacionada com a tutela dos direitos especiais em matéria de fusão e cisão de sociedades que muito importa para esta tese; o artigo 131º nº1 alínea c) e nºs 2 e 3 relacionados com a tutela dos direitos especiais em matéria de transformação de sociedades.

A partir destas disposições, é possível ver que a matéria sobre os direitos especiais não se esgota no Artigo 24º, existem outras disposições que se relacionam com os direitos especiais dos sócios.

Considerando o que foi dito anteriormente, a posição do sócio tem maior ou menor relevância consoante a sociedade em causa, nesta medida, o próprio artigo 24º apresenta um regime que é especial, nos números 2 a 4, onde estabelecem-se regras específicas para cada tipo da sociedade.

Existe uma distinção sobre a forma como os direitos especiais podem ser transmitidos. O nº2 do Artigo 24º, de aplicação exclusiva às sociedades em nome coletivo¹²⁹, dispõe que: “ *Nas sociedades em nome coletivo, os direitos especiais atribuídos a sócios são intransmissíveis, salvo estipulação em contrário*”.

Salvo estipulação em contrário, em sociedades em nome coletivo os direitos especiais são intransmissíveis, pois a atribuição dos direitos especiais é feita considerando o sócio em causa, é feita de forma individualizada pois neste tipo de sociedade a

¹²⁹ Aplica-se também às sociedades em comandita simples, Artigo 474º do CSC

participação social tem uma natureza mais pessoal, muito diferente daquilo que ocorre em sociedades anónimas.

Conforme resulta do nº3 do 24º “ *Nas sociedades por quotas, e salvo estipulação em contrário, os direitos especiais de natureza patrimonial são transmissíveis com a quota respetiva, sendo intransmissíveis os restantes direitos*”. Face ao exposto no nº3, nas SPQ apenas são transmissíveis livremente os direitos especiais de natureza patrimonial, enquanto para os restantes direitos vigora a intransmissibilidade. Contudo, é certo que se existir cláusula sobre transmissibilidade, será válido, o que for estipulado na respetiva cláusula.

No que respeita às sociedades anónimas, estamos perante sociedades de capitais, portanto a ação passa a ter mais relevância do que a posição do sócio, pois os direitos especiais são atribuídos a categorias de ações, e no que toca a transmissibilidade a norma prevê a livre transmissibilidade dos direitos especiais com a categoria de ações¹³⁰ Assim, existe uma certa aproximação ao regime jurídico das sociedades por quotas, de natureza patrimonial, a livre transmissibilidade.

A este propósito, visto que os direitos especiais são atribuídos a categorias de ações, o nº6 do 24º estabelece especificamente o regime pelo qual deve ser prestado o consentimento exigido no nº5 do 24º.

Em especial para as sociedades anónimas, o consentimento deve ser prestado por deliberação em assembleia especial dos acionistas titulares de ações da respetiva categoria.¹³¹ No que toca a transmissibilidade dos direitos especiais na LASC encontra-se idêntica solução no seu artigo 26º nº 4. Posto isto, remete-se para o artigo 389º CSC, pois é neste normativo que encontramos as regras específicas quanto as assembleias especiais de acionistas.

¹³⁰ Aplica-se também às sociedades em comandita por ações, Artigo 478º do CSC

¹³¹ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., pp.189-192.

3. A criação dos Direitos Especiais

Os direitos especiais, assim como contempla o nº1 do Artigo 24º, apenas podem ser criados por estipulação no contrato de sociedade, neste sentido, fala-se aqui numa criação *ab initio*¹³², ou seja, estes direitos são criados no momento da celebração do contrato, por isso estamos perante a criação originária de direitos especiais.

Importa referir que, estes direitos devem estar consagrados no contrato¹³³¹³⁴ caso contrário, ele inexistente e como tal não irá produzir os efeitos pretendidos, consequentemente, o sócio titular do direito especial, não irá gozar da situação privilegiada que seria conferida, pela vantagem concedida pelo direito especial em relação aos demais sócios, sendo assim, a incorporação dos direitos especiais no contrato é um pressuposto para a sua eficácia¹³⁵.

No que toca à criação dos direitos especiais, existem questões relevantes, que devem aqui ser referidas.

Não obstante, ao que a norma dispõe, os direitos especiais ao serem criados por estipulação no contrato de sociedade no momento da celebração do contrato, se uma interpretação restritiva fosse feita desta norma, dar-se-ia lugar a exclusão da possibilidade de criar de direitos especiais num momento posterior à celebração do contrato¹³⁶.

Esta é uma questão, a qual a doutrina resolve através da criação de direitos especiais por alteração do contrato de sociedade.

¹³² Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p. 137; Cf. MARTINS, Alexandre Soveral/ COSTA, Ricardo, *Código das Sociedades Comerciais em comentário, Volume I*. AA.VV (coordenação de Jorge Manuel Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2010, cit., p. 414.

¹³³ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp. 138.

¹³⁴ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.138,n.348.

¹³⁵ Existe uma questão que é discutida, referida por Cristiano Dias, sobre a necessidade ou não de a atribuição do direito especial estar incorporada no contrato de sociedade de forma expressa, ou se por outro lado, a atribuição do direito especial irá resultar da interpretação que é feita.- Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp.139-141.

¹³⁶ Cf. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS/ RICARDO COSTA, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. I., AA.VV., cit., p.414.

Neste sentido, a resposta é positiva para a questão, é possível criar direitos especiais em momento posterior ao da celebração do contrato de sociedade?

Alguns autores, tais como COUTINHO DE ABREU defendem a possibilidade de criar direitos especiais através da alteração do contrato de sociedade, mas importa referir que a respetiva alteração contratual deve ser votada por unanimidade, pois trata-se de uma exigência do princípio da igualdade de tratamento dos sócios.¹³⁷

COUTINHO DE ABREU defende também que “ *...pode acontecer que uma deliberação tomada por maioria qualificada introduza no contrato uma cláusula conferindo direito especial apenas a um ou a alguns sócios-e sem qualquer violação do princípio do igual tratamento, exatamente porque o interesse social impõe ou recomenda a alteração estatutária*” , “*... por outro lado ainda, as deliberações que criem direitos especiais por alteração do contrato mas violando o princípio do igual tratamento são anuláveis, (art.58º,1,a) ou b)); por conseguinte, se os sujeitos legitimados para a ação de anulação (nomeadamente os sócios que não tenham votado a favor da alteração) não impugnarem as deliberações no curto prazo previsto na lei (art.59º), fica o vício sanado.*”

Existindo o consentimento dos restantes sócios que possam ser afetados de algum modo pela criação de novos direitos especiais, poderá haver lugar atribuição dos direitos especiais durante a vida da sociedade, claramente que neste momento devem ser respeitadas as regras para a alteração do contrato de sociedade.¹³⁸

Contudo a doutrina não é unânime no que toca à extensão do consentimento que é exigido para tal, se estamos aqui a falar de uma maioria simples ou de uma maioria qualificada.

¹³⁷ No direito societário, o princípio da igualdade de tratamento dos sócios tem grande relevância apesar de não ter consagração legal expressa, cuja mensagem principal, é a de que os sócios devem ter um tratamento idêntico em situações idênticas, por isso não dá lugar a discriminações não justificadas, assim sendo, dá um importante contributo para a proteção de minorias. -Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, II, cit., p. 201

¹³⁸ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.142.

Segundo PAULO OLAVO CUNHA, admite-se a alterabilidade do contrato de sociedade, por vontade majoritária dos sócios, necessária ao seu bom funcionamento¹³⁹, possibilitando a criação de novos direitos especiais, sob a forma de categoria de ações.

A doutrina é unânime relativamente à criação de direitos especiais, em momento posterior à celebração do contrato¹⁴⁰.

Uma outra questão que é debatida na doutrina diz respeito ao número de sócios que podem beneficiar da posição de vantagem que é conferida pelos direitos especiais. Apesar de falarmos em direitos criados para algum ou alguns dos sócios, coloca-se em causa possibilidade de serem criados direitos especiais para todos os sócios, que numa primeira vista dar-se-ia uma resposta negativa, no sentido de que o que aquilo que é especial não poderá ser em simultâneo geral¹⁴¹, porém, neste aspeto, não existe unanimidade na doutrina, mas uma divergência de opiniões.

Para alguns autores como, PINTO FURTADO, MENEZES CORDEIRO admite-se a possibilidade de um direito especial ser atribuído a todos os sócios da mesma sociedade. Ora vejamos o que defendem estes autores.

Segundo COUTINHO DE ABREU¹⁴², é possível ligar o privilégio ou especialidade não a um número restrito de possíveis titulares, mas, a uma maior proteção de que goza o direito.

Segue o mesmo entendimento, o autor PINTO FURTADO que afirma “ ... *tratando-se de um direito especial, não poderia abarcar a totalidade dos sócios porque o que é geral não pode ser simultaneamente especial, não tem valor decisivo, pois o*

¹³⁹ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., pp.182-183.

¹⁴⁰ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.142.

¹⁴¹ Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de direito comercial*, II, cit., p202.

¹⁴² O autor exemplifica, demonstrando que para alguns direitos, como é o caso do direito especial á gerência, faz sentido a atribuição a todos os sócios de direito especial. Se a todos os sócios for atribuído o direito especial á gerência, isto fará com que para cada um dos sócios, exista uma clausula contratual que não pode ser eliminada sem o respetivo consentimento, e como tal a destruição contra a sua vontade apenas possa acontecer pela via judicial tendo por base a justa causa. Cf. COUTINHO DE ABREU, *Curso de direito comercial*, II, cit., p. 202.

*caracter de especialidade pode não resultar da sua atribuição a um número restrito de sócios, mas da sua própria natureza de privilégio inderrogável*¹⁴³.

PINTO FURTADO afirma também “... salvo o devido respeito, também não nos convence o argumento literal de expressão algum sócio constante na lei, porque tal expressão pode perfeitamente referir-se ao caso mais comum e, não ao único caso admissível¹⁴⁴”.

No entendimento de MENEZES CORDEIRO “O problema põe-se... mercê de um condicionamento linguístico: o de se ligar especial ao sócio, inferindo, daí, que a especialidade se perde se todos os sócios detiverem igual prerrogativa. Mas não: os direitos especiais são-no não por pertencerem apenas a alguém, mas por pressuporem, em si, um regime especial, isto é: diferente do comum. Ora assim sendo, não há problemas em que todos os sócios sejam titulares de direitos de que só possam ser despojados com o seu próprio assentimento...”¹⁴⁵

Em sentido diverso, posiciona-se PAULO OLAVO CUNHA, segundo o autor, o critério que permite diferenciar os direitos especiais dos direitos gerais é justamente os factos de estes direitos, que são especiais, apenas poderem ser conferidos a alguns dos sócios, isto porque estes são direitos afetos a interesses próprios do titular¹⁴⁶.

Nesta medida, generalizando os direitos especiais a todos os sócios, tornar-se-ia em regime-regra dos direitos do sócios, o que necessariamente iria convertê-los em direitos gerais e consequentemente passaria a tutelar interesses comuns¹⁴⁷.

Como tal, afirma PAULO OLAVO CUNHA que a “especialidade” dos direitos especiais assenta na qualidade relativa de apenas serem atribuídos a alguns sócios, e

¹⁴³ Cf. PINTO FURTADO, *Curso de direitos das sociedades*, cit., p.234.

¹⁴⁴ Cf. PINTO FURTADO, *Curso de direitos das sociedades*, cit., p.234.

¹⁴⁵ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, 3ª ed., Ampliada e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2011, cit., p.620.

¹⁴⁶ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.21.

¹⁴⁷ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.25.

ainda que estes direitos ao serem atribuídos a todos os sócios colocariam em prejuízo a essência dos mesmos.¹⁴⁸

Olhando em concreto para as Sociedades Anónimas, existe uma diferença de opiniões entre PAULO OLAVO CUNHA e PEDRO DE ALBUQUERQUE, pois, segundo PAULO OLAVO CUNHA, quando se trate de criar novas ações privilegiadas, os acionistas titulares de ações privilegiadas não precisam de consentir a criação de novas ações privilegiadas.

Segundo este autor, a criação de novas ações privilegiadas irá lesar tanto os titulares de ações privilegiadas como os titulares de ações ordinárias, portanto não existe razão para haver necessidade da aprovação dos titulares de ações privilegiadas em assembleia especial, para a criar novas ações privilegiadas, retirando aos titulares das ações ordinárias o direito a dar esta aprovação, numa alteração do contrato de sociedade.

PAULO OLAVO CUNHA demonstra que existem certos mecanismos, no CSC, para evitar que alterações da estrutura societária prejudiquem alguns sócios, entre os quais integram: i) o direito de preferência dos sócios nos aumentos de capital por entradas em dinheiro (artigo 458º); ii) o princípio do igual tratamento de todos os acionistas (artigo 321º); iii) a anulabilidade das deliberações abusivas (artigo 58º nº1 alínea b). Contrariamente, PEDRO DE ALBUQUERQUE não aceita que o princípio de igual tratamento dos acionistas, o direito de preferência e a anulabilidade das deliberações possam ser considerados como mecanismos para evitar os efeitos provocados pelas alterações da estrutura societária. Isto porque segundo PEDRO DE ALBUQUERQUE, é o direito de preferência que dá origem a alterações no caso da emissão de novas ações privilegiadas.

¹⁴⁸ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.21; Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das sociedades Comerciais*, cit.,p.313.

Relativamente ao princípio da igualdade de tratamento dos acionistas, este princípio irá provocar um efeito diverso, no sentido que, os sócios não se encontram realmente em posição de absoluta igualdade pois existem diferenças nas categorias de ações das quais são titulares.

Por fim, no que toca às deliberações abusivas, estas apenas serão deliberações anuláveis caso exista uma conduta dolosa pelo “agente”, atendendo ao Artigo 58º N.º 1 alínea b).

4. A supressão dos Direitos Especiais

Cumpra apurar o que a lei dispõe relativamente à supressão ou mesmo a limitação destes direitos, que são especiais, e por serem especiais, a lei prevê, no n.º 5 do artigo 24º, que estes direitos não podem ser suprimidos ou coartados sem o consentimento do respetivo titular.

Por se tratar de direitos especiais, não podemos dar-lhes o mesmo tratamento que a outros direitos, isto é, sendo direitos com a natureza especial não há lugar a uma simples vontade por parte dos sócios, de o retirarem ao sócio titular do direito especial.

Caso isso fosse possível, a função que o direito especial tem de conferir vantagem e uma melhor posição ao seu titular não teria sentido.

Segundo o JOÃO ESPÍRITO SANTO¹⁴⁹ a eliminação ou limitação do direito *associativo* especial não se irá submeter ao princípio organizativo-maioritário comum.

A norma que regula esta matéria, é o n.º 5 do 24º, dando como solução a necessidade de existir nesses casos, consentimento do sócio que é prejudicado¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.38.

¹⁵⁰ No domínio da Lei de 11 de Abril de 1901 relativa às sociedades por quotas era discutido se, ao estar-se perante um direito especial concedido a um sócio pelo pacto social, se este mesmo direito poderia ser suprimido mediante alteração maioritária dos estatutos ou não se não seria de se exigir o consentimento do próprio interessado. Posto isto, vem a ser retirado do assento do Supremo de 26 de

O que o nº 5 do artigo 24º diz é que “ *Os direitos especiais não podem ser suprimidos ou coartados sem o consentimento do respetivo titular, salvo regra legal ou estipulação contratual expressa em contrário*”.

Apesar de a norma prever apenas a supressão ou a coartação dos direitos especiais, existem outras formas que afetam igualmente os direitos especiais, no entanto a questão que aqui se coloca é precisamente, se estivermos perante estas outras realidades que possam igualmente afetar os direitos especiais,¹⁵¹ que não seja a supressão ou coartação dos direitos especiais, existe também necessidade de haver consentimento dos titulares.

No que toca a esta questão, alguns autores posicionam-se no sentido de olhar para o conceito de coartação e supressão de um modo mais amplo.

Esta é uma posição que é defendida pelo autor PEDRO DE ALBUQUERQUE, segundo o qual o artigo 24º nº 5 abrange casos de “ prejuízo direto” e situações de “ prejuízo indireto”.

De acordo com o entendimento de PEDRO DE ALBUQUERQUE, os casos de “ prejuízo direto, correspondem a hipóteses de eliminação, extinção ou redução de direitos especiais de determinadas categorias, ao passo que, as situações de prejuízo indireto ocorrem quando a assembleia geral tome uma decisão que inutiliza, anula ou comprime os direitos especiais, mas não reduz ou elimina de forma direta os direitos especiais¹⁵².

Maio de 1961 que para a alteração dos direitos especiais dos sócios que tenha sido concedidos no pacto de uma sociedade por quotas, a maioria que estaria referida no artigo 41º da Lei de 11 de Abril de 1901 não seria o suficiente e seria necessário o consentimento do respetivo sócio.

O CSC veio a acolher esta solução – Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.616.

¹⁵¹ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp. 147-153.

¹⁵² Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.149; Cf. ALBUQUERQUE, Pedro de, *Direito de Preferência dos Sócios em Aumentos de Capital nas Sociedades Anónimas e por Quotas*, Reimpressão da 1ª ed. de 1993, Almedina, Coimbra, 2004, cit., p.289.

Em sentido inverso, posiciona-se PAULO OLAVO CUNHA, que defende que apenas quando estejamos perante a supressão ou coartação é que existe necessidade de consentimento dos sócios titulares de direitos especiais¹⁵³.

Segue também este entendimento o autor, BRITO CORREIA¹⁵⁴, que defende que apenas deve haver consentimento do sócio titular do direito especial se estivermos perante uma deliberação social que tenha por objetivo a supressão ou coartação do direito especial, o que consequentemente resultará numa deliberação ineficaz, que está prevista no Artigo 55º, quando o seu titular não consinta, tal como prevê a lei. Por outro lado, estaremos perante uma deliberação totalmente eficaz, no caso de se tratar de uma deliberação que adote medidas que desrespeite o direito especial, conquanto, que não o suprima ou coarte, então nesse caso, não existe necessidade de o titular do direito especial consentir.

Olhando em especial para as sociedades anónimas, lembrando que nas sociedades anónimas os direitos especiais são atribuídos a categorias de ações, naturalmente que, tal como dispõe a norma, ao falarmos em supressão dos direitos especiais ou alteração é necessário o consentimento do titular.

Segundo PAULO OLAVO CUNHA, deliberações que possam prejudicar privilégios de uma categoria de ações devem obter a aprovação maioritária dos acionistas que detenham ações nessa categoria¹⁵⁵, não se exige neste caso uma concordância unânime, ou seja, é necessária apenas a aprovação maioritária dos acionistas reunidos em assembleia especial¹⁵⁶, e o consentimento não tem de ser prestado individualmente

¹⁵³ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.191, n.24.

¹⁵⁴ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.148; Cf. CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial*, 2º Volume-sociedades comerciais, AAFDL, 1989, cit., p.330-331

¹⁵⁵ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.189.

¹⁵⁶ Cf. Artigo 24º nº6 e Artigo 389º do CSC.

pois os direitos dos titulares de ações privilegiadas são privilégio do grupo de ações, uma vez que são da mesma espécie formam uma categoria¹⁵⁷.

No ordenamento jurídico angolano, a norma que prevê a proibição da supressão dos direitos especiais sem o consentimento do titular, consta do nº5 do Artigo 26º da LASC, apresentando uma solução idêntica à Lei portuguesa e bastante semelhança.

A norma dispõe “... 5. *Salvo disposição legal ou contratual expressa em contrário, os direitos especiais não podem ser suprimidos ou limitados sem o consentimento do respetivo titular*”.

A lei portuguesa exige o consentimento por parte do titular do direito especial, em caso de supressão ou coartação desse direito, sendo que ao olharmos para o artigo 55º, pode parecer clara a consequência que advém da falta de consentimento apesar de não se estabelecer em concreto.

Nesta matéria, é fundamental, olhar para o que o artigo 55º dispõe. O artigo 55º do CSC prevê a ineficácia das deliberações tomadas sobre um assunto para qual a lei exige consentimento de determinado sócio, esta é uma ineficácia em sentido estrito e absoluto e total¹⁵⁸.

Contudo, na doutrina discute-se se a deliberação, tomada sem o consentimento, deve se considerar ineficaz, tal como dispõe o artigo 55º ou se deve se considerar anulável considerando-se o disposto no artigo 58º nº1 do CSC.

Tem sido defendido na doutrina maioritária que a deliberação social que suprime o coarta o direito especial sem o devido consentimento exigido, é uma deliberação ineficaz uma posição que defendida por MENEZES CORDEIRO, PAULO

¹⁵⁷ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.189.

¹⁵⁸ Cf. PINTO FURTADO, *Curso de direitos das sociedades*, cit., p.467-468.

OLAVO CUNHA, PEDRO PAIS VASCONCELOS, FERRER CORREIA, COUTINHO DE ABREU¹⁵⁹.

Nesta questão, segundo a doutrina majoritária a ineficácia permite salvaguardar que a deliberação não produza efeitos por falta de um requisito, que é o consentimento do sócio.

No caso específico das sociedades anónimas, a falta de consentimento dos titulares das ações privilegiadas à alteração ou supressão de direito especial torna a deliberação da assembleia geral ineficaz ainda que tenha sido uma deliberação tomada de forma válida ¹⁶⁰, a deliberação permanece absolutamente ineficaz enquanto os titulares não a aprovarem, pelo que evidencia que a lei não estabelece um prazo para que se dê o consentimento, potenciando uma suspensão indeterminada da eficácia da deliberação.¹⁶¹

BRITO CORRREIA posiciona-se diferentemente, defendendo que quando não se trate de supressão ou coartação do direito especial, e esteja em causa uma mera ofensa do direito especial a deliberação social deve-se considerar anulável por violação de regras estatutárias, considerando assim o que a alínea a) do nº 1 do artigo 58º prevê. Para este autor, violações do direito especial que não sejam a supressão ou coartação preenchem a previsão do artigo 58º nº1 alínea a) constituindo violações do contrato de sociedade, não se aplicando por isso o artigo 55º.¹⁶²

Relativamente a simples deliberações, apresentando como exemplo uma deliberação onde esteja em causa a distribuição dos lucros de um determinado exercício, na qual foi consagrado de forma expressa que o montante a distribuir pelos sócios seria na proporção das respetivas participações sociais e não segundo ao que foi estabelecido no contrato de sociedade quanto aos direitos especiais ao lucros de

¹⁵⁹ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.163.

¹⁶⁰ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.200.

¹⁶¹ Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.200

¹⁶² Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp. 162-169.

alguns sócios. Nesta situação, o BRITO CORREIA entende que as deliberações são anti-estatutárias cominadas pela anulabilidade, considera a previsão do Artigo 58º nº 1 alínea a) e alínea b)¹⁶³.

Segundo SOUSA MACHADO FONTES, a previsão do Artigo 58º nº1 alínea a) é também por si considerada, mas também a do Artigo 55º.

O que é fundamental é o consentimento de determinado sócio, apesar de se tratar de preceito legal relativo a *deliberações dos sócios*, SOUSA MACHADO FONTES argumenta que o contrato consagra um direito especial, que a lei através do nº5 do artigo 24º exige o consentimento do titular, salvo regra em contrário¹⁶⁴.

No que concerne ao modo como deve ser prestado o consentimento do sócio titular do direito especial, é fundamental saber de que forma deve ser prestado o consentimento, no sentido de que, o consentimento do sócio é imprescindível, e como foi visto anteriormente, a falta deste consentimento pode tornar a deliberação social ineficaz. Nesta matéria é discutido se o consentimento deve ser prestado de forma expressa ou se é aceitável que seja prestado de forma tácita.

A doutrina é unânime no sentido de que o consentimento pode ser prestado de forma tácita, à sua semelhança, também no ordenamento jurídico angolano é aceitável que o consentimento seja prestado de forma tácita.

A LASC, no Artigo 60º sob a epígrafe “ Falta de consentimento dos sócios” dispõe que salvo disposição legal em contrário, as deliberações aprovadas sobre assunto para o qual a lei exija o consentimento de determinado sócio são ineficazes enquanto o interessado não der o seu acordo expresso ou tácito.

¹⁶³ Cf. FONTES, José Allen de Sousa Machado, *Direitos Especiais dos Sócios nas Sociedades Comerciais*, Relatório de Mestrado em Direito Comercial, FDL, 1989, cit., p.49.

¹⁶⁴ “ E que não se diga que a exigência do consentimento não provém da lei, mas do contrato- porque o contrato limita-se a consagrar um direito especial, sendo a lei que, através do nº5 do artigo 24º exige o consentimento dos seu titular, se não for estabelecida regra em contrário.” -Cf. Sousa Machado Fontes, *Direitos Especiais dos Sócios nas Sociedades Comerciais*, cit., p.49.

Neste sentido, está previsto nesse artigo da LASC que o consentimento do sócio pode ser expresso ou tácito.

Apesar de a doutrina aceitar o consentimento tácito do titular dos direitos especiais, para PAULO OLAVO CUNHA, especificamente para as sociedades anónimas afirma “ *O consentimento dos titulares de ações privilegiadas não pode ser tácito, pois estes têm de deliberar sobre a sua eventual concessão, devendo constar de acta da assembleia especial ou documento equivalente*”¹⁶⁵¹⁶⁶.

5. O princípio da inderrogabilidade

O princípio da inderrogabilidade estabelece uma regra, os direitos especiais não podem ser suprimidos ou coartados ao titular destes direitos, que por serem especiais, exige a necessidade do consentimento daquele que é titular do direito. É a norma do artigo 24º nº 5 que comporta o princípio da inderrogabilidade, da qual é possível compreender claramente esta proibição, estando presente também no artigo 982º do CC.

Para alguns autores a consagração do princípio da inderrogabilidade deve-se precisamente à especialidade dos direitos especiais¹⁶⁷.

Segundo Cristiano Amadeu Ramos entende que, o que transforma os direitos sociais dos sócios em direitos especiais é precisamente o facto de estes direitos constituírem um privilégio inderrogável, por isso, afirma que sem o princípio da inderrogabilidade os direitos especiais não poderão ser direitos especiais.

Segundo Cristiano Amadeu Ramos a especialidade dos direitos especiais reside na natureza inderrogável que o direito especial tem, e não por se tratar de um direito atribuído apenas a um ou alguns sócios.

¹⁶⁵ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.156; Cf. Paulo Olavo Cunha *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as ações privilegiadas*, cit., p.201, n.410.

¹⁶⁶ Acerca dos fundamentos sobre a aceitação do consentimento tácito- Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp.156-157.

¹⁶⁷ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.154.

Neste sentido, mesmo que estejamos perante um sócio cuja posição é minoritária, esse sócio tem um direito de tutela poderosa¹⁶⁸.

Segundo FERRER CORREIA, os direitos especiais são direitos do sócio, baseando-se nos estatutos, pelo que, naturalmente não se encontram subtraídos à soberania da sociedade¹⁶⁹. Porém, para este autor, os direitos especiais, apesar de serem direitos estatutários, a sua função passa por tutelar o interesse exclusivo do sócio, face aos demais sócios, no interesse da sociedade.

Retiramos do princípio da inderrogabilidade, que são direitos não suscetíveis de serem por exemplo eliminados ou suprimidos por simples vontade maioritária, é precisamente este facto que torna o direito especial, assim sendo, estes são direitos inderrogáveis por deliberação maioritária.

A posição em que o direito especial coloca o seu titular, a sua especialidade e por se tratar de um privilégio inderrogável torna o direito social em direito especial¹⁷⁰, neste sentido, o facto de o direito especial comportar um privilégio que é inderrogável, e olhando para a posição dos restantes sócios, segue-se o entendimento de FERRER CORREIA, no sentido de que, uma vez que existe acordo ou consentimento por parte dos sócios na atribuição do direito ou vantagem especial a um alguns dos sócios, ainda que tacitamente, se comprometem tanto a respeitá-lo como a não proceder à eliminação ou restrição do direito especial, sem o devido consentimento, que é exigido, do seu titular, nem mesmo através de reforma do pacto social¹⁷¹, pois, sem esse compromisso, o privilégio que o direito especial concede não teria muito sentido.

Nesta medida, para FERRER CORREIA, as partes ao atribuírem o direito especial, têm intenção de atribuir um privilégio verdadeiro e autêntico de gozo duradouro da situação jurídica especial, o que leva a crer que as partes, ainda que não o tenham declarado de forma expressa, tenham pretendido também a inderrogabilidade da situação.

¹⁶⁸ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp.154-155.

¹⁶⁹ Cf. CORREIA, António Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, reprint, Vol. I, II, III, LEX, 1994, cit., p. 399

¹⁷⁰ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.154.

¹⁷¹ Cf. FERRER CORREIA, *Lições de Direito Comercial*, cit., p.401.

A doutrina da inderrogabilidade dos direitos, não é uma doutrina que anteriormente se poderia considerar pacífica, contudo, o Supremo Tribunal de Justiça, através do Assento de 26 de Maio de 1961, o qual estabelecia que “ *Para a alteração dos direitos especiais de um sócio, concedidos no pacto de uma sociedade por quotas, não basta a maioria referida no artigo 41º da Lei 11 de Abril de 1901, sendo ainda indispensável o consentimento do respectivo sócio.*”, e depois o Código Civil através do artigo 982º nº 2, vieram a consagrar a doutrina de modo inequívoco¹⁷².

6. Natureza jurídica dos Direitos Especiais

Após procedermos à introdução a esta figura jurídica, é assente que atendendo ao artigo 24º, neste preceito que iremos encontrar as regras gerais que são as principais relativamente ao regime dos direitos especiais, pois tal como foi dito anteriormente, por estas regras se encontrarem na parte geral do CSC, são aplicáveis a todos as sociedades.

Importa referir também, que existem regras comuns a todas as sociedades, mas existem também especificidades nas regras dos direitos especiais, ou seja, existe o comum e o especial nos direitos especiais.

Assim sendo, debruçando-nos sobre o que é comum a todos os tipos de sociedades chega-se ao entendimento que de acordo com aquilo que a Lei contempla, os direitos especiais apenas podem ser criados pelo contrato de sociedade¹⁷³ e não podem ser suprimidos ou coartados sem o consentimento do seu titular¹⁷⁴.

No que concerne às particularidades dos direitos especiais, em sociedades em nome coletivo os direitos especiais atribuídos aos sócios são direitos intransmissíveis, ao passo que em sociedades por quotas apenas são transmissíveis, com a respetiva quota, os direitos especiais de natureza patrimonial, quanto aos direitos especiais de

¹⁷² Cf. FERRER CORREIA, *Lições de Direito Comercial*, cit., p.400.

¹⁷³ Cf. Artigo 24º nº1 do CSC.

¹⁷⁴ Cf.. Artigo 24º nº5 do CSC.

natureza não patrimonial, permanecem intransmissíveis tal como ocorre nas sociedades em nome coletivo.

Diferentemente, no caso das sociedades anónimas, como neste tipo de sociedades os direitos especiais são atribuídos a categorias de ações¹⁷⁵, os direitos especiais são transmissíveis livremente com as ações.

O regime para as sociedades anónimas comporta ainda outra especificidade, é que, para estas sociedades o consentimento que a lei exige no Artigo 24º nº5, deve ser prestado em Assembleia especial de acionistas¹⁷⁶.

É verdade que os direitos especiais comportam estas especificidades consoante o tipo de sociedade, como por exemplo o caso das sociedades anónimas, em que pelo facto de estarmos perante direitos especiais que são atribuídos a categorias de ações e não a um sócio concreto, verifica-se que existem algumas considerações que são algo diferentes nesta figura jurídica, sendo que, existe de facto uma diferença na atribuição de direitos especiais consoante se esteja perante sociedades de pessoas ou sociedades de capitais.

Tal é o caso das sociedades anónimas, paradigma das sociedades de capitais, em que a figura do sócio tem uma menor “relevância” face ao capital, daí a atribuição dos direitos especiais ser feita por categoria de ações onde opera a livre transmissibilidade dos direitos especiais com as ações, considerando-se o artigo 24º nº4 e artigo 328º do CSC.

Na doutrina portuguesa existem duas correntes no que respeita à natureza jurídica dos direitos especiais, a teoria da natureza *intuitu personae* e a teoria da natureza contratualista.

A teoria da natureza *intuitu personae* é a tese maioritária na doutrina nacional, reunindo alguns autores, como MENEZES CORDEIRO, PAULO OLAVO CUNHA e

¹⁷⁵ Cf. Artigo 24º nº 4 do CSC.

¹⁷⁶ Cf. Artigo 24º nº5 do CSC.

RICARDO CARVALHO, contudo, primeiramente vai-se atender ao que é defendido pela teoria da natureza contratualista.

Entre os defensores da teoria da natureza contratualista encontram-se PEDRO PAIS VASCONCELOS e SOUSA MACHADO FONTES.

A teoria da natureza contratualista defende, que os direitos especiais têm natureza contratual.

SOUSA MACHADO FONTES entende que as sociedades comerciais são dotadas de personalidade jurídica, e tendo em consideração a previsão do artigo 5º CSC “as sociedades comerciais, por isso serão forçosamente “pessoas jurídicas”, que integram a noção de contrato de sociedade prevista no artigo 980º CC ¹⁷⁷, o que no entendimento deste autor “o contrato de sociedade consubstancia um “ato instituidor, sendo que quanto ao caso das sociedades por quotas e das sociedades anónimas aproxima-se mais da instituição de uma fundação do que outros tipos de contratos previsto no Código Civil em especial”¹⁷⁸.

Para SOUSA MACHADO FONTES as sociedades comerciais são de facto pessoas coletivas, em que o seu ato constitutivo é um negócio jurídico e que no seu entendimento, ou não será um contrato ou então será um contrato com uma natureza distinta de todos os outros contratos, pois este autor entende que a atribuição de um direito especial, trata-se na verdade de um negócio bilateral formado entre aquele ou aqueles a quem são conferidos os direitos especiais e os restantes sócios.

Daí o autor afirmar que “a estipulação de direitos especiais é um contrato enxertado no negócio jurídico de constituição da sociedade, um contrato inserido nos estatutos daquela pessoa coletiva”¹⁷⁹. Por isso quando se estabelece no contrato de sociedade a atribuição de um direito especial a gerência, isto se concretiza, segundo o autor, num “acordo que goza de autonomia de vontade que é formado por declarações negociais, que é especificamente tutelado”.

¹⁷⁷ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.534.

¹⁷⁸ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.534.

¹⁷⁹ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., pp.534-535.

Em conclusão, SOUSA MACHADO FONTES entende que os direitos especiais dos sócios são um exemplo de fenómeno contratual inerentes às sociedades comerciais, por isso, ao serem incluídos no contrato de sociedade vão também assumir natureza contratual.

PEDRO PAIS VASCONCELOS também vai ao encontro desta ideia, pois entende que estamos perante um acordo celebrado entre o titular do direito especial e os restantes sócios que se comprometem a não suprimir o direito especial sem o titular consentir.

Entre os defensores da teoria da natureza *intuitu personae* posicionam-se por exemplo o autor PAULO OLAVO CUNHA e MENEZES CORDEIRO.

Segundo MENEZES CORDEIRO “Os direitos especiais são *intuitu personae* estabelecidos em função de um concreto titular...”¹⁸⁰. No seu entender, olhamos em concreto para o sócio a quem é atribuído o direito especial, por isso o autor defende que os direitos especiais integram o *status* dos respetivos sócios, tendo natureza *intuitu personae* decrescente em função da natureza capitalística da sociedade.¹⁸¹

Neste sentido, o direito especial” vê a sua natureza *intuitu personae* diminuir” nas sociedades em que o capital tem maior preponderância comparativamente ao elemento pessoal, como é o caso das sociedades anónimas em que os direitos especiais não são atribuídos ao sócio mas sim a categorias de ações, pois seguindo a teoria da natureza *intuitu personae* a características do sócio são essenciais, na medida em que o direito especial é atribuído considerando-se as suas características.

No mesmo sentido PAULO OLAVO CUNHA, defensor da teoria da natureza *intuitu personae*, entende que os direitos especiais devem ser entendidos como figura intrinsecamente ligada ao carácter *intuitu personae*¹⁸². Segundo PAULO OLAVO CUNHA, os direitos especiais correspondem ao interesse próprio e exclusivo do sócio¹⁸³, nesta

¹⁸⁰ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.619.

¹⁸¹ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p. 153.

¹⁸² Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.532.

¹⁸³ Cf. Paulo Olavo Cunha, *Direitos das Sociedades Comerciais*, cit., p.313.

medida sua “especialidade” decorre da sua singularidade e individualidade o que necessariamente implica que a atribuição do direito especial seja feita em relação ao sócio em exclusivo.

Assim sendo, o direito especial, inevitavelmente, é atribuído a um sócio em concreto e não um outro sócio, por isso a natureza jurídica dos direitos especiais apenas poderá ser de carácter *intuitu personae* ¹⁸⁴.

No mesmo sentido, o autor RICARDO CARVALHO, defende também que os direitos especiais são atribuídos a um sócio concreto consoante as suas características pessoais ¹⁸⁵.

O autor Cristiano Amadeu Ramos apresenta uma terceira “solução”. A chamada terceira via da natureza jurídica dos direitos especiais dos sócios, uma solução diferente das teorias contratualista e *intuitu personae*, pois apesar do direito especial possuir diferentes particularidades, sendo ele um direito especial tal como o nome indica, “*especial*”, é de se concordar e adotar a terceira via, pois é uma solução mais adequada.

A terceira via centra-se em uma característica intrínseca que liga todos os direitos especiais, o que a meu ver, não acontece com a teoria contratualista e a teoria *intuitu personae*.

A teoria defende que o direito especial tem natureza de privilégio inderrogável, segundo Cristiano Amadeu Ramos “*Referir que os direitos especiais têm uma componente contratual parece-nos demasiado óbvio para ser alvo de discussão. De facto, tendo os direitos especiais que estarem previstos no contrato de sociedade, como previsto no artigo 24º, n 1 do Código das Sociedades Comerciais, então estes são absorvidos pelo contrato de sociedade assumindo igualmente uma vertente contratual, pois passam a ser uma das suas cláusulas, sendo que a sua violação assume necessariamente determinadas consequências nele previstas.*”

¹⁸⁴ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.333.

¹⁸⁵ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.333.

Porém, parece-nos demasiado redundante defender que os direitos especiais têm uma natureza contratual, porque isso seria dizer que tem natureza contratual tudo o que estiver que estar expressamente previsto no contrato de sociedade.

Assim, apesar de se tratar de uma realidade, não nos parece que esta seja a solução que melhor se encontra com o regime dos direitos especiais previstos no Código das Sociedades Comerciais.”¹⁸⁶

No entendimento deste autor, a natureza jurídica dos direitos especiais deve ser a base destes direitos, porém, apresentando ainda uma independência quanto ao tipo de sociedade em causa.

É essencialmente este o papel fundamental do privilégio inderrogável, no sentido de que um privilégio inderrogável é inerente a todos dos direitos especiais independentemente da sua atribuição, ou seja independente do tipo societário. Esta é pois uma característica intrínseca que opera como uma ligação entre todos os direitos especiais, quer estejamos perante a atribuição em sociedades em nome coletivo, sociedades por quotas ou sociedades anónimas.

Apesar da particularidade que cada um destes tipos de sociedades possui, e que as diferencia, existe algo que é comum a todas elas, o privilégio inderrogável e esse será verdadeiramente a especialidade do direito especial, e não a figura do sócio em si mesmo, mas sim a especialidade provinda da “*inderrogabilidade*”.

Assim sendo, a solução que melhor se enquadra quanto a natureza jurídica dos direitos especial, é a natureza de privilégio inderrogável, caso se aceitasse a teoria *intuitu personae* por exemplo os direitos especiais atribuídos em Sociedade anónimas não teriam natureza jurídica *intuitu personae*, portanto não podemos aceitar para uns e não para outros.

A natureza jurídica de privilégio inderrogável é a solução única e comum a todos os tipos de sociedades.

¹⁸⁶ Cf. Cristiano Dias, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, cit., p.543.

Parte II- Fusão de Sociedades

Capítulo I- Fusão de Sociedades

1. Regime da Fusão

A Fusão de Sociedades vem disciplinada no CSC na parte geral, no capítulo IX, o regime da Fusão está em conformidade com o texto do Decreto-Lei nº 598º/73, de 8 de Novembro, e a 3ª Diretiva (78/855/CEE) sobre as Sociedades anónimas. No Direito Angolano a matéria sobre a fusão de sociedades era regulada pelos artigos 124º a 127º do Código Comercial, após a sua substituição pelo Decreto-Lei nº 598º/73, de 8 de Novembro, permaneceu aí o seu regime, mais tarde revogado pela LASC atualmente a fusão de sociedades comerciais é regulada na LASC na parte geral, o Capítulo IX o do Título I é dedicado ao regime jurídico da Fusão de Sociedades Comerciais.¹⁸⁷

O regime da fusão de sociedades comerciais está inserido na parte geral do CSC, a par da cisão e transformação de sociedades comerciais, capítulos X e XI respetivamente, representam formas de modificação societária, por isso segundo DIOGO COSTA GONÇALVES, subsumem-se às considerações sobre a alterabilidade das sociedades comerciais¹⁸⁸, a aproximação no CSC dos fenómenos da fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais às alterações do contrato (capítulo VIII do CSC) do ponto de vista dogmático reforça a recondução destes institutos à alterabilidade do pacto social.¹⁸⁹

Introduzindo esta figura jurídica, começamos por mencionar que pela fusão de sociedades comerciais dá-se a união de duas ou mais sociedades, em uma só sociedade, independente do seu tipo.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Cf. Domingos Baxe, *A Tutela dos Direitos dos Sócios em Sede de Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais*, cit., p.37.

¹⁸⁸ Cf. GONÇALVES, Diogo Costa, "Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais", in " *O Direito*", 2006, II, cit., pp. 314-315.

¹⁸⁹ Cf. GONÇALVES, Diogo Costa, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, Almedina, Coimbra, 2008, cit., p.109.

¹⁹⁰ Cf. MENDES, José Maria, *Sociedades por Quotas e Anónimas- Guia Prático*, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2001, p.105; Em comparação "a cisão de sociedades dá corpo à reestruturação descentralizada de uma sociedade inicial, facultando a criação, na sua base de, pelo menos, duas sociedades."- Cf.

Segundo MENEZES CORDEIRO, PAULO OLAVO CUNHA e PINTO FURTADO, a fusão é uma forma jurídica que permite dar corpo ao fenómeno da concentração económica¹⁹¹, por sua vez ELDA MARQUES entende que a fusão de sociedades “*Constitui o instrumento por excelência da chamada concentração empresarial primária ou na unidade.*”¹⁹²

No entendimento de JOSÉ EDUARDO DRAGO, a fusão consiste essencialmente na reunião numa só (*resultante*), de duas ou mais sociedades [*participante (s) fundida (s)*] ainda que sejam de tipos diferentes, configurando uma forma de concentração económica de empresas, ocorrendo a perda de individualidade originária dos seus elementos constitutivos, (tanto a económica quanto a jurídica), contudo, diferencia-se da chamada “*pura*” concentração económica de empresas pois culmina na «extinção» ou «transformação» de pelo menos uma das sociedades que intervêm na fusão.¹⁹³

Dispõe o Artigo 97º CSC:

“ 1. *Duas ou mais sociedades, ainda que de tipo diverso, podem fundir-se mediante a sua reunião numa só.*

2. *As sociedades dissolvidas podem fundir-se com outras sociedades, dissolvidas ou não, ainda que a liquidação seja feita judicialmente, se preencherem os requisitos de que depende o regresso ao exercício da atividade social.*

MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p. 1125; Cf. CAEIRO, António, *A parte geral do Código das Sociedades Comerciais*, in Separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*/ “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Queiró”, Coimbra, 1988, cit., pág. 37; Cf. António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, Vol. I, cit., p.695.

¹⁹¹ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1125; Cf. PINTO FURTADO, *Curso de direito das sociedades*, cit., p.543;Cf. PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, cit.,p.897. A fusão de sociedades difere da aquisição, pois a aquisição é um outro processo de concentração, em que uma sociedade adquire as ações de outra sociedade através de negociação ou através de OPA hostil.- António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, Vol. I, cit., p.694.

¹⁹² Cf. MARQUES, Elda, *Código das Sociedades Comerciais em comentário, Volume II., AA.VV.*, (coordenação de Jorge Manuel Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2011, cit., p.157.

¹⁹³ Cf. DRAGO, José, *Fusão de Sociedades Comerciais- Notas Práticas*”, Almedina, Coimbra, 2007, cit., p.10.

3. Não é permitido a uma sociedade fundir-se a partir da data da petição de apresentação à insolvência ou do pedido de declaração desta.

4. A fusão pode realizar-se:

a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e a atribuição aos sócios daquelas partes, ações ou quotas desta;

b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas partes, ações ou quotas da nova sociedade.

5. Além das partes, ações ou quotas da sociedade incorporante ou da nova sociedade referidas no número anterior, podem ser atribuídas aos sócios da sociedade incorporada ou das sociedades fundidas quantias em dinheiro que não excedam 10% do valor nominal das participações que lhes forem atribuídas.”

O Artigo 97º CSC é a norma de enquadramento na qual, apreendemos as matrizes gerais da Fusão de sociedades, contudo, apesar de não apresentar uma definição precisa, segundo DIOGO COSTA GONÇALVES, o artigo 97º nº1 e nº4 caracteriza a fusão como um conjunto de modificações objetivas e subjetivas na estrutura da sociedade, pois, de acordo com a previsão do nº4 do artigo 97º, “a fusão pode realizar-se mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra ou mediante a constituição de nova sociedade, para qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas”, assim, estão em causa modificações objetivas. No que concerne às modificações subjetivas, estas ocorrem devido a alterações na esfera jurídica dos sócios, pois nos termos desta norma, aos sócios serão atribuídas, partes, ações ou quotas da nova sociedade ou da sociedade incorporante, podendo-lhes ser atribuído quantias em dinheiro que não excedam 10% do valor nominal das participações que lhes forem atribuídas (artigo 97º nº5 CSC).¹⁹⁴

¹⁹⁴ Cf. GONÇALVES, Diogo Costa, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, Almedina, Coimbra, 2008, cit., p. 117.

Exigir legalmente a atribuição aos sócios das sociedades que se extinguem pela fusão¹⁹⁵ de participações da sociedade incorporante ou da nova sociedade, é um meio de tutela do interesse à manutenção da qualidade de sócio na sociedade *pós-fusão*¹⁹⁶

Resumidamente, entende-se que a fusão tem uma dimensão objetiva (a reunião de uma ou mais sociedades em uma única estrutura societária e a transmissão global do património), e uma dimensão subjetiva (a aquisição da qualidade de sócio da sociedade beneficiária do processo), da fusão resultará a união de elementos patrimoniais e pessoais.¹⁹⁷

O artigo 102º da LASC prevê a Fusão de Sociedades, e que tem por fonte direta o artigo 97º do CSC, e fonte primitiva o artigo 1º do Decreto-Lei nº 598/73, de 8 de Novembro, prevê em seu nº1 a fusão de sociedade na qual se dá a reunião, numa só de duas ou mais sociedades, ainda que de tipo diverso, admitindo assim como a lei portuguesa a fusão por incorporação ou mediante a constituição de uma nova sociedade, contudo, a LSCA não admite uma previsão idêntica ao do nº5 do Artigo 97º do CSC, apesar de ser uma previsão fundamental¹⁹⁸

Por outro lado, não se trata de fusão quando uma sociedade apenas adquire todo o ativo e passivo de outra sociedade, sem a devida incorporação dos respetivos sócios ou quando uma sociedade adquirir a totalidade do capital de outra sociedade, pois a única modificação que daqui decorre é a mudança de titular das participações sociais¹⁹⁹, igualmente quando seja adquirido o estabelecimento de uma sociedade, por outra, sem que os sócios desta sociedade obtenham a qualidade de sócios, nesse caso, ocorre na verdade um *trespasse*²⁰⁰

¹⁹⁵ Cf. Artigo 112º do CSC.

¹⁹⁶ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.516.

¹⁹⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2011, cit., p.337.

¹⁹⁸ Cf. PINTO FURTADO, *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola*, cit., p.145.

¹⁹⁹ Cf. José Eduardo Drago, *Fusão de Sociedades Comerciais-Notas Práticas*, cit., p.10.

²⁰⁰ Cf. CORREIA, Miguela J. A. Pupo, *Direito comercial- Direito da empresa*, 10ª edição, Coimbra Editora, 2007, cit., p. 290.

O Artigo 97º nº1, admite a fusão entre sociedades de diferentes tipos, sobre tipo de fusões, que conhecemos pela designação de *fusões heterogéneas*, entende-se que estará em causa a modificação do seu tipo social, mas possivelmente do objeto social, ou por exemplo da sua sede. Apesar de não ser apontado com clareza, admite-se que em ambas as modalidades de fusão, fusão por incorporação e fusão por constituição de nova sociedade, que esta norma pode ser alvo de uma interpretação extensiva, existindo intenção do legislador admitir ambas modalidades de fusão sobre a questão da diversidade tipológica das sociedades a fundir²⁰¹.

O nº2 do Artigo 97º, admite similarmente, a fusão em que ocorra a dissolução de uma das sociedades intervenientes, conforme dispõe o Artigo 146º nº2, a personalidade jurídica da sociedade em fase de liquidação ou dissolvida é salvaguardada até ao registo de liquidação.

Pela fusão dá-se a extinção da sociedade incorporante, ocorrendo a fusão por incorporação, ou, das sociedades preexistentes, no caso da fusão através da qual se constitua nova sociedade.

O disposto entre os artigos 97º a 110º do CSC, são aplicáveis às fusões internas, estas fusões sucedem entre sociedades comerciais sujeitas à mesma lei pessoal portuguesa, são também previstas no Capítulo IX relativo a fusões de sociedades comerciais as fusões transfronteiriças, são também fusões internacionais, mas abrangem sociedades comerciais com sede em Estados membros da União Europeia.

Para que a fusão seja efetivamente realizada, devem ser respeitados os trâmites designados no regime da fusão, conforme dispõe o Artigo 98º, devem as administrações das sociedades intervenientes na Fusão, elaborar um projeto de fusão respeitando o conteúdo que exige o Artigo 98º, os elementos obrigatórios que são fundamentais para o conhecimento da Fusão.

²⁰¹Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.528.

O projeto da Fusão é elaborado em conjunto pelos órgãos de administração das sociedades envolvidas, e a fiscalização do projeto é da competência do órgão de fiscalização das sociedades, previsto pelo Artigo 99º do CSC.

O artigo 100º prevê o registo e publicação do projeto da fusão, e a convocação das assembleias gerais das sociedades intervenientes.

A tutela dos credores sociais, sobre créditos anteriores à publicação do registo do projeto de fusão, é salvaguarda pela oposição de credores sociais, prevista no Artigo 101º-A, a contar do prazo de 1 mês a contar da publicação do registo do projeto de fusão, previsto pelas disposições dos Artigos 102º a 105º. CSC²⁰²

Relativamente ao registo da fusão, os artigos 111º e 112º, versam sobre o registo da fusão, e os artigos 114º a 115º sobre a responsabilidade solidária dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades intervêm na fusão, isto porque, estes órgãos sociais devem atuar em conformidade e necessária diligência de um gestor criterioso e ordenado.²⁰³

O artigo 112º prevê os efeitos da fusão, dá-se a extinção das sociedades incorporadas ou fundidas, a transmissão global do património, e a aquisição da qualidade de sócio na sociedade incorporante ou nova sociedade, comprovando a dimensão objetiva e subjetiva da fusão.²⁰⁴

Por fim, o Artigo 117º expõe a forma pela qual pode ser declarada a nulidade da fusão.

Existe uma questão, que era discutida na doutrina, segundo MENEZES CORDEIRO, seria possível explicar a fusão mediante um *jogo de extinções*. Sobre a fusão-incorporação, este tipo de fusão daria lugar à extinção da sociedade incorporada (ocorrendo a absorção do seu património pela sociedade incorporante, e sobre a

²⁰² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p375; Cf. PUPO CORREIA, *Direito comercial-Direito da Empresa*, cit., pp. 290-291.

²⁰³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.375; Cf. PUPO CORREIA, *Direito comercial-Direito da Empresa*, cit., pp 290-291.

²⁰⁴ . Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p423.

fusão-concentração, sucederia a extinção das sociedades e inserido o seu património na nova sociedade criada pela fusão, levando a considerar a fusão sem autonomia.²⁰⁵

As teses tradicionais entendiam que pela fusão de sociedades, decorria a extinção de uma sociedade e a transmissão dos seus bens para o património de outra, todavia entendia-se que a transmissão seria considerada como uma “*sucessão universal*” equiparada a “*sucessão mortis causa*”, posteriormente as teses tradicionais foram rejeitadas, e a fusão de sociedades passa a ser entendida como uma transformação de entes preexistentes, seguindo o entendimento do ordenamento jurídico Italiano e Francês. Entre os intervenientes da fusão, o seu interesse não passa por extinguir uma sociedade, a tese da natureza transformadora da fusão é apoiada por autores como PINTO FURTADO, JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO e JOSÉ TAVARES.²⁰⁶

2. Evolução Histórica da fusão

A consagração legal da Fusão dá-se na segunda codificação comercial em Portugal em finais do Séc. XIX, mas, a primeira codificação comercial em Portugal foi o conhecido Código de Ferreira Borges de 1833²⁰⁷, que deu especial cuidado às sociedades comerciais, e, que Menezes Cordeiro, considera que “*O Código de 1833 consubstancia o embrião do Direito Societário Português*”²⁰⁸, portanto o Código de Ferreira Borges foi a primeira compilação sistemática de normas mercantis, prevendo em suas disposições três tipos de sociedades, as companhias, as sociedades e as *parcerias commerciaes*, contendo, a matéria sobre sociedades comerciais no Livro II

²⁰⁵ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1131.

²⁰⁶ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1131.

²⁰⁷ O Código de Ferreira Borges de 1833 é o primeiro Código Comercial Português, existia a necessidade de proceder-se em 1859, a uma reforma da legislação comercial. Foram nomeadas duas comissões para reformar o Código de Ferreira Borges em 1868 e 1870, a 1ª comissão em 1868 por Decreto de 13 de Julho de 1859, mas, ambas comissões, foram dissolvidas. Finalmente em 1887 foi apresentado um projeto de Código Comercial, por Veiga Beirão, que iria originar o Código Comercial de 1888.- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais – A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 57.

²⁰⁸ Diogo Costa Gonçalves, *Pessoa Coletiva e Sociedades Comerciais, Dimensão Problemática e coordenadas Sistemáticas da Personificação Jurídico Privada*, 2013, pág.609; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit.,p.41.

do Título XII. Código de Ferreira Borges dedicou-se em especial às sociedades comerciais, mas não aconteceu o mesmo em matéria das modificações do contrato, as referências a estas matérias eram limitadas e sem relevância dogmática²⁰⁹.

Entre algumas insuficiências, na altura, em alguns aspetos, sobre o Código Comercial de 1833, por exemplo, no Código de 1833 existiam poucas referências sobre a alteração do pacto social, omissa no que respeita a forma de deliberações sobre a alteração do pacto social, e também no que respeita à tutela dos sócios majoritários e minoritários ou discordantes²¹⁰, levando assim a considerar-se que este Código Comercial de 1833 seria insuficiente e inadequado àquela que era a realidade comercial, daí a necessidade de se proceder então a uma reforma.

O Código de Veiga Beirão de 1888 permitiu, chamar a atenção aos fenómenos modificativos do pacto social, e entre outros aspetos fundamentais que foram desenvolvidos²¹¹, abriu a porta à criação de um regime jurídico especial para a Fusão, pois a matéria relativa à fusão de sociedades comerciais e a criação de um regime especial de aplicação ao instituto da Fusão de Sociedades afigurava-se fundamental.

Entre o período que sucede o Código de Ferreira Borges, de 1833, e a segunda Codificação, em matéria societária existiram dois diplomas preponderantes, sendo eles, a Lei de 22 de Junho de 1867 e o Código de SEABRA.

As alterações mais significativas introduzidas pela Lei de 22 de Junho de 1867 incidiam sobretudo sobre as assembleias gerais ordinárias e a sua distinção em relação

²⁰⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statu Quo Viae*, cit., p.112.

²¹⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statu Quo Viae*, cit., p.44.

²¹¹ O Relatório do Projeto de Veiga Beirão de Código Comercial, foi apresentado em 1887, por Veiga Beirão à Câmara de Senhores Deputados, no qual foram apresentadas linhas orientadoras fundamentais, entre as quais: “a) a delimitação jurídica precisa do conceito de sociedades comerciais ...; b) a adoção do critério da responsabilidade dos sócios para a distinção entre os diversos tipos sociais; c) a criação de um regime jurídico especial para a dissolução, a fusão, a prorrogação, a redução de capital e a dissolução; d) a garantia da individualidade jurídica da sociedade face à pessoa e ao património dos sócios; e a permissão da constituição de sociedades civis sobre a forma comercial; a preocupação com o comércio internacional e com a presença das sociedades estrangeiras no espaço jurídico português; a afirmação da tutela de terceiros, especialmente, dos credores...” - Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statu Quo Viae*, cit., pp. 57-58.

às assembleias gerais extraordinárias, pois segundo o entendimento de TAVARES DE MEDEIROS, nesta medida a distinção prendia-se entre o poder deliberativo das assembleias extraordinárias, onde os acionistas deliberavam sobre a modificação da sociedade, e o poder deliberativo, em assembleias ordinárias, na qual se deliberava sobre o desenvolvimento natural da vida sociedade²¹² .

A fusão é acolhida pela primeira vez, pelo Código de Veiga Beirão de 1888²¹³, considerando a influência do Código Italiano de 1882 em sua sistemática, seria pelo artigo 116º deste Código de 1888, no qual constava uma base normativa geral relativa às modificações do contrato de sociedade, da qual constava a delimitação de modificações típicas do contrato de sociedade, entre as quais se previa a Fusão de Sociedades. A Fusão, era então regulada entre os artigos 124º a 127 (cujas origens destes artigos provinham dos artigos 193º a 196º do Código Comercial italiano de 1822), constava do artigo 124º “ *A fusão de uma ou mais sociedades deve ser deliberada por cada uma das sociedades que pretendem fundir-se. § Único. A deliberação final e conjunta das sociedades que queiram fundir-se será devidamente publicada.*”²¹⁴

Apesar de ser no Código de 1888, a primeira consagração legal desta figura, associava-se no entanto a uma ausência da sua construção dogmática e por uma maior preocupação, no Código de Veiga Beirão, no sentido de assegurar a tutela dos credores da sociedade objeto da Fusão, pelo chamado *direito de oposição*²¹⁵, através do qual, permitia a suspensão da Fusão, crendo-se ser prejudicial face ao interesse económico da Fusão de sociedades²¹⁶. Contudo a doutrina em geral, defendia que, o direito de

²¹²Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 48.

²¹³ Relativamente à matéria da Cisão e Transformação de Sociedades, não existiam no Código de Veiga Beirão disposições sobre esta matéria.

²¹⁴Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., pp. 59-67; Diogo Costa Gonçalves, *Pessoa Coletiva e Sociedades Comerciais, Dimensão Problemática e coordenadas Sistemáticas da Personificação Jurídico Privada*, 2013, pág.609; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., pp.610-611.

²¹⁵ Através do Direito de Oposição, assegurava-se a tutela dos credores, sendo que, posto o prazo de 3 meses após a publicação da deliberação da fusão, deduzindo a oposição, resultava a suspensão da fusão até resolução judicial da oposição deduzida.

²¹⁶ De forma a reverter este quadro, seguiu-se elaboração de legislação excecional (nas primeiras décadas do Séc. XX), possibilitando a inobservância dos Artigos 124º a 127º do Código Comercial de

oposição dos credores seria “ *uma consequência necessária do princípio de que o devedor não pode substituir-se por outro sem o consentimento do credor*”.²¹⁷

O direito de oposição dos credores sociais, permitiu chegar ao entendimento de que o exercício deste direito condicionava, entre outros aspetos, o próprio interesse económico associado à Fusão, nesta medida, nas primeiras décadas do Séc. XX, surge legislação excecional que permitiu a inexecução das disposições relativas à Fusão, artigos 124º a 127º, quanto a determinadas fusões, enaltecendo a posição económica – social da fusão de sociedades em detrimento da tutela dos credores sociais, em casos determinados²¹⁸.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 598/73, de 8 de Novembro, aperfeiçoou-se a elaboração dogmática da fusão, tendo em consideração a ausência de construção dogmática no Código comercial, este é um ponto indispensável relativamente ao desenvolvimento da figura, mas era de grande importância também, alcançar o equilíbrio entre a tutela de credores o interesse económico da Fusão.

No artigo 12º do Decreto-Lei nº 598/73²¹⁹, surge o direito de oposição, um sistema prescrito por RAUL VENTURA, mas, nesta disposição, o direito de oposição apresenta-se de um modo mais ligeiro, no sentido de que, evitava-se agora que a

1888. O Decreto nº. 18:315, de 13 de Maio de 1930, de acordo com o seu artigo 3º isentava a observância dos artigos 124º a 127º e 195º a 198º do Código Comercial a sociedades, empresas agrícolas e indústrias das colónias africanas cuja pretensão seria a fusão, de modo a obter maior solidez económica e facilidade no recurso a crédito bancário.

O Decreto nº. 19:193 de 3 de Janeiro de 1931, isentava as empresas coloniais da observância dos artigos 124º a 127º e 195º a 198º do Código Comercial considerando a conveniência da realização de fusões societárias como um instrumento de solidificação económico-empresarial.

A Lei nº. 1:894 de 11 de Abril de 1935, permitia ao Governo, através do artigo 9º, a isenção dos artigos 124º a 127º do Código Comercial a fusões de bancos e casas bancárias.- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., pp. 80-81.

²¹⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 71

²¹⁸ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 80.

²¹⁹ O Decreto-Lei nº 598/73, de 8 de Novembro introduziu pela primeira vez, no direito societário português, a figura de cisão de sociedades, mais tarde, a 17 de Dezembro de 1982, surge a 6ª diretriz, que viria regulamentar a cisão de sociedades a nível comunitário.

oposição dos credores resultasse na paralisação da fusão, pelo contrário, em sentido diverso ao Direito Alemão, mas em linha com a solução italiana, francesa e espanhola, RAUL VENTURA propõe que “ ... por um lado, dever-se-ia manter a possibilidade dos credores interferirem na fusão, evitando-a, até verem acautelados os seus direitos, mas por outro, era importante permitir que a fusão não ficasse à mercê dos credores, e se efetivasse desde que fossem prestadas as garantias devidas ou reconhecidas como suficientes as garantias oferecidas pelas sociedades envolvidas.”²²⁰

2.1. A 3ª Diretriz

A 3ª diretriz teve igualmente um papel fundamental na evolução deste instituto, assim como a própria construção desta figura.

A fusão de sociedades, teve atenção especial por parte do legislador comunitário. Em 1978 surge a 3ª diretriz, de 9 de Outubro²²¹, a fusão passa a ser o objetivo primordial do legislador comunitário passou por impulsionar a introdução do instituto da fusão em várias ordens jurídicas europeias, levando à possível conciliação da tutela dos sócios e credores sociais, pois até então a preocupação centrava-se na garantia da tutela dos credores.

A tutela dos sócios fez-se sentir sobretudo, pela especial atenção que o legislador comunitário deu aos sócios, sobretudo, aos sócios minoritários, assegurando um adequado direito à informação, mas entre as suas preocupações incluiu-se também a proteção dos trabalhadores.

A 3ª diretiva contém 33 artigos, em seis capítulos, conforme o disposto no Artigo 1º da 3ª diretiva, de 9 de outubro, a 3ª diretiva tinha como âmbito de aplicação

²²⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 91.

²²¹ A 3ª Diretiva foi publicada em 20 de Outubro de 1978, no jornal oficial das comunidades europeias, relativa as fusões das sociedades anónimas.

subjetivo, a fusão de sociedades anónimas, contudo, assim como em outras ordens jurídicas, em Portugal este regime estendeu-se aos outros tipos de sociedades ²²².

Ao confrontar a 3ª diretriz, de 9 de Outubro e o Decreto-Lei nº 598/73, de 8 de Novembro. A 3ª Diretriz em seu Artigo 2º diferencia a fusão mediante a incorporação de uma ou várias sociedades numa só e a fusão mediante a constituição de uma nova sociedade²²³. Considerando os artigos 3º e 4º, a 3ª diretriz apresentava uma definição de fusão por incorporação, pela qual se determinava que *“a fusão por incorporação, entendia-se como a operação pela qual uma ou mais sociedades, por meio de dissolução sem liquidação, transferem para a outra todo o seu património ativo ou passivo, mediante a atribuição aos accionistas da ou das sociedades incorporadas de ações da sociedade incorporante...”*, a 3ª diretiva seguiu no sentido da não definir unitariamente a fusão, em contraposição, o Decreto-Lei nº 598/73, em seu artigo 1º não segue pela referência a diversidade de tipos, reduzindo apenas para *“ a reunião de duas ou mais sociedades em uma só”* ²²⁴.

RAUL VENTURA entendia que não seria necessário, ir pelo caminho de alterações profundas à legislação nacional, mas fez algumas sugestões:

- Introdução da possibilidade de atribuição aos sócios de quantias em dinheiro não superiores a 10% do valor nominal da participação social recebida, possibilidade expressamente prevista na 3ª diretriz;
- Referência, no projeto de fusão, aos direitos assegurados aos sócios detentores de direitos especiais;
- Densificação de normas referentes às deliberações sociais

²²² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 102; Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1106.

²²³ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1106.

²²⁴ Cf. VENTURA, Raúl, *Adaptação do direito português à 3ª diretiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia Relativa às Fusões das Sociedades por Ações*, Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Lisboa, 1978, pp.183-266.

2.2. Código das Sociedades Comerciais

A regulamentação da Fusão de sociedades passa a estar prevista no Código das Sociedades Comerciais, nos capítulos IX do título I, Parte Geral, artigos 97º a 117º CSC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de Setembro.

Em 1986, o CSC, introduziu alterações preponderantes decorrentes da 3ª e 6ª diretriz, consagrando o regime já existente do Decreto-Lei nº 598/73 sobre a fusão e cisão de sociedades. Apesar de no CSC permanecer a técnica do Código de Veiga Beirão, prevendo em seus artigos 85 e 86º, uma cláusula geral de alteração de contrato de sociedade, que, comporta algumas mudanças, através da qual consagra a evolução normativa e dogmática da fusão. Nesta medida, a fusão das sociedades, e a cisão e transformação, passam a consagrar-se legalmente na parte, tornando assim aplicáveis a todos os tipos societários o conjunto de normativos, que considerando a exigências que constavam da 3ª e 6ª diretivas, apenas seriam de aplicação às sociedades por ações, contribuindo de forma determinante ao desenvolvimento dogmático do instituto da fusão²²⁵.

É de salientar, que com a reforma de 2006, através do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, as alterações inseridas no regime da Fusão, foram muito significativas, tornando o regime da fusão mais célere, revogando os artigos 107º a 110º incluíram-se os artigos 101º-A a D.

Entre o conjunto de alterações, no que concerne ao processo da fusão, deixa-se de exigir um balanço especialmente organizado, sendo suficiente, na elaboração do projeto, o balanço do último exercício ou um balanço elaborado a menos de 3 meses (Artigo 98º nº2 CSC alíneas a) e b)), exige-se o registo do projeto na Conservatória do Registo Comercial e convocatória da assembleia geral, constituindo esta um aviso de credores (Artigo 100º CSC), a oposição de credores passou a ser deduzida em prazo de um mês a contar da publicação que serviu de aviso de credores (Artigo 101º -A CSC).

²²⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p. 107.

Este regime foi alvo de um conjunto de intervenções legislativas. O Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, deu uma nova redação aos artigos 85º, 88º, 89º, 93º, 95º, 97º, 98º, 99º, 100º, 101º, 103º, 105º, 106º, 111º, 115º, 116º, 119º, 132º e 137º. O Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro, alterou os artigos 95º, 96º, 100º, 101º, 101º-A, 106º, 116º, 117º e 132º. Posteriormente a 10ª Diretriz, relativamente às fusões transfronteiriças, foi transposta pela Lei nº 19/2009, de 12 de Maio, alterando os artigos 98º, 99º, e 101º, criando um regime material da intervenção de trabalhadores e introduziu uma nova seção ao Capítulo IX do Título IX, formada pelos artigos 117º.A a 117º-L. O Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto mais tarde vem a modificar os artigos 98º, 100º, 101º, 101º-A e 116º²²⁶.

3. Modalidades da Fusão

A fusão de sociedades comerciais implica a reunião, em uma só, de duas ou mais sociedades. O Artigo 97º nº1, não define o conceito de fusão, mas apresenta uma noção de fusão de sociedades comerciais, que se concretiza pelo nº4 do Artigo 97º, pelo qual são apresentadas duas modalidades de fusão²²⁷.

O Artigo 97º nº4 dispõe:

“A Fusão pode realizar-se:

- a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e a atribuição aos sócios daquelas partes, ações ou quotas desta;*
- b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas partes, ações ou quotas da nova sociedade.”*

²²⁶ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1097; Cf. GONÇALVES, Diogo Costa, “ As recentes alterações ao regime da Fusão de Sociedades- Lei Nº 19/2009, de 12 de Maio e o Decreto-lei Nº 185/2009, de 12 de Agosto” in “ *Separata da Revista de Direito das Sociedades*”, Almedina, ANO I (2009), pp.552-581.

²²⁷ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.158.

Sobre a alínea a) e b) do nº4 do Artigo 97º, dá-se a conhecer as modalidades de Fusão por incorporação e Fusão por concentração.

3.1. Fusão-incorporação

A alínea a) do nº4 do Artigo 97º apresenta a fusão por incorporação, esta modalidade Fusão-incorporação, é conhecida por esta designação, mas alguns autores utilizam também a designação fusão-simples²²⁸, ou fusão-absorção²²⁹. Segundo MENEZES CORDEIRO, este tipo de fusão ocorre quando *“uma sociedade preexistente, mantém-se, absorvendo outra”*²³⁰ pela qual dá-se a extinção da chamada sociedade ou sociedades incorporada(s), e o seu(s) património(s) é absorvido pela sociedade incorporante, transmitindo-se o ativo e passivo para a sociedade incorporante ou absorvente (transferência global do património) , a operação de fusão requer a atribuição, aos sócios da sociedade que se extingue, de participações sociais da sociedade incorporante.

3.2. Fusão-incorporação de sociedade totalmente detida

A fusão seja fusão- incorporação ou fusão-concentração implica:

- a) A extinção da sociedade (s) incorporada (s) ou das sociedades a fundir;
- b) A transmissão de todo o ativo e passivo para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;
- c) A atribuição de participações sociais aos sócios das sociedades extintas.

²²⁸ Cf. PUPO CORREIA, *Direito Comercial- Direito da Empresa*, cit., p. 289.

²²⁹ A designação fusão-absorção foi utilizada na versão francesa da 3ª diretiva.-Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.158.

²³⁰ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, cit., p.1125.

Estes elementos caracterizam o conceito de fusão de sociedades comerciais, todavia, em situação particulares existe uma proibição, a fusão-incorporação de sociedade totalmente detida pela sociedade incorporante, não permite a atribuição de participações sociais próprias²³¹.

Este caso particular põe em causa o entendimento sobre a atribuição de participações sociais, como elemento fundamental da fusão de sociedades comerciais, já antes acentuados pelo nº3 do Artigo 104º CSC.

O Artigo 116º CSC prevê a denominada fusão-incorporação de sociedade totalmente detida por sociedade incorporante, e a fusão por incorporação da sociedade-filha pela sociedade-mãe (*upstream merger*), nestes casos, estão em causa fusões relativas ao grupo de domínio total.

Neste tipo de fusões, como já foi dito, a atribuição de participações sociais não são consentidas, resulta destes casos, que não se dá um acréscimo em termos reais do património, pois, a sociedade incorporante, passa a deter diretamente o património social da sociedade incorporada, ao passo que, anteriormente, a sociedade incorporante detinha o património social indiretamente, através da participação social.²³²

No seguimento do Artigo 116º, neste tipo de fusões o processo de fusão é simplificado²³³, no sentido de que, nos termos do nº2, não se aplicam as disposições relativas a troca de participações sociais ou sobre relatórios de gestão, a própria tutela do dos sócios aparenta menor exigência, daí a norma diminuir a intervenção dos sócios no processo.²³⁴

3.3. Fusão concentração

A alínea b)do nº4 do Artigo 97º prevê a fusão por constituição de nova sociedade, também designada fusão-concentração. Esta modalidade de fusão de

²³¹ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.159.

²³² Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.322.

²³³ Cf. PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, cit., p. 899.

²³⁴ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,pp.428-429.

sociedades comerciais envolve a reunião de duas ou mais sociedades em uma só sociedade, constituindo-se uma nova sociedade, na qual decorre a transferência global do património das sociedades fundidas, ocorrendo a extinção das sociedades que intervêm na fusão.²³⁵

O património social das sociedades que fazem parte da fusão, é transferido para a nova sociedade que é constituída na fusão, sendo atribuídas participações aos sócios destas sociedades. Na modalidade de fusão-concentração, a sociedade beneficiária é constituída na fusão “*há um momento jurídico de criação de uma nova sociedade*”.²³⁶

Nos termos do Artigo 106º nº2, está salvaguardada a aplicação de regras gerais que regem a constituição de sociedade à fusão por constituição de nova sociedade, assim, deve permanecer o respeito pelo artigo 9º e seguintes CSC, pelas disposições específicas para o tipo de sociedade adotado e pelo princípio consagrado no nº1 do Artigo 25º, no que concerne a regras de formação de capital. Por força do nº2 do Artigo 106º, aplicar-se-á o regime de avaliação e verificação de entradas (Artigo 28º) em espécie aos bens diferentes de dinheiro transmitidos para a nova sociedade, que resulta da fusão. No que concerne à forma do contrato de sociedade, considera-se o disposto no Artigo 106º nº1²³⁷.

3.4. Fusões heterogéneas

Resulta do nº1 do Artigo 97º, a possibilidade de a fusão ocorrer entre sociedades de diferentes tipos, conhecidas pela doutrina como *fusões heterogéneas*, entende-se que estará em causa a modificação do seu tipo social, mas possivelmente do objeto social, ou por exemplo da sua sede. A questão principal em torno das *fusões*

²³⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p338; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p158; Cf. PUPO CORREIA, *Direito Comercial-Direito da Empresa*, cit., p. 289.

²³⁶ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV.,cit.,p.338.

²³⁷ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II., AA.VV., cit., p. 281; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.338.

heterogêneas está em volta das disposições que lhe são aplicáveis²³⁸. Uma questão que a Doutrina tem refletido no sentido de eventual cumulação dos regimes da Fusão e o regime das alterações destes elementos do contrato²³⁹. Entende-se que lhe são aplicáveis as disposições legais e contratuais relativas à transformação, quando a fusão se encontre impedida de assegurar os interesses tutelados²⁴⁰, o que demonstra que a possibilidade de aplicar disposições da alteração do contrato de sociedade neste processo, e que a fusão tem uma natureza transformadora estando em causa na verdade, um processo de modificação de sociedade²⁴¹.

3.5. Fusões de Sociedades dissolvidas

Nos termos do nº2 do Artigo 97º, é permitido que se realize a fusão, mesmo que ocorra a dissolução de uma das sociedades intervenientes, conforme dispõe o Artigo 146º nº2, a sociedade em fase de liquidação ou dissolvida, ainda existe juridicamente, nesta medida, a personalidade jurídica é salvaguardada até ao registo de liquidação, sendo-lhes aplicáveis as disposições que regem as sociedades não dissolvidas, mas importa referir que, nos termos do nº 3 do artigo 97º, é necessário que nenhuma das sociedades tenha entrado em processo de insolvência, pelo que, cumprindo os requisitos para o regresso ao exercício da atividade social, que constam do Artigo 161º, não obsta a realização da fusão.²⁴²

Pela fusão dá-se a extinção da sociedade incorporante, ocorrendo a fusão por incorporação, ou, das sociedades preexistentes, no caso da fusão através da qual se constitua nova sociedade.

²³⁸ O Artigo 8º do Decreto-lei 598/73, sobre esta matéria, determinava que quando a fusão sobre a qual estivessem em causa mudanças do objeto ou tipo, ou sobre outras alterações do pacto social, deveriam ser observados os requisitos exigidos por lei ou pelos estatutos para as respetivas deliberações, casos os interesses tutelados não estivessem assegurados pela Fusão, no CSC não existe uma norma desta natureza.- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, AA.VV., cit., p. 338

²³⁹ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.161.

²⁴⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.338.

²⁴¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.338.

²⁴² Cf. António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, Vol. I, cit., p. 695; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p 161.

3.6. Fusões internas e fusões transfronteiriças

O disposto entre os artigos 97º a 110º do CSC, são aplicáveis às fusões internas, estas fusões sucedem entre sociedades comerciais sujeitas à mesma lei pessoal portuguesa, por outro lado existem também fusões internacionais, sobre essas fusões importa referir que, estamos perante uma fusão internacional quando ocorra entre sociedades de direito português e sociedades sujeitas à lei pessoal de outros Estados, consequentemente o regime que lhes é aplicado será o regime que resulte do disposto no direito internacional privado das pessoas coletivas e do direito privado internacional das sociedades comerciais.²⁴³

Para as fusões internacionais, é também uma fusão internacional, contudo existe uma exceção para as fusões transfronteiriças.

As fusões transfronteiriças divergem no sentido de que envolvem sociedades comerciais com sede em Estados membros da União Europeia, são fusões que ocorrem entre sociedades portuguesas e outras sociedades em que pelo menos uma delas se sujeita à lei pessoal de outro estado-membro da união europeia (Artigo 117º-A CSC), aplicando-se-lhe o regime previsto nos artigos 117º-A a 117º-L, Secção II do Capítulo IX do CSC.²⁴⁴ Este regime resulta da 10ª Diretiva, que foi transposta pela Lei nº 19/2009, de 12 de Maio.

4. Processo da Fusão

O processo da fusão de sociedades, inicia pela elaboração do projeto de fusão, que tem por função dar o conhecer os aspetos fundamentais da fusão, tanto os aspetos económicos como jurídicos, atendendo ao Artigo 98º os elementos elencados entre as alíneas a) a m) são elementos de menção obrigatória, de modo a que se verifique um real conhecimento da operação em causa, estes elementos devem ser

²⁴³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV.,cit.,p.341.

²⁴⁴ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV.,cit.,p.340.

considerados aquando da elaboração do projeto de fusão em conjunto, pelas administrações das sociedades envolvidas na fusão²⁴⁵.

A atuação dos órgãos de administração é fiscalizada pelos órgãos de fiscalização das sociedades intervenientes, exige o Artigo 99º que os órgãos de administração devem comunicar aos órgãos de fiscalização o projeto elaborado, para seja emitido parecer sobre o projeto.

4.1. Projeto de Fusão

O processo da fusão começa com a composição do projeto comum da fusão, considerando os elementos obrigatórios exigidos pelo Artigo 98º. Cabe às administrações das sociedades que fazem parte da fusão, conjuntamente, proceder à elaboração do projeto, pois esta competência insere-se nos poderes de gestão deste órgão social, nos termos da alínea m) do Artigo 406º. O papel que os administradores desenvolvem nesta fase é essencial, uma vez que a intervenção dos sócios apenas irá ocorrer mais adiante no processo, daí a necessidade de os administradores atuarem em conformidade com a exigência de um gestor diligente e criterioso (Artigo 64º nº1), cabendo aos órgãos de fiscalização da sociedade emitir parecer sobre o projeto de fusão sobre o qual foi comunicado segundo o Artigo 99º. Esta fase é muito importante, caracterizada como uma *fase negocial*, em que através dos projetos de fusão dá-se a conhecer a realidade da operação, tanto do ponto de vista jurídico como do económico, de modo a garantir o direito a informação dos sócios, mas, é também fundamental para conferir informação a terceiros, a credores e a trabalhadores (Artigo 101º)²⁴⁶ e também as intenções e interesses de cada uma das partes e elementos necessários para uma digna informação sobre a fusão.²⁴⁷

²⁴⁵ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p. 187.

²⁴⁶ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p. 187.

²⁴⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.348; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p. 178.

4.2. O registo e publicação do projeto de fusão

A elaboração do projeto de fusão é conjunta, mas o seu registo (Artigo 100º) é realizado de modo autónomo por cada uma das sociedades do processo de fusão. A publicação é obrigatória e imediata, aquando do registo do projeto de fusão.²⁴⁸ O Artigo 3º nº1 alínea p) do Código do Registo Comercial também prevê a obrigatoriedade do registo do projeto de fusão, sendo feito por depósito e exigindo a referência quanto à modalidade da fusão, a firma e a sede das sociedades que fazem parte do processo da fusão.²⁴⁹

4.3. Convocação das assembleias gerais

Após o registo do projeto nos termos do Artigo 100º nº2, os sócios de cada uma das sociedades intervenientes na fusão deve deliberar sobre o projeto de fusão, em assembleia geral seja qual for o tipo social.²⁵⁰

As assembleias gerais podem ser convocadas nos termos gerais, ou permite o nº4 do Artigo 100º que a publicação do registo do projeto servir para convocar as assembleias gerais, por simplificação do regime²⁵¹.

O nº 2 do Artigo 100º determina em termos de prazo, que as assembleias sejam convocadas após o registo do projeto, reunindo-se um mês sobre a data de publicação da convocatória, este prazo é contado individualmente para cada uma das sociedades, no sentido de que, o registo do projeto de fusão é realizado de forma autónoma por cada uma das sociedades intervenientes no processo.

²⁴⁸ Cf. Artigo 100º nº1, *in fine*; Cf. Artigo 70º nº1 alínea a) CRC que remete para o Artigo 3º nº1 alínea p) CRC; Cf. Artigo 2º da Portaria 590-A/2005, de 14 de Julho.

²⁴⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.364.

²⁵⁰ Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.364

²⁵¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.364; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit.,p.213.

4.4. Oposição de credores

A publicação do registo do projeto de fusão permite que aos credores sociais lhes seja possível exercer o seu direito de informação, o Artigo 101º consagra o direito de consulta.²⁵² A tutela dos credores tem tido atenção especial e relevância normativa.

Pelo disposto no Artigo 101º-A, mediante o prazo de 30 dias após a publicação do registo do projeto podem os credores das sociedade intervenientes no processo de fusão deduzir oposição, todavia, exige a norma que os créditos sejam anteriores à publicação do registo do projeto. Deduzida a oposição, esta tem efeito impeditivo, assim sendo, como dispõe a norma, Artigo 101º-B, ocorre o impedimento definitivo da fusão no registo comercial, até que se verifiquem algum dos fatos estabelecidos no nº1 do Artigo 101º-B, interrompendo o impedimento. Nos termos. do nº2, caso a oposição seja julgada procedente, o tribunal exige o reembolso do crédito.²⁵³

4.5. Registo e deliberação da fusão

Antes do registo da fusão, deve existir uma prévia deliberação, que segundo o Artigo 103º nº1 é tomada nos termos prescritos para a alteração do contrato de sociedade,²⁵⁴ na falta de disposição especial, ou seja, a fusão deve ser deliberada nos termos específicos para cada uma das sociedades, apenas em sua falta será suprida pelo disposto para a alteração de contrato²⁵⁵.

Começa através de uma declaração inicial e expressa da administração, para que suceda a deliberação, para que se possa determinar se desde a elaboração do projeto até a reunião aconteceu alguma mudança relevante sobre os elementos sobre os quais, se basearam para elaborar o projeto de fusão²⁵⁶.

²⁵² Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.217.

²⁵³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.364 e pp. 372-380.

²⁵⁴ Consagra o entendimento de que a fusão é um ato modificativo das sociedades- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.388.

²⁵⁵ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.260.

²⁵⁶ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.388.

Considerando as disposições especiais sobre cada tipo de sociedade, portanto, articulando o nº1 do Artigo 103º (parte geral) e a parte especial do Código das Sociedades Comerciais:

- Em Sociedades em Nome Coletivo a deliberação da fusão deve ser tomada por unanimidade conforme dispõe o Artigo 194º, a não ser que o contrato de sociedade autorize deliberação por maioria, que não seja inferior a três quartos dos votos de todos os sócios.
- Em Sociedades Por Quotas dispõe o Artigo 265º nº1 e 3 que a deliberação da fusão deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social ou por número ainda mais elevado de votos exigidos pelo contrato de sociedade.²⁵⁷
- Em Sociedades Anónimas e Sociedades em Comandita por Ações por remissão do Artigo 478º, a deliberação da fusão deve ser tomada por maioria de três quartos quer a assembleia reúna em 1ª ou em 2ª convocatória conforme dispõe o Artigo 386º nº3, mas se assembleia reunida em 2ª convocatória se encontrarem presentes ou representados acionistas detentores de pelo menos metade do capital social, a deliberação pode ser tomada por maioria simples considerando o que dispõe o Artigo 386º nº4.
- Em Sociedades em Comandita Simples a deliberação da fusão pode ser tomada por unanimidade dos sócios comanditados e pelo voto dos sócios comanditários que representem pelo menos dois terços do capital (Artigo 476º)²⁵⁸.

Existe uma particularidade no que concerne às deliberações sobre a fusão, em certos casos não é exigível o recurso a prévia deliberação da fusão, por exemplo nos casos em fusão a fusão ocorre por incorporação de sociedade totalmente pertencente

²⁵⁷ À deliberação da fusão nas sociedades por quotas é aplicável a maioria exigida para aprovação da alteração do contrato.

²⁵⁸ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit.,p.388.

a outra²⁵⁹ e na fusão por incorporação de sociedade detida pela menos em 90%, nos termos no nº3 do Artigo 116º, desde que estejam cumpridos cumulativamente os requisitos exigidos na norma²⁶⁰,:

- Indicação no projeto de fusão de que existe prévia deliberação das assembleias gerais;
- Que os sócios tenham podido tomar conhecimento, na sede social, da documentação anexa e do projeto de fusão, a partir de pelo menos, do 8º dia seguinte à publicação do registo do projeto de fusão e disso tenham, sido avisados no mesmo projeto ou simultaneamente com a comunicação deste;
- Que nos 15 dias seguintes à publicação do registo do projeto de fusão, não tenha sido requerida, por sócios detentores de 5% do capital social a convocação da assembleia geral para deliberar a fusão.

Após a deliberação da fusão em todas as sociedades, dispõe o Artigo 111º, caso não tenha sido deduzida oposição, ou tendo sido deduzida, se tenha verificado algum dos fatos do nº1 do Artigo 101º-B, pode ser requerido o registo da fusão, por qualquer um dos administradores das sociedades intervenientes no processo de fusão. Nos termos do Artigo 10º alínea m) do Regulamento do Registo Comercial e do Artigo 53º-A do CRC, o registo da fusão é feito por transcrição.²⁶¹

Capítulo II: Os Direitos Especiais na Fusão da Sociedade

1. Enquadramento

A fusão de sociedades comerciais é entendida como uma forma de concentração societária, pela qual ocorre a modificação dos seus elementos, o recurso

²⁵⁹ Cf. Artigo 117º I do CSC.

²⁶⁰ Cf. Artigo 116º nº 3 do CSC.

²⁶¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.388 e p.409.

à fusão de sociedades muitas vezes tem em sua base motivações de carácter económico e por ser do interesse das sociedades entrarem neste processo, caracterizado por numerosas modificações objetivas e subjetivas, é necessário compreender que, por um lado todo este processo decorre em função do interesse social, e em que medida são protegidos os direitos dos sócios, em especial dos sócios titulares de direitos especiais.

Novos contornos irão surgir após a fusão, pois decorre da fusão uma nova estrutura organizativa²⁶² que de alguma forma poderá não ir ao encontro da expectativa dos sócios, nesta medida, no processo da fusão a lei assegura determinadas medidas que têm por função permitir a tutela dos direitos especiais dos sócios, sejam eles individuais ou de categorias de ações, os sócios titulares de direitos especiais da sociedade incorporada ou das sociedade a fundir não podem ser afetados pela Fusão.²⁶³

O primeiro passo do processo da fusão acontece com a elaboração do projeto de fusão, os elementos exigidos pelo Artigo 98º são elementos fundamentais ao conhecimento real da operação em causa, para o exercício do direito de informação, para demonstrar em que termos económicos e jurídicos sucede a operação da fusão.

Os elementos que constam do projeto de fusão têm por função fornecer informação, mas são também fundamentais à tutela dos credores sociais, trabalhadores e para proteção dos sócios envolvidos neste processo.

Os direitos especiais integram o conjunto de elementos de menção obrigatória no projeto de fusão, constam da alínea j) do Artigo do nº1 do Artigo 98º, e mais do que apenas se exigir que sejam mencionados, o não cumprimento desta indicação comporta consequências.

²⁶²Cf. Domingos Baxe, *A Tutela dos Direitos dos Sócios em Sede de Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais*, cit., p.48; Cf. GONÇALVES, Diogo, Costa, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais -A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, Almedina, Coimbra, 2008, cit., pp.199-202.

²⁶³ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.187.

Segundo a alínea j) do nº1 do Artigo 98²⁶⁴, os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir que possuem direitos especiais devem ser mencionados no projeto de fusão, sendo que os direitos especiais que sejam atribuídos na sociedade resultante, devem constar não só no projeto de Fusão, mas também no projeto de alterações do contrato da sociedade incorporante ou da nova sociedade.²⁶⁵

Os direitos especiais não podem ser prejudicados devido a Fusão, caso os sócios titulares de direitos especiais não sejam conservados na sociedade resultante é necessário que prestem o seu consentimento, seja individual²⁶⁶ ou em assembleia especial²⁶⁷, contudo existem particularidades nesta matéria, pois muito dificilmente os direitos especiais dos sócios das sociedades incorporadas ou que irão extinguir-se por via da Fusão, permanecerão os mesmos, uma vez que estando perante a Fusão está em causa uma reestruturação societária.

Nesta medida, confrontam-se duas situações, segundo o autor DIOGO COSTA GONÇALVES, existirão duas hipóteses: “ *ou a fusão oferece aos sócios em causa outras posições jurídicas em substituição dos direitos especiais titulados ou, sem alternativa, os direitos especiais não podem ser mantidos e os sócios encontram-se, na terminologia da lei prejudicados.*”²⁶⁸

Sobre esta questão, para a proteção dos direitos dos sócios a lei determina que sejam referenciados no projeto de Fusão (Artigo 98º nº1 alínea j)) os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou nova sociedade aos sócios titulares de

²⁶⁴ Não existia uma disposição semelhante ao Artigo 98º nº 1 j) no Decreto-Lei nº 598/73, mas sua referência resultaria de forma indireta dos Artigos 2º alínea f) e 19º alínea h, sobre alterações ao pacto social.- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p. 321; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.201.

²⁶⁵ Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.187.

²⁶⁶ Cf. Artigo 103º nº2 alínea b) do CSC; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.187.

²⁶⁷ Cf. Artigo 103º nº3) do CSC; Cf. ELDA MARQUES, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. II, AA.VV., cit., p.187.

²⁶⁸ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., pp.196-198.

direitos especiais. Na impossibilidade de proteger os direitos especiais, em conformidade com o Artigo 103º nº 2, a lei determina a exigência do consentimento dos sócios afetados pela Fusão.

Ao sócio é ainda possível fazer uso do seu direito de não permanecer na sociedade na eventualidade de não concordar com o recurso à Fusão.

2. Os direitos assegurados e o critério de equivalência material

A fusão envolve a união de sociedades, trata-se de uma reorganização societária que envolve a reestruturação das sociedades no campo objetivo e subjetivo, de onde podem surgir conflitos que coloquem a par do interesse social, o interesse dos sócios, assente nos direitos especiais, para o autor DIOGO COSTA GONÇALVES deve-se ponderar se a tutela dos direitos especiais, em sede de Fusão, deve atuar com o mesmo caráter absoluto consagrado nos Artigos 24º e 55º.²⁶⁹

Deve o projeto de fusão mencionar os direitos assegurados dos sócios titulares de direitos especiais, nesta nova realidade societária em comparação com a anterior, ora, o projeto de fusão deve mencionar os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir, que possuem direitos especiais, neste sentido, cumpre apurar o que se entende por “Direitos Assegurados”.

Segundo a doutrina de DIOGO COSTA GONÇALVES, autor que entende que os direitos assegurados, para efeitos da alínea j) do nº1 do Artigo 98º, são direitos equivalentes aos direitos especiais titulados pelos sócios na sociedade onde deliberam a Fusão.²⁷⁰

²⁶⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., pp.201-202.

²⁷⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.205.

DIOGO COSTA GONÇALVES não partilha da mesma posição que RAUL VENTURA, pois este autor defendia que aos direitos assegurados aos sócios titulares de direitos especiais, seriam entendidos de duas formas, i) como direitos equivalentes, após a fusão, aos direitos que os sócios gozavam na sociedade extinta ou fundida e ii) como outros direitos, não precisamente equivalentes aos seus direitos especiais, que tenham sido convencionados com os sócios para a angariação do seu consentimento.²⁷¹ DIOGO COSTA GONÇALVES esclarece *“não cremos que possam ser considerados direitos assegurados aqueles que hajam sido convencionados para garantir o consentimento dos sócios, como pretende RAUL VENTURA. Na verdade, tais direitos visam substituir um direito especial por outra qualquer situação jurídica, sem necessária conexão com o direito existente. Nestes casos não se pode falar em direito assegurado; mas antes em direito substituído.”*²⁷²

Ora ainda que os sócios possam estar de acordo com essa substituição como forma de garantir que a fusão ocorra sem este impedimento, não se pode afirmar que nessa hipótese estaremos perante direitos assegurados, os *direitos substitutivos* têm previsão na alínea j) do nº1 do Artigo 98º mas sim na alínea f) deste artigo.

No que concerne aos direitos equivalentes, recorre-se ao critério da equivalência para determinar os direitos equivalentes.

Acerca do critério da equivalência, começamos por referir que a menção obrigatória dos direitos assegurados aos sócios titulares de direitos especiais no projeto de fusão, tem origem no Artigo 5º alínea f) e artigo 3º alínea f) da 3ª e 6ª Diretrizes, respetivamente, acontece o mesmo com o critério da equivalência, pois a referência a este critério surge na 3ª e 6ª Diretrizes nos Artigos 15º e 13º

²⁷¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.204; Cf. VENTURA, Raúl, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades- Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 2008, cit.,p.66.

²⁷² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.204.

respetivamente, contudo a sua referência surgiu a respeito de não sócios, portadores de títulos, titulares de direitos especiais de sociedades em Fusão e Cisão²⁷³.

O critério da equivalência é um critério objetivo e tem em sua base a comparação da situação jurídica dos sócios na sociedade em que é deliberada a Fusão com a situação que os sócios titulares de direitos especiais, irão usufruir na nova sociedade resultante da Fusão²⁷⁴, importante é que o interesse do sócio, seja fundamentalmente satisfeito, em virtude do interesse social, para determinar o que se entende por direitos assegurados. O critério da equivalência é um critério objetivo, no qual se defende que “ *para que um direito seja equivalente não é necessário o conforto subjetivo do seu titular, basta a ponderação da realidade objetiva da estrutura societária*”²⁷⁵

Contrapõe-se equivalência material e equivalência formal, mas entende-se que, segundo DIOGO COSTA GONÇALVES acerca do Artigo 98º nº1 alínea j) o legislador iria no sentido de que se trata de direitos materialmente equivalentes, *acrescentando “ daqui decorre, numa delimitação negativa: (i) a manutenção do mesmo direito especial na nova estrutura societária não implica que esse direito se encontre assegurado, se o interesse do sócio a ele subjacente não puder continuar a ser prosseguido; (ii) uma equivalência jurídico- formal de direitos não implica a presença de direitos assegurados, pelo mesmo critério atrás proposto.”*²⁷⁶. Posto isto é importante distinguir a equivalência formal e a equivalência material.

A equivalência formal verifica-se “ *sempre que exista uma identidade total ou uma correspondência jurídico-formal entre os direitos, sem manutenção, na nova*

²⁷³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., pp.322, n. 14-15.

²⁷⁴ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.322.

²⁷⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.206; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.322.

²⁷⁶ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.323.

estrutura societária, do interesse próprio do sócio visado.”²⁷⁷, DIOGO COSTA GONÇALVES exemplifica “ um qualquer direito especial de voto, mantendo-se inalterado na nova sociedade, não logra obter a mesma vantagem ou utilidade prática preconizada na estrutura societária anterior. Neste caso, o direito especial supostamente assegurado, é formalmente o mesmo que existia na sociedade onde o sócio votou a fusão... Há uma perfeita identidade entre situações jurídicas; simplesmente, a mesma situação jurídica, quando relativa à nova sociedade, à sociedade incorporante... não garante o mesmo interesse do sócio visado.”²⁷⁸

Por outro lado verifica-se equivalência material, quando ao sócio seja atribuída uma nova posição sobre a qual permaneça o mesmo interesse conferido pelo direito especial (de que era titular), ainda que seja configurado de forma jurídica diversa da anterior.

Adotando a doutrina de DIOGO COSTA GONÇALVES, o direito especial por conferirem posições diferenciadas aos seus titulares, e a vantagem em relação aos demais sócios, entende-se que, ainda que não configure a mesma situação jurídica anterior, mas fundamental será que se mantenha a posição vantagem e interesse dos sócios atribuídos pelos direitos especiais.

3. O consentimento do sócio

O Artigo 103º nº2 limita a execução da deliberação da Fusão, à exigência de consentimento dos sócios titulares de direitos especiais que vejam seus direitos prejudicados pela Fusão, pondo em causa os efeitos da Fusão, consubstanciando a não

²⁷⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit.,p.207; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.323.

²⁷⁸ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.323.

execução da deliberação da Fusão, uma modalidade de ineficácia, prevista no Artigo 55º.²⁷⁹

A Lei apresenta soluções simples, contudo é importante entender qual é alcance desta norma, da situação sobre a qual pretende solucionar, pois, estando em causa direitos especiais, devemos procurar perceber se a situação que o Artigo 24º nº5 pretende proteger é considerada a idêntica à do Artigo 103º nº2²⁸⁰.

Em primeiro lugar nas palavras de DIOGO COSTA GONÇALVES “ *O consentimento dos sócios, quer tomados individualmente, quer em assembleia geral quer em assembleia especial, configura um meio concedido aos seus titulares de resistir a vontade maioritária fazendo prevalecer a sua posição jurídica contra os restantes sócios e contra os seus interesses*”.²⁸¹

Este é um meio a partir do qual os sócios podem proteger a sua posição, em relação à sua posição em particular, sendo uma posição vantajosa enquanto titulares de direitos especiais, perante a Fusão, uma situação em que possivelmente poderão ver que os seus direitos especiais não serão materialmente equivalentes, nas sociedades incorporante ou nova sociedade. A exigência do consentimento permite que em sua falta, ocorra a impossibilidade do registo da fusão consequentemente impedindo os efeitos previstos no Artigo 112º.

Posto isto, seguindo a doutrina de DIOGO COSTA GONÇALVES, para efeitos do Artigo 103º nº2 consideram-se prejudicados os sócios cujos direitos especiais não foram assegurados nos termos do Artigo 98º nº 1 alínea j) que na nova estrutura societária não encontram situação jurídica equivalente, em sentido oposto ao de RAUL VENTURA, autor que rejeita uma possível coincidência do âmbito de aplicação do

²⁷⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.326.

²⁸⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., pp.324-325.

²⁸¹ Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.240.

Artigo 24º nº 5 ao Artigo 98º nº1 alínea j)²⁸². RAUL VENTURA defendia a aplicação do princípio consagrado no Artigo 24º nº5 ao Artigo 103º nº2, pois entendia que os direitos especiais dos sócios seriam *afetados* sempre que os mesmos fossem suprimidos ou coartados considerando que os sócios prejudicados para efeitos do artigo 103º nº2 alínea b) seriam os mesmos previstos no Artigo 25º nº5.²⁸³ , no entanto à luz do critério da equivalência material a supressão ou coartação de um direito não implica que o interesse próprio do sócio não se encontre assegurado na nova estrutura societária.²⁸⁴

4. A deliberação da Fusão e o consentimento do sócio

Quanto aos sócios prejudicados, que não tenham seus direitos assegurados, o Artigo 103º nº2 protege a posição destes sócios através do consentimento exigido, pondo em causa a execução da deliberação na falta de consentimento.

Sobre a relação da deliberação da Fusão e o consentimento do sócio existe uma difícil harmonização, por um lado estamos perante um direito de geral, de votar e participar nas deliberações previsto no Artigo 21º nº1 alínea b) e por outro lado o sócio sendo titular de direito especial, *prejudicado* é necessário que sócio dê o seu consentimento²⁸⁵.

Sobre o direito geral de votar e participar em deliberações, cabe ao sócio votar a favor da fusão, votar contra a fusão ou abster-se.

²⁸² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.324; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.206; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.250.

²⁸³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p. 324.

²⁸⁴ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.325.

²⁸⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.327; Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit.,p.254.

4.1. Voto positivo do sócio prejudicado

Nesta situação, essencialmente importa dar resposta à questão: o sócio prejudicado ao votar a favor da deliberação da Fusão consente a afetação dos seus direitos especiais ou se o seu consentimento for ainda exigido, em hipótese pode nessa situação o sócio recusar prestar consentimento? A solução em casos como este será no sentido de que o sócio prestando voto favorável sobre a fusão, consente expressamente na afetação dos seus direitos especiais. Esta solução reúne posições favoráveis de PINTO FURTADO²⁸⁶ e DIOGO COSTA GONÇALVES²⁸⁷.

4.2. O voto negativo do sócio prejudicado

Esta questão apresenta maior complexidade, face à anterior situação em que o sócio prejudicado vota a favor da Fusão. Nesta situação, segundo DIOGO COSTA GONÇALVES, toma-se atenção a duas hipóteses. Numa primeira situação sobre a posição e valor do voto negativo do sócio, a quem se exige o consentimento. A segunda hipótese, sobre a situação do sócio prejudicado que vote contra a deliberação, surgindo em sua esfera jurídica o Direito de Exoneração²⁸⁸.

Sobre a primeira hipótese, no entendimento de DIOGO COSTA GONÇALVES “... o voto negativo na deliberação social não implica a recusa do consentimento. E isto porque ... o voto negativo não tem o mesmo valor axiológico do voto positivo e, por isso, não pode ter a exata valoração jurídica inversa de um voto favorável”.²⁸⁹ O autor defende que “ ... o voto negativo não pode impedir que o sócio venha posteriormente a dar o seu consentimento. Mesmo que o sócio prejudicado não queira a fusão, votando

²⁸⁶ Cf. FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos Sócios/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, reimpressão da edição de novembro de 1993, 2003, p.252.

²⁸⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.255.

²⁸⁸ Cf. Artigo 105º do CSC.

²⁸⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.256.

*contra, pode, ainda assim, querer sujeitar-se à vontade da maioria, e consentir, colocando-se na mesma posição dos demais sócios minoritários discordantes.”*²⁹⁰

Sobre a situação em que o sócio prejudicado que vote contra a deliberação, surgindo em sua esfera jurídica o Direito de Exoneração, uma vez que o sócio goza desta faculdade, na hipótese de recorrer ao direito de exoneração, não haverá possibilidade de o sócio permanecer na sociedade ao mesmo tempo, e não prestar o seu consentimento.²⁹¹

Segundo DIOGO COSTA GONÇALVES, o não exercício do direito de exoneração tem valor de um consentimento tácito, ao sócio não é permitido não se exonerar e não prestar consentimento, considerando que a sociedade tem interesses económicos e como tal colocar o interesse social em causa, não seria conveniente.²⁹²

Voltando à primeira hipótese, a posição de DIOGO COSTA GONÇALVES é em sentido diverso a de PINTO FURTADO. PINTO FURTADO sobre esta questão defende que o voto contra a fusão sugere a recusa de consentimento²⁹³, comparativamente apresenta uma solução mais simples, e tende-se a concordar com esta posição pois considerando que, como foi referido anteriormente, o voto positivo do sócio prejudicado implica o consentimento tácito, é compreensível que se considere que o voto contra a fusão implique a recusa do consentimento.

4.3. Abstenção do sócio

Sobre o sócio que se abstenha de aprovar a fusão, esta questão coloca em posições opostas, PINTO FURTADO e DIOGO COSTA GONÇALVES.

²⁹⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.256.

²⁹¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.257.

²⁹² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.257.

²⁹³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades Comerciais- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, cit., p.257.

Segundo PINTO FURTADO “ ... Se o sócio, estando presente, participa no sufrágio emitindo um voto de abstenção, adopta um comportamento de indiferença perante o resultado da votação, aceitando assim de igual ânimo tanto a rejeição da proposta como a sua aprovação...”²⁹⁴

No entanto, sobre esta situação segue-se o entendimento de DIOGO COSTA GONÇALVES, segundo este autor a exigência do consentimento consubstancia-se na exigência da manifestação de uma vontade eletiva do sócio, para a lei a indiferença do sócio não é suficiente²⁹⁵ Vai em sentido contrário a PINTO FURTADO, o sócio abstendo-se da deliberação da fusão, não pode ser entendido como consentimento tácito.

5. O Direito de Exoneração do sócio

O direito de exoneração constitui um meio de tutela dos sócios, estes, fazendo valer o seu direito de voto e participação em deliberações (Artigo 21º nº1 alinea b)), como foi dito anteriormente, cabe-lhes prestar o seu voto sobre a fusão, no caso do sócios titulares de direitos especiais prejudicados, na hipótese de prestarem voto contra a fusão, surge em sua esfera jurídica o direito de exoneração, mas, segundo o nº1 do Artigo 105º, deve a lei ou o contrato de sociedade atribuir o direito de exoneração ao sócio.²⁹⁶ em caso fusão de Sociedades comerciais, o Artigo 105º estabelece o regime jurídico do direito de exoneração.

Segundo DIOGO COSTA GONÇALVES, “ a exoneração de um sócio corresponde, no âmbito do direito das sociedades comerciais, a um verdadeiro direito de resistência à vontade maioritária. Configura, assim, um meio de tutela dos sócios minoritários no confronto entre o interesse social... e o interesse próprio do sócio discordante”.²⁹⁷

²⁹⁴ Cf. PINTO FURTADO, *Deliberações dos Sócios, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.252.

²⁹⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit.,p.333.

²⁹⁶ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 522.

²⁹⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit.,p.338

O Artigo 105º tem como antecedente o Artigo 9º nº1 do Decreto-lei nº 598/73, de 8 de Novembro, e os requisitos exigidos pelo Artigo 28º da 3ª Diretiva. Para a configuração do Direito de Exoneração²⁹⁸.

Sobre a fusão de sociedades comerciais e o direito de exoneração, a doutrina maioritária defende que o legislador não reconhece, em casos de fusão e cisão, uma causa legal de exoneração, autores como RAUL VENTURA, MARIA AUGUSTA FRANÇA, ENGRÁCIA ANTUNES defendem esta posição,²⁹⁹ Em sentido contrário posicionam-se autores como BRITO CORREIA e OLIVEIRA ASCENSÃO, todavia, ainda que a aprovação da fusão em assembleia geral, não confira consequentemente um direito de exoneração, pelo Artigo 105º determina-se o regime, em caso de a lei ou o contrato, atribuírem aos sócios que discordem da fusão, possam exigir que a sociedade adquira a sua participação social, mediante o respeito do prazo de 1 mês, após a data da deliberação.³⁰⁰

Em caso de fusão de sociedades comerciais, o direito de exoneração surge na esfera jurídica do sócio, que tenha votado contra o projeto de fusão, e que a lei ou contrato de sociedade atribuam um direito de exoneração ao sócio.³⁰¹

5.1 Titularidade do Direito

O Artigo 105º nº1 compreende os requisitos necessários para que possa ocorrer o direito de exoneração, assim, a) que os sócios tenham votado contra a deliberação da fusão e b) que a lei ou o contrato atribua o direito de exoneração³⁰².

Acerca da titularidade do direito de exoneração, o Artigo 105º é uma norma imperativa, que limita a legitimidade do conjunto de sócios que podem recorrer ao mecanismo do direito de exoneração.³⁰³

²⁹⁸ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em Sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais*, cit., p.341.

²⁹⁹ Cf. FONSECA, Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 2008, cit., p.262; Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do Sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.524.

³⁰⁰ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 524.

³⁰¹ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 523.

³⁰² Por força do Artigo 120º, é também aplicável à Cisão de sociedades comerciais.

Relativamente aos sócios que tenham optado pela abstenção ou pela não comparência na deliberação não lhes é permitido recorrer à exoneração, pois considerando o carácter injuntivo do Artigo 105º, acerca da determinação da titularidade, não permite que o alargamento do âmbito subjetivo da atribuição do direito de exoneração aos sócios que não tenham participado na deliberação ou tenham escolhido abster-se.³⁰⁴

Por ser uma norma imperativa, não há lugar à possibilidade de os sócios estipularem no contrato social, a extensão do âmbito subjetivo da atribuição do direito de exoneração a sócios ausentes da deliberação ou os que estiveram presentes mas escolheram abster-se de exercer o direito de votar.³⁰⁵

É indispensável mencionar que, apesar da referência à lei, a lei não distingue algum caso em que possa suceder a exoneração, sujeitando a aplicação do direito de exoneração à consagração do direito de exoneração no contrato social.³⁰⁶

5.2. O exercício do direito

O sócio que veja surgir em sua esfera jurídica o direito de exoneração, como foi dito anteriormente, aquele que tenha votado contra a deliberação da fusão ao qual a lei ou o contrato social atribua o direito de se exonerar, através de uma declaração, expressa ou tácita, dirigida à sociedade³⁰⁷³⁰⁸, tem o direito de exercer o seu direito no período de 1 mês, contando a partir da data da deliberação (Artigo 105º nº1) .

³⁰³ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 525.

³⁰⁴ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 525

³⁰⁵ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 525

³⁰⁶ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p. 525.

³⁰⁷ A declaração do sócio dirigida à sociedade é uma declaração unilateral e recetícia, dispensa a aceitação pela sociedade e é insuscetível de revogação, ao não ser que antes de a sociedade receber a declaração, receba a retratação do sócio (Artigos 224º nº1 e 230º CC, *ex vi* 295º CC)- Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., pp.304-305.

³⁰⁸ Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., pp.304-305.

Não obstante, o respeito pelo princípio da liberdade de forma³⁰⁹ relativamente a declaração de exoneração, em causas previstas no nº1 do Artigo 240º, em sede de sociedades por quotas, deve ser feita por escrito (Artigo 240º nº3).

Entre o exercício do direito de exoneração e o afastamento do sócio da sociedade, conforme o Artigo 105º nº1 dispõe, a sociedade deve se responsabilizar por fazer adquirir ou pela aquisição da participação social do sócio, pelo que o sócio permanece na sociedade até encontrar-se satisfeita a contrapartida pela exoneração, a contrapartida pela aquisição da participação social é fixado por contrato ou por acordo entre o sócio exonerado e a sociedade, nos termos do artigo 1021º do CC na falta de acordo a contrapartida deve ser fixada por Revisor Oficial de Contas, designado por acordo em a sociedade e o sócio exonerado.³¹⁰

Na doutrina Italiana surgiram duas teses relacionadas com a posição jurídica do sócio e o momento da exoneração, por um lado surge a *tese da intangibilidade* e por outro surge a *tese da modificabilidade*³¹¹.

A *tese da intangibilidade* defende que o *status socii* permanece inalterado (possui o exercício dos mesmos direitos e obrigações nos mesmos termos que os restantes sócios) entre o período em que se exerce o direito de exoneração o efetivo momento da exoneração. Nesta questão, segue-se o entendimento de Diogo Costa Gonçalves, este autor considera que não é aceitável sustentar que a posição jurídica do sócio se mantém inalterada, defendendo como limitações ao *status socii* “a) a limitação na participação nos lucros da sociedade, b) a limitação no exercício do direito de voto apenas nas deliberações que possam afetar a boa recepção da sua contrapartida pela exoneração, c) a limitação no direito de informação”³¹². Por outro lado a *tese da modificabilidade* aponta a importância da função jus-societária do

³⁰⁹ Cf. Artigo 219º do CC.

³¹⁰ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.400.

³¹¹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

³¹² Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

direito de exoneração enquanto mecanismo de tutela das minorias contra a vontade maioritária, quebrando-se com a *affectio sociatis*.³¹³

À sociedade cabe a obrigação de adquirir, ou, de fazer adquirir a participação social do sócio que se exonera, em respeito pelo prazo de 30 dias determinado no Artigo 240º nº4 de acordo com o que tem sido indicado pela doutrina, pois, o Artigo 105º não especifica o prazo para a satisfação da contrapartida devido a exoneração.³¹⁴³¹⁵ O sócio ao exercer o direito potestativo da exoneração³¹⁶, eventualmente, caso o sócio declare a vontade de se afastar antes da fusão, a obrigação de aquisição será da sociedade fundida ou incorporada, contudo a obrigação de aquisição transmite-se para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade, caso se verifiquem os efeitos do artigo 112º alínea a), o sócio irá receber uma participação social na nova sociedade ou sociedade incorporante e irá exercer contra esta o seu direito de exoneração, caberá à sociedade incorporante ou nova sociedade adquirir a participação social³¹⁷, através da sociedade ou por terceiro.³¹⁸

O artigo 105º nº4 prevê a possibilidade do sócio no exercício do direito de exoneração, no prazo de 30 dias após a deliberação, proceder à alienação da sua participação social tenha o sócio exercido o seu direito de exoneração ou não, sem que lhe sejam oponíveis as limitações à transmissibilidade, todavia nesta hipótese o direito de exoneração não se transmite ao adquirente da participação social.³¹⁹

³¹³ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

³¹⁴ A contrapartida é fixada pelo contrato de sociedade ou por acordo entre o sócio e a sociedade, em sua falta, a contrapartida será fixada por um ROC nos termos do artigo 1021º CC.- Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

³¹⁵ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

³¹⁶ Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.27-30.

³¹⁷ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., pp.401-402.

³¹⁸ Trata-se de negócio jurídico celebrado entre terceiro e a sociedade que tem por objeto aquisição da participação social do sócio exonerado.

³¹⁹ Cf. Diogo Costa Gonçalves, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., cit., p.404.

5.3. O Direito de Exoneração na Sociedade em Nome Coletivo e nas Sociedades por Quotas

Mencionamos que, o direito de exoneração constitui um dos mecanismos de tutela dos sócios minoritários, pois em processo de fusão importa proteger interesses da sociedade, mas também interesses dos sócios, neste caso discordantes sobre a fusão, e especialmente aqueles sócios, titulares de direitos especiais aos quais não foram assegurados os seus direitos, e como total, fazendo valer o seu direito de voto enquanto sócios da sociedade, devem votar, prestando ou não o seu consentimento sobre a afetação dos seus direitos e sobre a fusão em si. Fazendo valer os seus direitos, e de forma não estar em uma posição de conformação com a maioria, o voto contra o projeto de fusão causa o surgimento do direito de exoneração na esfera jurídica do sócio e consequentemente vê a sua participação social ser adquirida.

Todavia, o direito de exoneração previsto pelo Artigo 105º, em si mesmo não atribui o direito de exoneração ao sócio devido a aprovação da fusão em assembleia geral³²⁰. Segundo RAUL VENTURA, “*É, pois, evidente que o art.105º não atribui ele próprio tal direito, o que equivale a dizer que o legislador não considerou que a fusão, em si mesma e em qualquer tipo de sociedade, justifique o voluntário afastamento de sócios*”.

Contrariamente decorria do Artigo 41º §3 da LSQ (Lei das sociedades por Quotas de 1901) pois segundo o que determinava este artigo, seria conferido direito de exoneração aos sócios que não que não estivessem de acordo com a deliberação da fusão, declarando na respetiva assembleia geral.³²¹

Também a doutrina Espanhola, assegurava a atribuição de direito de exoneração aos sócios discordantes da deliberação da fusão, em fusão por

³²⁰ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.524.

³²¹ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.524, n.1767.

incorporação ou em fusão por criação de nova sociedade, no Artigo 144º da Lei das Sociedades Anónimas Espanhola de 1951.³²²³²³

Por outro lado a doutrina Italiana seguia no sentido de admitir sem reservas, a atribuição do direito de exoneração, na modalidade de fusão por criação de nova sociedade, quanto aos sócios das sociedades intervenientes na fusão, pois numa situação de normalidade a dissolução das sociedades resultaria no direito do sócio à quota de liquidação, contudo, quanto a modalidade de fusão por incorporação, apenas aos sócios da sociedade incorporada seria atribuído o direito de exoneração, aos sócios da sociedade incorporante, eventualmente seria atribuído o direito de exoneração se com a deliberação da fusão, fosse também deliberada a alteração do objeto social ou o aumento do capital.³²⁴

Não obstante, o caso das sociedades em nome coletivo, particularmente começamos por referir que o CSC designa uma disposição própria para as sociedades em nome coletivo, na parte geral, dispõe o artigo 185º sob a epígrafe “ Exoneração do sócio”.

O Artigo 185º estabelece no seu nº1 o direito de exoneração, aos sócios, nos casos que a lei prevê e pelo contrato de sociedade, portanto pode o contrato de sociedade consagrar o direito de exoneração permitindo desta forma que o sócio proceda ao seu afastamento da sociedade. Além das causas legais, permite-se a exoneração dos sócios “ a) *Se não tiver sido fixada no contrato a duração da sociedade ou se esta tiver sido constituída por toda a vida de um sócio ou por período superior a 30 anos, desde que aquele que se exonerar seja sócio há, pelo menos, 10 anos. b) Quando ocorra justa causa*”³²⁵, conforme dispõe o nº1 ,alíneas a) e b) do Artigo 185º.

³²² Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.74.

³²³ A Lei das Sociedades Anónimas do Brasil nº 6404 também admitia a fusão como causa de exoneração de sócios em seu artigo 230º.- Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.139.

³²⁴ Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.100.

³²⁵ Cf. Artigo 185º nº1 al. a) e b) do CSC.

Todavia, no que concerne a sociedades em nome coletivo, não existe uma disposição, no CSC, que atribua direito de exoneração aos sócios, na ocorrência de fusão de sociedades comerciais.³²⁶ A Lei exige a unanimidade para deliberação de fusão de sociedades, em sociedades em nome coletivo, a não ser que o contrato de sociedade permita a deliberação por maioria que não seja inferior a três quartos dos votos de todos os sócios, conforme dispõe o nº1 do Artigo 194º, neste sentido os sócios das sociedades em nome coletivo vêm os seus interesses protegidos por esta norma, no sentido que por um lado o seu voto, em desacordo com a fusão, poderá levar ao impedimento da fusão,³²⁷ por outro lado, a lei permite que se conceda a atribuição do direito de exoneração por contrato de sociedade, portanto esta medida é também uma forma de proteção dos interesses dos sócios.

No que concerne às Sociedades por Quotas, o Artigo 240º disciplina o direito de exoneração dos sócios em sociedades por quotas, ao longo deste artigo são previstas questões relacionadas com as situações em os sócios têm direito a exonerar-se, o procedimento da exoneração e os efeitos que se produzem com o exercício deste direito.³²⁸

Nos termos do nº1 do Artigo 240º, aos sócios é permitido exonerar-se da sociedade nos casos previstos na lei e no contrato, e quando contra o seu voto expresso: “ a) A sociedade deliberar um aumento de capital a subscrever-se total ou parcialmente por terceiros, a mudança do objeto social, a prorrogação da sociedade, a transferência da sede para o estrangeiro, o regresso à actividade da sociedade dissolvida; b) Havendo justa causa de exclusão de um sócio, a sociedade não deliberar excluí-lo ou não promover a sua exclusão judicial.” Além do Artigo 240º, é também permitida a exoneração prevista no caso do nº1 do Artigo 229º.

Em relação à fusão de sociedades, segundo Raul Ventura, com a fusão de sociedades comerciais, poderão surgir em várias situações, todos os casos apontados

³²⁶ Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p. 140.

³²⁷ Cf. Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.140.

³²⁸ Cf. João Espírito Santo, *Exoneração do sócio no Direito Societário-Mercantil Português*, cit., p.718.

no Artigo 240º nº1 alínea a), relacionando a questão da fusão heterogénea, a aplicação de preceitos legais que concedam o direito de exoneração em sociedades por quotas.³²⁹ .

Apesar de não existir uma disposição que atribua o direito de exoneração aos sócios, no caso da aprovação da fusão, seguindo o entendimento do autor Raul Ventura, aos sócios será atribuído o direito de exoneração com fundamento em um das causas previstas no Artigo 240º,³³⁰ e, a disciplina que constava do Artigo 8º do Decreto-lei nº 598º/73 determinava “ *Quando a fusão for acompanhada da mudança de objeto ou do tipo da sociedade, ou de outras alterações do pacto social, devem ser observados os requisitos que a lei ou os estatutos exijam para as respectivas deliberações salvo na medida em que os interesses que pretendam tutela se mostrem já acautelados pela disciplina da fusão*”³³¹ este autor afirma que os preceitos legais de determinadas mudanças parcelares têm como fim proteger interesses dos sócios e estes interesses devem ser protegidos tanto quanto a mudança ocorra num sociedade por si só, mas também quando ocorre na ocasião de uma fusão³³². A fusão é uma operação complexa, no qual vários interesses estão em concorrência, assim as mudanças parcelares protegem os interesses dos sócios, pelo que para RAUL VENTURA não existe motivo para que em caso de fusão não aconteça também a proteção dos interesses, RAUL VENTURA defende que “ *Os requisitos especiais exigidos pela lei ou pelo contrato para cada alteração do contrato de sociedade visam interesses específicos que tal alteração pode lesar e, portanto, a protecção deve existir sempre que exista a possibilidade de lesão, independentemente de ela surgir autonomamente ou envolvida numa operação mais complexa.*”^{333 334}

³²⁹ Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.142.

³³⁰ Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.142.

³³¹ Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.39.

³³² Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.39.

³³³ Cf. RAUL VENTURA, *Fusão, Cisão, Transformação de Sociedades/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, cit., p.39.

CONCLUSÃO

C1 Os direitos especiais dos sócios são direitos atribuídos necessariamente pelo contrato de sociedade, caso contrario poderão ser considerados inexistentes, a determinados sócios ou a categorias de ações, consistem na atribuição de vantagens com caráter patrimonial ou não patrimonial tornando a posição do sócio titular de direito especiais, numa posição privilegiada em relação aos demais sócios e exigem o consentimento de seus titulares em caso de supressão ou coartação.

O artigo 24º do CSC prevê o regime jurídico comum desta figura jurídica, aplicável a todos os tipos de sociedades, apesar de existirem especificidades consoante o tipo societário. Estes direitos são necessariamente atribuídos pelo contrato de sociedade admitindo-se igualmente a criação destes direitos em vida da sociedade por meio da alteração de contrato, a doutrina vai no sentido de aceitar a criação de direitos especiais em vida da sociedade, desde que os restantes prestem consentimento neste sentido.

Apesar de existirem considerações sobre a distinção entre direitos gerais dos sócios e direitos especiais dos sócios a distinção reside no fato de que os direitos gerais dos sócios serem direitos de todos os sócios e os direitos especiais serem apenas de alguns sócios, admite-se atribuição de direitos especiais a todos os sócios, pois a sua especialidade reside no fato de que estes direitos pressupõem um regime distinto do comum, por terem uma natureza de privilégio inderrogável, os direitos especiais não podem ser derogados apenas por vontade maioritária, atribuem posição privilegiada aos seus titulares sendo um direito que comporta um privilégio inderrogável, sendo no privilégio inderrogável aonde se encontra a sua especialidade.

³³⁴ No caso das Sociedades Anónimas, diferentemente, a natureza deste tipo de sociedades e a transmissibilidade das participações sociais demonstra que apenas excecionalmente funcionaria o recurso ao direito de exoneração, pois no entender de Paulo Olavo Cunha deve-se à inadmissibilidade de estipulação no contrato de cláusulas de exoneração, pois tais cláusulas seriam contrárias ao interesse social e ao tipo de participação deste tipo de sociedades caracterizado por uma maior liquidez do que em sociedades por quotas.- Cf. PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, cit. p. 368.

C2 A fusão de sociedades comerciais tem uma dimensão objetiva, a reunião de uma ou mais sociedades em uma única estrutura societária e a transmissão global do património, e uma dimensão subjetiva, aquisição da qualidade de sócio da sociedade beneficiária do processo. A fusão tem por resultado a união de elementos patrimoniais e pessoais.

A fusão de sociedades comerciais caracteriza-se pela reunião em uma de duas ou mais sociedades ainda que sejam de tipos diferentes, pela qual sucede a transferência global do património para a sociedade incorporante ou nova sociedade, aos sócios das sociedades que se extinguem são atribuídas partes, ações ou quotas da sociedade incorporante ou da nova sociedade, este é um meio de tutelar o interesse na manutenção da qualidade de sócio na sociedade *pós-fusão*, é importante para que através da fusão não se proceda ao afastamento de um sócio indesejado da sociedade.

O processo da fusão tem início com a elaboração de um projeto de fusão e devem ser respeitados os trâmites fixados em seu regime.

Compete aos órgãos de administração da sociedade, em conjunto, elaborar o projeto de fusão, esta é uma competência inserida nos poderes de gestão deste órgão social.

O projeto de fusão deve ser comum para as sociedades intervenientes, no qual devem constar os elementos obrigatórios exigidos pelo artigo 98º CSCS, cabe aos órgãos de fiscalização emitir parecer sobre o projeto de fusão.

O projeto de fusão tem uma importante função de garantia do direito de informação a sócios, terceiros, credores e trabalhadores, dá a conhecer a realidade da operação no aspeto jurídico e económico. A publicação do projeto da fusão é obrigatória e imediata, realizada de forma autónoma por cada uma das sociedades intervenientes.

A aprovação do projeto de fusão cabe aos sócios em assembleia geral, reunindo um mês sobre a data de publicação da convocatória contando-se individualmente o prazo de cada uma das sociedades intervenientes.

C3 Os direitos especiais dos sócios são protegidos em sede de fusão, consta do artigo 98º nº1 al. j) a menção obrigatória de direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir que possuem direitos especiais, entende-se que direitos assegurados são direitos equivalentes titulados pelos sócios na sociedade onde deliberam a fusão, a sua determinação é realizada por recurso ao critério da equivalência material, exige-se que ao sócio seja atribuída uma nova posição pela qual permaneça o mesmo interesse conferido pelo direito especial na sociedade anterior ainda que seja com diferente configuração.

Os sócios que vejam seus direitos prejudicados pela fusão, aqueles sócios aos quais não foram assegurados os seus direitos, o artigo 103º nº2 exige o consentimento dos sócios prejudicados.

Não se considera que os sócios prejudicados previstos no artigo 103º nº2 sejam os mesmos previstos no artigo 24º nº5.

O sócio pode votar contra, a favor ou abster-se, do voto favorável à fusão pode retirar-se o seu consentimento, do voto contra pode retirar-se a recusa do consentimento, mas não é possível da abstenção entender um sentido de assentimento.

C4 O direito de exoneração constitui um meio de tutela do sócio, a exoneração permite ao sócio abandonar a sociedade mediante a aquisição da sua participação pela sociedade ou terceiro, a discordância com a operação da fusão à qual o sócio respetivamente vota contra, o seu voto faz surgir em sua esfera jurídica o direito de

exoneração, todavia o artigo 105º CSC não atribui direito de exoneração por meio da fusão e sua aprovação, o contrato poderá atribuir direito de exoneração ao sócio.

Em particular nas sociedades em nome coletivo a unanimidade exigida pelo artigo 194º permite proteger os interesses dos sócios, no caso das sociedades por quotas o direito de exoneração é previsto com fundamentos nas causas previstas pelo artigo 240º, em caso de fusão os sócios protegem os seus interesses por meio dos preceitos das mudanças parcelares, pois estas podem ocorrer na ocasião de uma fusão.

Bibliografia citada

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial-Volume II- Das Sociedades*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2015.

ALBUQUERQUE, Pedro de, *Direito de Preferência dos Sócios em Aumentos de Capital nas Sociedades Anónimas e por Quotas*, Reimpressão da 1ª edição de 1993, Almedina, Coimbra, 2004.

ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários e Mercados*, 6ª edição, Coimbra Editora, 2011.

BAXE, Domingos Salvador André, *A tutela dos Direitos dos Sócios em sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2010.

BRAZ, Manuel Porier, *Sociedades Comerciais e Direitos Especiais*, Livraria Petrony, Lisboa, 2010.

CAEIRO, António, *A parte geral do Código das Sociedades Comerciais*, in Separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra/ “ Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Queiró”*, Coimbra, 1988.

CORDEIRO, António Menezes, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2011.

- *Direito das Sociedades I- Parte Geral*, 3ª edição, Ampliada e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2011.

CORREIA, António Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, reprint, Vol. I, II, III, LEX, 1994

CORREIA, Miguela J. A. Pupo, *Direito comercial- Direito da Empresa*, 10ª edição, Coimbra Editora, 2007.

CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial*, 2º Volume-sociedades comerciais, AAFDL, 1989.

CUNHA, Paulo Olavo, *Os direitos especiais nas sociedades anónimas: as acções privilegiadas*, Almedina, Coimbra, 1993.

- Direito das Sociedades Comerciais, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

David Supino, *Derecho Mercantil*, Raducido De La Cuarta Edición Y Anotado Extensamente Con Las Diferencial Del Derecho Español, por Lorenzo Benito Madrid La España Moderna CUES11A De Santo Domingo, (disponível em http://fama2.us.es/fde/ocr/2011/derechoMercantil_DavidSupino_Parte1.pdf)

DIAS, Cristiano Amadeu Ramos, *Os Direitos Especiais dos Sócios*, Almedina, 2015.

DRAGO, José, *Fusão de Sociedades Comerciais- Notas Práticas*”, Almedina, Coimbra, 2007.

ESPÍRITO Santo, João, *Exoneração do Sócio no Direito Societário- Mercantil Português*, Almedina, 2014.

FONSECA, Tiago Soares da Fonseca, *O Direito de Exoneração do Sócio no Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 2008.

FONTES, José Allen de Sousa Machado, *Direitos Especiais dos Sócios nas Sociedades Comerciais*, Relatório de Mestrado em Direito Comercial, FDL, 1989.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos Sócios/Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, reimpressão da edição de novembro de 1993, 2003.

- *Leis das Sociedades Comerciais e das Sociedades Unipessoais de Angola Anotadas*, Quid Juris, Lisboa, 2014.

GALGANO, FRANCESCO, *Il nuovo diritto societario*, CEDAM, 2003.

GONÇALVES, Diogo Costa, *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades- A Posição Jurídica dos Sócios e a Delimitação do Statuo Viae*, Almedina, Coimbra, 2008.

-*Código das Sociedades Comerciais anotado*, AA.VV., 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2011.

-“Direitos Especiais e o Direito de Exoneração em sede de Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades Comerciais”, in “ *O Direito*”, 2006, II, pp.313-362.

- “ As recentes alterações ao regime da Fusão de Sociedades- Lei Nº 19/2009, de 12 de Maio e o Decreto-lei Nº 185/2009, de 12 de Agosto” in “ *Separata da Revista de Direito das Sociedades*”, Almedina, ANO I (2009), pp.552-581.

MARTINS, Alexandre Soveral/ COSTA, Ricardo, *Código das Sociedades Comerciais em comentário, Volume I*. AA.VV (coordenação de Jorge Manuel Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2010.

MARQUES, Elda, *Código das Sociedades Comerciais em comentário, Volume II*, AA.VV., (coordenação de Jorge Manuel Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2011.

MENDES, José Maria, *Sociedades por Quotas e Anónimas- Guia Prático*, 4ª edição, Almedina, Coimbra, 200.

VALE, Sofia, *As empresas no Direito Angolano-Lições de Direito Comercial*, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2015.

- “O Direito Comercial em Angola”, in *O Direito de Angola*, Edição da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2014, (disponível em https://www.academia.edu/12773878/O_Direito_de_Angola_Direito_Comercial_-_2014)

VASCONCELOS, Pedro Pais, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2006.

VENTURA, Raúl, “Adaptação do direito português à 3ª diretiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia Relativa às Fusões das Sociedades por Ações”, in *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*, Procuradoria-Geral da República, nº 4, Lisboa, 1978, pp.183-266.

- *Direitos especiais dos sócios*, in “ *O Direito*”, 1989, I, pp.207-222.

- *Fusão, Cisão e Transformação de Sociedades- Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1990.

